

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Fabiana Benchetrit dos Santos

Educação Antirracista: fatores que condicionam o engajamento na implementação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora em escolas de quatro Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais

Juiz de Fora

2026

Fabiana Benchetrit dos Santos

Educação Antirracista: fatores que condicionam o engajamento na implementação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora em escolas de quatro Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Júnior

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Benchetrit dos Santos, Fabiana.

Educação Antirracista : fatores que condicionam o engajamento na implementação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora em escolas de quatro Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais / Fabiana Benchetrit dos Santos. -- 2026.

219 p.

Orientador: Marco Aurélio Kistemann Júnior

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2026.

1. Educação das Relações Étnico-Raciais. 2. Educação antirracista. 3. Engajamento docente. 4. Iniciação Científica na Educação Básica. I. Kistemann Júnior, Marco Aurélio, orient. II. Título.

Fabiana Benchetrit dos Santos

Educação antirracista: fatores que condicionam o engajamento na implementação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora em escolas de quatro Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 21 de julho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^(a)Dr.^(a) Marco Aurélio Kistemann Júnior - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^(a)Dr.^(a) Mylene Cristina Santiago

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^(a)Dr.^(a) Carla da Conceição de Lima

UFVJM

Juiz de Fora, 11/06/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Kistemann Junior, Professor(a)**, em 27/07/2026, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mylene Cristina Santiago, Professor(a)**, em 27/07/2026, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla da Conceição de Lima, Usuário Externo**, em 29/07/2026, às 20:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3024496** e o código CRC **B89FD16B**.

Se o lugar onde estamos não nos pertence, qual o lugar que temos para chamar de nosso? Se não somos desejados, por que permanecemos? Se permanecemos, como nos defendemos? (...) Achamos alguns meios, mas a principal ferramenta encontramos também bem perto: nossa ancestralidade (Cruz, 2025, p. 54–55).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força, paciência e clareza em cada etapa desta jornada. À minha mãe, D. Sara, e à minha irmã, Fernanda, pelo amor, cuidado e incentivo incondicional, que tornaram possível seguir adiante mesmo nos momentos mais desafiadores. À Fifi, companheira silenciosa das longas horas de estudo e escrita, cuja presença trouxe conforto e leveza ao longo desse percurso.

Sou grata às minhas companheiras e aos meus companheiros do mestrado, que compartilharam palavras de incentivo e compreensão nos momentos de dúvida e desânimo, lembrando-me de que a trajetória acadêmica também se constrói por meio da escuta, das trocas e do apoio mútuo.

À Danielle Francisco, Juliana Magaldi e Leonardo Vilardi, expresso minha profunda gratidão pela generosidade, pelo incentivo e pela presença constante ao longo desta caminhada. Danielle acreditou no potencial deste trabalho desde o início e acompanhou grande parte do processo de escrita, contribuindo com sensibilidade, entusiasmo e críticas construtivas. Juliana e Leonardo foram fundamentais na reta final da pesquisa, oferecendo acolhimento, escuta atenta e disponibilidade em um momento especialmente desafiador do percurso acadêmico. O apoio de vocês foi essencial para a conclusão deste trabalho.

Agradeço também ao meu orientador, Professor Marco Aurélio Kistemann Júnior, cuja orientação atenta e generosa, mesmo a distância, foi indispensável para a construção e realização desta pesquisa.

Aos colegas da rede estadual de ensino que participaram desta pesquisa, manifesto meu sincero agradecimento. As experiências, reflexões e contribuições compartilhadas foram fundamentais para a construção do Plano de Ação Educacional (PAE), conferindo maior consistência e proximidade com a realidade das escolas estaduais mineiras. Cada narrativa evidenciou desafios, possibilidades e caminhos para o fortalecimento de práticas comprometidas com a educação antirracista.

Por fim, dedico este trabalho à luta cotidiana de educadores, estudantes e comunidades escolares que, com coragem e compromisso, promovem a equidade e mantêm viva a esperança de uma educação pública mais justa, democrática e plural. Que esta pesquisa possa contribuir, ainda que modestamente, para fortalecer práticas educativas pautadas no respeito à diversidade, no reconhecimento das diferentes trajetórias e na construção de uma sociedade menos desigual.

RESUMO

Este estudo, inserido no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), analisa os fatores que influenciam a mobilização e o engajamento de docentes e discentes nos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS), eixo do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) de Minas Gerais. O recorte empírico compreende quatro escolas estaduais vinculadas a quatro Superintendências Regionais de Ensino. A investigação é orientada pela seguinte questão norteadora: Quais fatores dificultam e/ou favorecem o engajamento de docentes da rede pública estadual de Minas Gerais na participação nos editais do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), especialmente no eixo dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)? O objetivo geral desta pesquisa é investigar e analisar os fatores que dificultam a mobilização e o engajamento de docentes e discentes da rede estadual de Minas Gerais na participação no ICEB, com foco no eixo NUPEAAS. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) descrever o processo atual de mobilização de professores e estudantes para o ICEB, especialmente no eixo NUPEAAS; (b) analisar as potencialidades e os desafios das estratégias comunicacionais e pedagógicas adotadas para o engajamento de gestores, docentes e discentes; e (c) propor diretrizes para o aprimoramento das estratégias de comunicação institucional relacionadas ao ICEB, no eixo NUPEAAS, com vistas a favorecer maior mobilização, engajamento e participação das equipes regionais e das comunidades escolares. O estudo fundamenta-se na abordagem do ciclo de políticas públicas de Ball e Bowe, articulada ao conceito de engajamento de *stakeholders* e aos referenciais da Educação das Relações Étnico-Raciais. Metodologicamente, adota abordagem qualitativa e aplicada, com dados produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, questionários e análise documental, analisados por triangulação metodológica. As entrevistas evidenciaram diferenças nas estratégias de mobilização, divulgação e acompanhamento das escolas, além da importância do apoio das gestões escolares e das equipes regionais. Os questionários indicaram que o engajamento docente é favorecido pela identificação com a temática e pelo reconhecimento da relevância dos NUPEAAS, mas é limitado pelas condições institucionais de participação, pela formação e pelo suporte disponível. A análise

documental permitiu examinar os objetivos, critérios e condições estabelecidos para a participação nos editais. Em conjunto, os achados apontam desafios relacionados à comunicação institucional, à formação em pesquisa e Educação das Relações Étnico-Raciais, ao acompanhamento técnico-pedagógico e às condições de participação. Com base nesses resultados, o Plano de Ação Educacional (PAE) propõe ações voltadas à mobilização, à formação continuada, ao acompanhamento dos projetos e ao aprimoramento das estratégias de comunicação institucional.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais; Educação antirracista; Engajamento docente; Iniciação Científica na Educação Básica.

RESUMEN

Este estudio, desarrollado en el marco del Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), analiza los factores que influyen en la movilización y el involucramiento de docentes y estudiantes en los Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS), eje del Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) de Minas Gerais. El recorte empírico comprende cuatro escuelas estatales vinculadas a cuatro Superintendências Regionais de Ensino. La investigación se orienta por la siguiente pregunta: ¿Qué factores dificultan y/o favorecen el involucramiento de docentes de la red pública estatal de Minas Gerais en la participación en las convocatorias del Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), especialmente en el eje de los Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)? El objetivo general de esta investigación es indagar y analizar los factores que dificultan la movilización y el involucramiento de docentes y estudiantes de la red estatal de Minas Gerais en la participación en el ICEB, con foco en el eje NUPEAAS. Como objetivos específicos, se propone: (a) describir el proceso actual de movilización de docentes y estudiantes para el ICEB, especialmente en el eje NUPEAAS; (b) analizar las potencialidades y los desafíos de las estrategias comunicacionales y pedagógicas adoptadas para promover el involucramiento de equipos directivos, docentes y estudiantes; y (c) proponer lineamientos para el perfeccionamiento de las estrategias de comunicación institucional vinculadas al ICEB, en el eje NUPEAAS, con el propósito de favorecer una mayor movilización, involucramiento y participación de los equipos regionales y de las comunidades escolares. El estudio se sustenta en el enfoque del ciclo de políticas públicas de Ball y Bowe, articulado con el concepto de involucramiento de *stakeholders* y con los referentes de la Educação das Relações Étnico-Raciais. Metodológicamente, adopta un enfoque cualitativo y aplicado, con datos producidos mediante entrevistas semiestructuradas, cuestionarios y análisis documental, examinados a través de triangulación metodológica. Las entrevistas pusieron de manifiesto diferencias en las estrategias de movilización, difusión y acompañamiento de las escuelas, así como la importancia del apoyo de los equipos directivos escolares y de los equipos regionales. Los cuestionarios indicaron que el involucramiento docente se ve favorecido por la identificación con la temática y por el reconocimiento de la relevancia de los

NUPEAAS, aunque se encuentra limitado por las condiciones institucionales de participación, la formación y el apoyo disponible. El análisis documental permitió examinar los objetivos, criterios y condiciones establecidos para la participación en las convocatorias. En conjunto, los hallazgos señalan desafíos relacionados con la comunicación institucional, la formación en investigación y Educação das Relações Étnico-Raciais, el acompañamiento técnico-pedagógico y las condiciones de participación. A partir de estos resultados, el Plano de Ação Educacional (PAE) propone acciones orientadas a la movilización, la formación continua, el acompañamiento de los proyectos y el perfeccionamiento de las estrategias de comunicación institucional.

Palabras clave: Educación de las Relaciones Étnico-Raciales; Educación antirracista; Compromiso de los docentes; Iniciación científica en la Educación Básica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Organograma da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais	20
Quadro 1	- Demandas históricas do Movimento Negro e sua institucionalização em Políticas Públicas Educacionais no Brasil (1995-2024).....	30
Figura 2	- Eixos estruturantes da PNEERQ.....	33
Quadro 2	- Caracterização das SREs participantes	47
Quadro 3	- Caracterização das escolas participantes da pesquisa	49
Figura 3	- Mapa com distribuição das escolas integrantes do Projeto Iniciação Científica no Ensino Médio em 2017/2018.....	53
Figura 4	- Estrutura da Comunidade ICEB	55
Figura 5	- Fluxo de mobilização da rede estadual de ensino para participação no ICEB.....	56
Figura 6	- Gráfico Estimativa de remuneração mensal das funções de orientador, curador e tutor, segundo a titulação mínima exigida	62
Quadro 4	- Estrutura do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica, por eixos e vertentes, conforme Resolução SEE nº 4.725, de 3 de maio de 2022	67
Figura 7	- Gráfico de Projetos aprovados no ICEB 2023/2024 por área do conhecimento e eixo de pesquisa	70
Quadro 5	- Projetos e Pesquisa Selecionados (ICEB 2023/2024) por eixo e vertente temática	72
Figura 8	- Gráfico de Projetos ICEB 2023/2024 – Distribuição de Projetos por eixo de pesquisa	75
Quadro 6	- Síntese metodológica da pesquisa: instrumentos, atores e quantitativo de respondentes.....	89
Quadro 7	- Identificação dos sujeitos participantes da pesquisa	96
Quadro 8	- Categorias analíticas da pesquisa	97
Figura 9	- Gráfico de Avaliação dos professores orientadores sobre a suficiência da formação inicial para implementação de projetos do NUPEAAS	111

Quadro 9	- Síntese dos achados da pesquisa organizados por eixos analíticos	119
Quadro 10	- Síntese das ações propostas no Plano de Ação Educacional....	126
Quadro 11	- Ação 1: Programa de Formação Continuada para Implementação dos NUPEAAS	132
Quadro 12	- Indicadores de Monitoramento e Avaliação – Ação 1: Programa de Formação Continuada para Implementação dos NUPEAAS.	134
Quadro 13	- Ação 2: Rede de Mobilização e Acompanhamento dos NUPEAAS	138
Quadro 14	- Indicadores de Monitoramento e Avaliação – Ação 2: Rede de Mobilização e Acompanhamento dos NUPEAAS	139
Quadro 15	- Ação 3: Estratégia de Institucionalização da ERER e dos NUPEAAS nos PPPs e Currículos Escolares.....	142
Quadro 16	- Indicadores de Monitoramento e Avaliação – Ação 3.....	144
Quadro 17	- Ação 4: Estratégia de Ampliação da Participação e Equidade nos Editais	149
Quadro 18	- Indicadores de Monitoramento e Avaliação – Ação 4: Estratégia de Ampliação da Participação e Equidade nos Editais.....	150
Quadro 19	- Ação 5: Rede Colaborativa de Pesquisa, Divulgação Científica e Valorização das Experiências Escolares	154
Quadro 20	- Indicadores de Monitoramento e Avaliação – Ação 5: Rede Colaborativa de Pesquisa, Divulgação Científica e Valorização das Experiências Escolares	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Distribuição das matrículas, escolas estaduais e municípios atendidos pelas Superintendências Regionais de Ensino participantes da pesquisa em relação ao total da rede estadual de Minas Gerais	44
Tabela 2	- Valor da hora-aula do Professor de Educação Básica (PEB), segundo nível de escolaridade e grau da carreira	61
Tabela 3	- Total de vagas do ICEB por Superintendência Regional de Ensino	64
Tabela 4	- Distribuição das respostas dos professores orientadores sobre aspectos relacionados à mobilização institucional e às condições de participação no NUPEAAS	103

LISTA DE ABREVIATURAS

ABPNB	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
ASU/SEE	Assessoria de Ensino Superior
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CONAE	Conferências Nacional de Educação
CONEB	Conferência Nacional da Educação Básica
COPENE	Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros
COSEM	Conexões de Saberes
CRMG	Currículo Referência de Minas Gerais
CTEC	Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular
DCNEEQ	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola
DIRE	Diretoria Educacional
DMTE	Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais
ERER	Educação das Relações Étnico-Raciais
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
ICEB	Programa de Iniciação Científica na Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSE	Indicador de Nível Socioeconômico
IU	Instituto Unibanco
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIP	Licença para Tratar de Interesses Particulares
MEC	Ministério da Educação
NUPEAAS	Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora
ONU	Organização das Nações Unidas
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação

PNEERQ	Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
PPGP	Programa De Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	Projeto Político Pedagógico
SB	Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
SEE-MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SPP	Superintendência de Políticas Pedagógicas
SRE	Superintendência Regional de Ensino
TIC	Territórios de Iniciação Científica
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	25
2.1	A POLÍTICA NACIONAL DE EQUIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: MARCOS LEGAIS, DIRETRIZES E EIXOS ESTRUTURANTES.....	26
2.2	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS EM MINAS GERAIS: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS MARCOS LEGAIS E O CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS	37
2.3	O PERFIL DE PROFESSORES E ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS.....	40
2.3.1	Uma breve descrição sobre as Superintendência Regionais de Ensino e escolas participantes do estudo.....	42
2.3.2	Caracterização das escolas participantes da pesquisa	47
2.4	APRESENTANDO O PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E OS NUPEAAS	49
2.5	SÍNTESE DE DESAFIOS.....	77
3	RACISMO À BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE AS JUVENTUDES NEGRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	78
3.1	RACISMO ESTRUTURAL, EDUCAÇÃO BÁSICA E POLÍTICAS DE EQUIDADE RACIAL	79
3.1.1	Ciclo de Políticas Públicas e equidade	83
3.1.2	Engajamento de <i>stakeholders</i>	85
3.2	METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	87
3.3	ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS	94
3.3.1	Mobilização institucional e condições de participação	98
3.3.2	Formação docente, pesquisa e institucionalização da Educação das Relações Étnico-Raciais.....	105
3.3.3	Contribuições do ICEB/NUPEAAS para a educação antirracista .	112
3.3.4	Desafios e possibilidades de fortalecimento da política.....	115
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE).....	121

4.1	AÇÃO 1 – PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ERER E INICIAÇÃO CIENTÍFICA	129
4.2	AÇÃO 2 – REDE DE MOBILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS NUPEAAS	137
4.3	AÇÃO 3 – ESTRATÉGIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ERER E DOS NUPEAAS NOS PPPS E CURRÍCULOS ESCOLARES	141
4.4	AÇÃO 4 – ESTRATÉGIA DE AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E EQUIDADE NOS EDITAIS.....	147
4.5	AÇÃO 5 – REDE COLABORATIVA DE PESQUISA, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES	152
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
	REFERÊNCIAS	162
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista semiestruturada com Técnicos/ Analistas das Diretorias Educacionais das Superintendências Regionais de Ensino.....	169
	APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Gestores Escolares do ICEB 2021/2022 e 2023/2024	172
	APÊNDICE C – Questionário para Professores Orientadores do ICEB 2021/2022 e 2023/2024.....	175
	APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Entrevista semiestruturada com Técnicos/ Analistas das Diretorias Educacionais das Superintendências Regionais de Ensino	186
	APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Entrevista semiestruturada com Gestores Escolares	188
	APÊNDICE F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Questionário para Professores Orientadores do ICEB 2021/2022 e 2023/2024	190
	ANEXO A – Edital de seleção de projetos de pesquisas e iniciação científica na Educação Básica.....	192
	ANEXO B - Edital de Seleção de Professores Curadores do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)	206

ANEXO C - Edital de seleção de professores tutores do programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)	215
ANEXO D – Mapa institucional da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais 2025-2026.....	219

1 INTRODUÇÃO

Decorridas mais de duas décadas da promulgação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir no currículo da educação básica o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira, o racismo segue atravessando a experiência das juventudes¹ negras, reproduzindo-se no cotidiano escolar e evidenciando a distância entre a previsão normativa e sua implementação efetiva.

A persistência do racismo estrutural² no Brasil impacta as trajetórias escolares das juventudes negras, reproduzindo desigualdades históricas que se manifestam, entre outros aspectos, na menor escolaridade média desse grupo em comparação à de jovens brancos e nas maiores taxas de distorção idade-série entre estudantes negros.

Dados divulgados no Painel de Monitoramento do PNE³, referentes ao quinto ciclo do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005/2014 e prorrogado até 31 de dezembro de 2025 pela Lei nº 14.934/2024, evidenciam que embora a escolaridade média de jovens negros⁴ no país tenha apresentado avanços na última década, alcançando, em 2024, percentuais de 75,8% entre pardos e de 74,4% entre os autodeclarados pretos, permanece inferior àquela observada entre jovens brancos, estimada em 84%. Além disso, conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2024, a taxa de distorção idade-série no Ensino Médio permanece mais elevada entre estudantes negros, alcançando 40,8%, enquanto entre estudantes brancos o índice é de 31,8%.

¹ Ciclo de vida marcado por características sociais, culturais e históricas específicas, entendido como etapa socialmente situada, com múltiplas representações, discursos e demandas que variam no tempo, no espaço e nas condições sociais. (Spósito, 2003).

² O racismo estrutural é um sistema de desigualdades raciais que está incorporado nas instituições, normas e práticas sociais de uma sociedade, reproduzindo e sustentando a hierarquia racial e os privilégios de determinados grupos, independentemente de ações individuais, e reforçando a desigualdade de forma sistemática e contínua. (Almeida, 2019)

³ O Painel de Monitoramento do PNE, atualizado em 24/06/2025, integra o InepData, conjunto de painéis de Business Intelligence (BI) desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>.

⁴ Conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga. (Brasil, 2010). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

Diante das desigualdades educacionais que afetam a trajetória dos estudantes negros na Educação Básica e das limitações das políticas públicas voltadas para a equidade e efetivação da educação antirracista, reiteramos a relevância de iniciativas que promovam reflexões críticas no cotidiano escolar, fortalecendo o protagonismo juvenil, a valorização das identidades, a diversidade e o respeito aos direitos humanos.

Nesse contexto, desenvolve-se o presente estudo, no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP/CAEd/UFJF), cujo objeto consiste na análise dos processos de engajamento dos atores institucionais, relacionados à participação de docentes da rede estadual de ensino de Minas Gerais nos editais do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), com enfoque no eixo Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). Busca-se compreender de que modo as estratégias formuladas e implementadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, especialmente pela Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais (DMTE) e das Superintendências Regionais de Ensino, interferem na adesão unidades escolares às ações voltadas à promoção da educação antirracista, por meio dos NUPEAAS.

O caso de gestão refere-se a quatro escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, vinculadas a distintas Superintendências Regionais de Ensino: uma localizada na região Central do estado, duas na região Norte e uma no Vale do Jequitinhonha. As respectivas unidades regionais serão identificadas, neste estudo, como X, Y, Z e W, enquanto as unidades escolares serão denominadas A, B, C e D.

Em conjunto, essas Superintendências Regionais de Ensino abrangem 591 escolas e 345.800 matrículas, correspondendo a aproximadamente 17% das escolas estaduais mineiras e a 18% das matrículas da rede pública estadual, conforme dados do Censo Escolar de 2024.

O caso de gestão analisa os desafios enfrentados pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais no engajamento pedagógico de professores da rede estadual, com vistas à ampliação da participação nos editais do ICEB.

A análise contempla as edições do Programa referentes aos biênios 2021/2022 e 2023/2024, no âmbito de quatro Superintendências Regionais de Ensino, sendo três situadas na região norte e uma na região central de Minas Gerais. O recorte analítico considera a atuação de gestores escolares e professores orientadores, bem como o

papel das equipes das Superintendências Regionais de Ensino como instâncias de coordenação e apoio à implementação da política nas unidades escolares.

O Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) constitui uma política educacional da rede estadual de Minas Gerais, voltada à inserção de estudantes da educação básica no campo da pesquisa científica. O ICEB foi instituído nas escolas estaduais de Ensino Médio pela Resolução SEE nº 3.553, de 11 de agosto de 2017, que define como fundamentos a pesquisa, como princípio educativo, o acesso à cultura científica e a promoção da vocação científica.

A Resolução SEE nº 4.725, de 3 de maio de 2022 ampliou o escopo da política ao estender sua implementação ao ensino fundamental - anos finais, explicitando diretrizes relativas ao protagonismo discente, à mediação pedagógica e à valorização do trabalho docente.

O ICEB apoia o desenvolvimento de projetos de pesquisa que abrangem as quatro grandes áreas do conhecimento, sendo: I) Ciências da Natureza e suas Tecnologias, II) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, III) Matemática e suas Tecnologias e IV Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. E são organizados em eixos temáticos que orientam o trabalho investigativo dos estudantes: os Territórios de Iniciação Científica (TICs) e os Núcleos de Pesquisas e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).

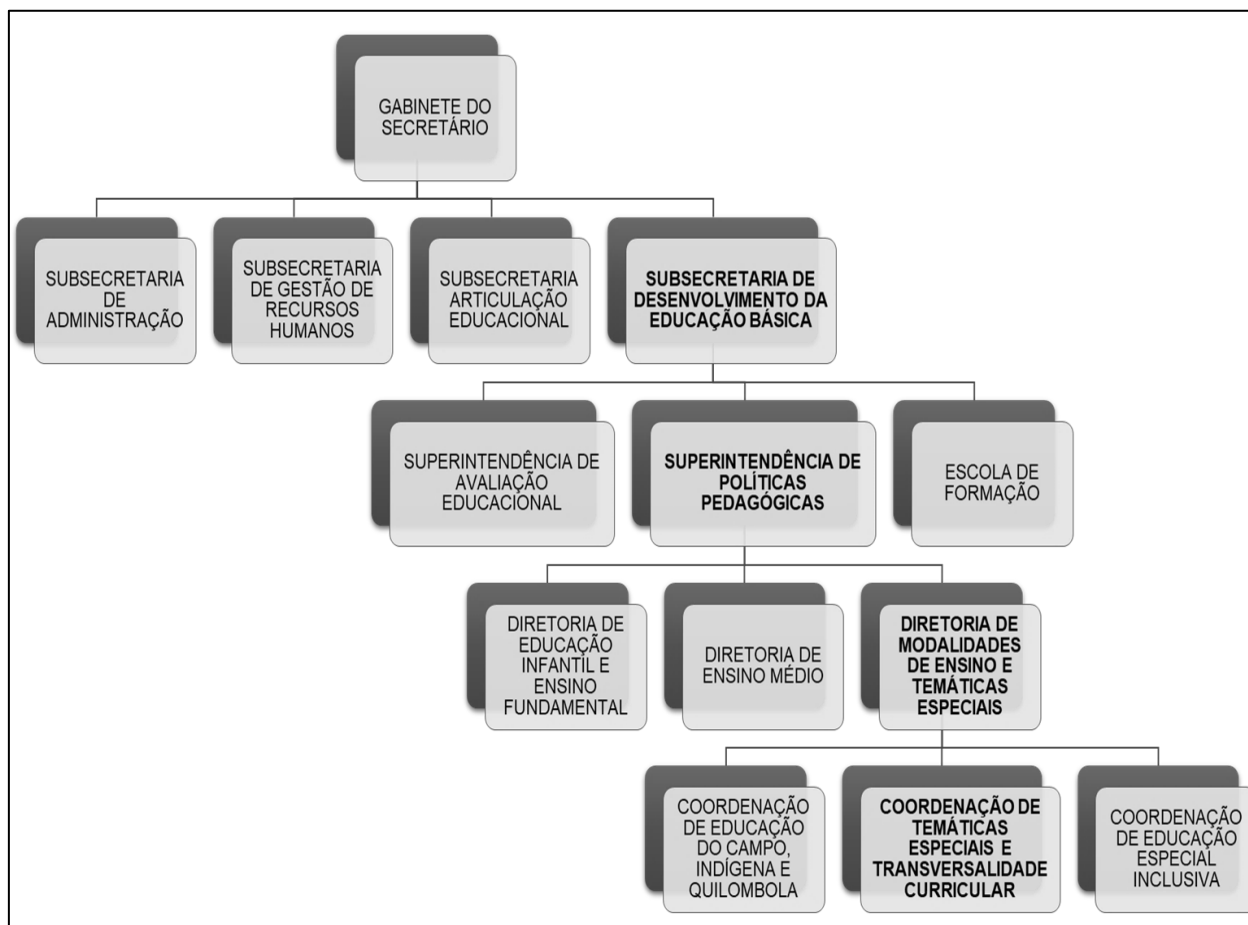
Os NUPEAAS, eixo de pesquisa sobre o qual discorreremos neste estudo, têm como finalidade fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa voltados à valorização da cultura negra, à problematização das desigualdades étnico-raciais e à formação cidadã comprometida com a justiça social e os direitos humanos. No contexto da rede estadual de ensino de Minas Gerais, os NUPEAAS constituem uma das principais iniciativas estruturadas para a implementação da Educação das Relações Étnico- raciais e efetivação da Lei Federal 10.639/2003.

A escolha desse tema de pesquisa decorre de vivências pessoais e profissionais, construídas ao longo de minha trajetória como estudante egressa da escola pública, mulher negra, educadora e gestora pública na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Durante quase dois anos, estive diretamente envolvida na gestão das ações do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), na condição de Diretora de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais (DMTE), unidade subordinada à Superintendência de Políticas Pedagógicas (SPP) e à Subsecretaria de

Desenvolvimento da Educação Básica (SB) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), conforme observamos na Figura 1.

Figura 1- Organograma da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conforme o Decreto nº 48.709, de 26 de outubro de 2023, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação, a DMTE tem como competência a definição das diretrizes para o planejamento e desenvolvimento das modalidades de ensino e das temáticas especiais na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Dentre suas atribuições, destacam-se o incentivo e o apoio à elaboração de planos, programas e projetos educacionais que promovam a valorização da diversidade e a cultura dos direitos humanos, por meio de uma abordagem interdisciplinar e transversal.

A DMTE encontra-se estruturada em três coordenações: a Coordenação de Educação Especial Inclusiva (CEEI); a Coordenação de Educação do Campo, Indígena e Quilombola (CECIQ) e, por fim, a Coordenação de Temáticas Especiais e

Transversalidade Curricular (CTETC), a qual é diretamente responsável pela gestão do ICEB.

No que se refere à dimensão orçamentária, até o exercício financeiro de 2024, o ICEB era contemplado por meio de duas ações no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG)⁵, por meio de duas ações vinculadas ao Programa 170 – Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino.

A primeira, intitulada Mobilização das Juventudes, tinha como finalidade contribuir para a redução dos índices de abandono escolar e favorecer a permanência dos estudantes na educação básica, por meio do fortalecimento da gestão democrática e da ampliação dos espaços de escuta e participação estudantil. A segunda ação, Educação das Relações Étnico-Raciais, objetivava a implementação de práticas educativas afirmativas, com ênfase na promoção de ações antirracistas no contexto escolar.

Dados do Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais evidenciam uma redução expressiva e marcada por instabilidade no orçamento destinado ao Programa Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino, entre os exercícios de 2020 e 2024. Em 2020, a previsão orçamentária alcançou R\$ 173.009.346,00; em 2021, registrou-se uma queda abrupta para R\$ 41.927.864,00. Nos exercícios de 2022 e 2023, observou-se uma recomposição parcial dos recursos, que atingiram R\$ 74.044.017,00 e R\$ 79.900.272,00, respectivamente. Em 2024, o orçamento voltou a apresentar retração significativa, totalizando R\$ 45.001.000,00, o que reforça a fragilidade do financiamento e a ausência de continuidade nos investimentos destinados ao Programa.

Esse quadro de instabilidade orçamentária se intensificou com a revisão do PPAG para 2025 pelo Governo de Minas Gerais, que suprimiu recursos específicos para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para outras ações do Programa, em desalinhamento com as diretrizes nacionais.

⁵Instrumento de planejamento de médio prazo da administração pública estadual, que orienta a formulação dos programas governamentais e a elaboração das diretrizes e leis orçamentárias anuais. Com vigência quadrienal, define o escopo de atuação do Estado, estabelecendo programas, ações e metas físicas e financeiras, assegurando a continuidade do planejamento entre diferentes governos. <https://www.mg.gov.br/planejamento/pagina/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-de-acao-governamental-ppag/plano-plurianual-de-acao>. Acesso em 07 dez.2025.

Como desdobramento da instabilidade orçamentária, a continuidade das ações de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) foi comprometida, com redução da visibilidade institucional e limitações ao planejamento e à execução, afetando a formação docente e a produção e disponibilização de materiais pedagógicos, o que contribui para a baixa problematização da ERER no cotidiano escolar.

Nesse mesmo sentido, identificamos impactos concretos na implementação das políticas educacionais, especialmente no funcionamento dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NUPEAAS), principal iniciativa voltada à efetivação da educação antirracista na rede estadual de ensino.

Ao analisarmos as três edições do ICEB, realizadas nos biênios 2017/2018, 2021/2022 e 2023/2024, constatamos diminuição significativa na participação de estudantes pesquisadores e professores nesses núcleos.

Conforme dados da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, no biênio 2017/2018, os NUPEAAS representavam 74% dos projetos de pesquisa inscritos e aprovados na rede pública estadual, ocupando 94 das 127 vagas ofertadas na primeira edição do programa. Nas edições subsequentes, em que o total de vagas ofertadas no ICEB foi ampliado para 400, sendo 200 prioritariamente destinadas aos NUPEAAS, a participação discente e docente nesses núcleos reduziu-se de forma expressiva, correspondendo a 14% das vagas ocupadas no edital 2021/2022 (54 núcleos) e a 18% no edital 2023/2024 (73 núcleos), evidenciando a diminuição da presença desse eixo no conjunto dos projetos financiados.

Embora os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2024 indiquem que aproximadamente 63% dos estudantes e 37% dos docentes da rede estadual se autodeclaram negros, a temática permanece pouco explorada no âmbito do ICEB, o que reforça a pertinência desta investigação.

Diante desse cenário, formula-se a seguinte questão norteadora: quais fatores dificultam e/ou favorecem o engajamento⁶ de docentes da rede pública estadual de Minas Gerais, na participação nos editais do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), especialmente no eixo dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)?

⁶Neste estudo, engajamento é entendido, segundo Greenwood (2007, p. 218), como práticas organizacionais para envolver positivamente partes interessadas, ou seja, atores impactados ou envolvidos nas decisões institucionais.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar e analisar os fatores que dificultam a mobilização e o engajamento de docentes e discentes da rede estadual de Minas Gerais na participação no ICEB, com foco no eixo NUPEAAS. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) descrever o processo atual de mobilização de professores e estudantes para o ICEB, especialmente no eixo NUPEAAS; (b) analisar as potencialidades e os desafios das estratégias comunicacionais e pedagógicas adotadas para o engajamento de gestores, docentes e discentes; e (c) propor diretrizes para o aprimoramento das estratégias de comunicação institucional relacionadas ao ICEB, no eixo NUPEAAS, com vistas a favorecer maior mobilização, engajamento e participação das equipes regionais e das comunidades escolares.

Ao centrar-se nos desafios enfrentados pelas escolas estaduais no processo de adesão ao ICEB, o estudo pretende oferecer subsídios técnico-reflexivos para o aprimoramento das políticas públicas de incentivo à pesquisa na educação básica, com ênfase na promoção de uma educação antirracista, comprometida com a valorização da história, da cultura e da identidade da população negra.

A investigação adota abordagem qualitativa e descritiva, com triangulação de métodos, fontes e conteúdos, por meio de entrevistas semiestruturadas, questionário, análise documental e revisão bibliográfica.

Além desta introdução, a dissertação está organizada em mais quatro capítulos, estruturados de modo a assegurar a progressão lógica entre o referencial teórico, a análise empírica e a proposição de encaminhamentos técnico-pedagógicos.

O Capítulo 2 apresenta um breve panorama histórico e normativo da Política de Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil, abordando seus principais marcos legais, diretrizes nacionais, eixos estruturantes e dados de implementação, compreendendo a institucionalização dessas políticas como resultado direto das lutas históricas do Movimento Negro e de sua incidência no campo educacional.

São analisadas, em especial, as orientações curriculares e os processos de incorporação dessa agenda nos sistemas públicos de ensino, evidenciando como tais dispositivos normativos respondem às reivindicações por reconhecimento, justiça histórica e enfrentamento do racismo estrutural. Na sequência, discute-se a materialização dessa política no contexto da rede estadual de Minas Gerais, por meio da caracterização do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) e dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora

(NUPEAAS), compreendidos como estratégias político-pedagógicas voltadas à efetivação da educação antirracista.

O Capítulo 3 dedica-se à discussão conceitual e empírica sobre o racismo no Brasil e suas implicações para as trajetórias escolares das juventudes negras na educação básica, articulando fundamentos teóricos a dados educacionais recentes. Nesse capítulo, são apresentados, de forma detalhada, os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, incluindo o delineamento do estudo, os critérios de seleção das unidades de análise, os sujeitos envolvidos, as técnicas de produção dos dados e os procedimentos de tratamento e interpretação das informações. A análise empírica fundamenta-se em um recorte territorial que abrange quatro Superintendências Regionais de Ensino, sendo três localizadas na região norte do estado e uma situada na região central de Minas Gerais.

O Capítulo 4 apresenta o Plano de Ação Educacional (PAE), construído a partir dos achados da pesquisa e fundamentado na literatura especializada e em referenciais de gestão educacional, com o objetivo de propor estratégias sistematizadas para o fortalecimento, a qualificação e a ampliação da implementação dos NUPEAAS na rede estadual.

Por fim, o Capítulo 5 reúne as considerações finais, nas quais são sistematizados os principais resultados do estudo, retomadas as contribuições da pesquisa para o campo da gestão e das políticas educacionais e apontadas as limitações do trabalho, bem como a necessidade de aprofundamento de investigações futuras sobre a temática.

2 A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Neste capítulo, dedicamo-nos à análise introdutória da Política de Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil, situando-a como resultado de um processo histórico de lutas protagonizadas pelo Movimento Negro, cujas ações coletivas foram decisivas para a inscrição da agenda antirracista no campo das políticas públicas educacionais. Compreendemos essa política no âmbito de iniciativas orientadas pelos princípios dos direitos humanos, da justiça social e do enfrentamento ao racismo estrutural. Examinamos o processo de sua constituição a partir de seus principais marcos legais, diretrizes nacionais, eixos estruturantes e dados de implementação, entendendo-a como parte de um movimento mais amplo de tensionamento das matrizes coloniais que historicamente organizaram o sistema educacional brasileiro.

Compartilhamos da compreensão de Sacristán (2013) de que o currículo não se configura como um instrumento neutro, universal ou imutável, mas como um espaço de disputas simbólicas e políticas, no qual se materializam decisões que incidem diretamente sobre os sujeitos de direitos. Tais decisões envolvem opções relativas a interesses em disputa, projetos de sociedade, formas de legitimação dos conhecimentos e à própria divisão de responsabilidades no campo educacional.

Nessa perspectiva, analisamos as orientações curriculares que fundamentam a Educação das Relações Étnico-Raciais, buscando compreender em que medida tais diretrizes têm sido capazes de produzir deslocamentos efetivos nas práticas pedagógicas e nos modos de organização do trabalho escolar, especialmente diante das tensões persistentes entre a prescrição curricular e sua materialização no cotidiano das escolas, historicamente marcado pela centralidade de matrizes eurocêntricas.

Na sequência, problematizamos a materialização dessa política no contexto da rede estadual de ensino de Minas Gerais, por meio da caracterização do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) e dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS), compreendidos como dispositivos político-pedagógicos que operam na interface entre gestão, currículo e formação docente. Analisamos tais iniciativas como estratégias institucionais de indução de práticas antirracistas, cujos processos de implementação evidenciam

tensões, disputas, resistências e possibilidades de ressignificação do papel social da escola na produção da equidade racial.

2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE EQUIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: MARCOS LEGAIS, DIRETRIZES E EIXOS ESTRUTURANTES

A Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil inscreve-se em um processo histórico de lutas sociais protagonizadas pelo Movimento Negro, que, por meio de organizações, intelectuais e militantes, vem, ao longo de décadas, denunciando o racismo estrutural e reivindicando o reconhecimento das histórias, culturas e contribuições dos povos negros na conformação da sociedade brasileira. Esse acúmulo político, epistêmico e pedagógico conforma o terreno a partir do qual se estruturam as políticas públicas de equidade racial no campo educacional, tensionando a naturalização das hierarquias raciais e a hegemonia cultural que historicamente orientaram os currículos escolares.

Conforme assinala Gomes (2024), o Movimento Negro se constitui como um “movimento educador”, na medida em que produz conhecimentos, disputa sentidos sobre o currículo e interpela o Estado a rever seus projetos de educação e de nação. Sob essa chave analítica, a Educação das Relações Étnico-Raciais pode ser compreendida não como uma concessão institucional, mas como resultado de processos históricos de disputa, nos quais se entrecruzam lutas sociais, produções teóricas e embates políticos, que reposicionam a questão racial como dimensão estruturante das políticas educacionais e dos debates contemporâneos sobre justiça social.

A consolidação da educação como direito social também se insere nesse campo de disputas. A escola, enquanto espaço de formação humana, é atravessada por sujeitos de diferentes gerações, pertencimentos étnico-raciais, origens socioeconômicas, crenças e trajetórias (Gomes, 2024), constituindo-se como território de tensões entre projetos educativos antagônicos. Ao longo desse processo histórico, o acesso da população negra à escolarização configura-se como uma conquista construída coletivamente, cujas lutas foram fundamentais para a progressiva institucionalização de marcos legais, diretrizes curriculares e dispositivos normativos voltados ao enfrentamento das desigualdades raciais (Gomes, 2024).

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola emerge, assim, como um arranjo normativo-pedagógico que articula legislações, diretrizes e eixos estruturantes orientados pelos princípios dos direitos humanos, da justiça social e da reparação histórica. Nesta subseção, busca-se delinear um panorama desses marcos legais e orientadores, analisando seus alcances, limites e disputas nos processos de implementação, compreendendo essa política como parte de um movimento mais amplo de desestabilização das matrizes coloniais que historicamente organizaram o campo educacional brasileiro.

De acordo com Gomes (2024), os primeiros momentos de atuação do Movimento Negro assumiam um caráter mais universalista, centrado na defesa do acesso amplo à escolarização como condição fundamental para o exercício da cidadania. A partir da década de 1980, contudo, diante da evidência de que as políticas educacionais de caráter massivo não respondiam de modo suficiente às desigualdades raciais vivenciadas pela população negra, o discurso e as estratégias de luta do movimento passaram por importantes inflexões. Nesse processo, ganharam centralidade pautas específicas voltadas à equidade racial, com destaque para a defesa de políticas de ação afirmativa, especialmente a adoção de sistemas de cotas, como mecanismo de enfrentamento das desigualdades historicamente acumuladas.

Ao longo da década de 1990, em consonância com a efervescência social, política e institucional que marcou os processos de reforma constitucional na América Latina, diversos países passaram a se reconhecer formalmente como sociedades pluriétnicas e multiculturais. Nesse contexto, o conceito de raça foi progressivamente ressignificado, adquirindo maior centralidade tanto no debate público quanto na formulação de políticas estatais. Entre as ações emblemáticas desse período, destaca-se a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em Brasília, em 20 de novembro de 1995. O evento resultou na entrega, ao então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, de um conjunto de proposições voltadas à superação do racismo e das desigualdades raciais, com especial ênfase no acesso ao ensino superior e às oportunidades no mercado de trabalho.

A partir dos anos 2000, observamos importantes marcos na institucionalização das pautas do Movimento Negro no âmbito das políticas públicas. Destacamos, nesse período, a participação ativa de organizações e lideranças negras brasileiras na III

Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em 2001, em Durban, na África do Sul, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU).⁷ Na

condição de país signatário, o Brasil reconheceu oficialmente a existência do racismo em seu território e assumiu compromissos internacionais voltados à formulação e à implementação de ações destinadas à sua superação, com ênfase em políticas de ação afirmativa nas áreas da educação e do trabalho.

Compreendemos que esse movimento repercutiu na adoção de medidas institucionais relevantes, como a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), sinalizando a incorporação da pauta racial à estrutura formal do Estado brasileiro. Paralelamente, observamos a ampliação da adoção de políticas de ação afirmativa em diversas universidades públicas, especialmente por meio da implementação de sistemas de cotas raciais, como estratégia de democratização do acesso ao ensino superior.

No campo da produção do conhecimento, destacamos a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), concebida com o objetivo de articular pesquisadores dedicados aos estudos sobre as relações raciais e temas de interesse da população negra. Compreendemos que a ABPN se consolidou como espaço de produção intelectual, fortalecimento do debate acadêmico e reconhecimento das trajetórias e experiências construídas no âmbito do Movimento Negro, sendo também responsável pela organização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE), que se firmou como uma das principais instâncias de circulação e socialização de pesquisas na área.

Segundo Gomes (2024), em 2004, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), no âmbito do Ministério da Educação, conferiu maior visibilidade às reivindicações historicamente formuladas pelo Movimento Negro, configurando-se como um marco na incorporação das demandas por reconhecimento e no enfrentamento das desigualdades raciais no campo educacional.

⁷ Declaração e Programa de Ação da Conferência de Durban (2001), disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-10/declaracao_durban.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DURBAN 2001 – DOCUMENTÁRIO. Cultne Cinema. 27 set.2013. Vídeo (21minutos). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=G0bzC-Uvv9k>. Acesso em 19 dez. 2025.

Ainda no início dos anos 2000, uma reivindicação presente nas pautas do Movimento Negro desde a década de 1980 foi contemplada com a sanção da Lei nº 10.639/2003. Essa legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica. Reconhecemos que essa legislação foi regulamentada pelo Parecer CNE/CP nº 01/2004 e, posteriormente, alterada pela Lei nº 11.645/2008, que estendeu a obrigatoriedade à temática indígena.

Observamos, nesse processo, um movimento do Estado brasileiro no sentido de incorporar a questão racial, ressignificando-a, especialmente no campo educacional. No entanto, ressaltamos que essas transformações não teriam sido possíveis sem a atuação histórica do Movimento Negro e, tampouco, correspondem integralmente à radicalidade emancipatória das reivindicações que lhes deram origem.

A partir dos anos 2000, observamos a consolidação de diversos desdobramentos que podem ser compreendidos como resultados diretos ou indiretos das proposições históricas do Movimento Negro. Esses desdobramentos expressam um processo de institucionalização progressiva da pauta racial, especialmente no campo educacional, por meio da produção de marcos normativos, da criação de estruturas administrativas e da incorporação da temática étnico-racial nos instrumentos de planejamento e participação social do Estado brasileiro.

Com o objetivo de sistematizar esses avanços e evidenciar sua dimensão histórica, política e institucional, o Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais marcos relacionados à luta do Movimento Negro e à sua incidência na construção das políticas de promoção da igualdade racial e da Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil.

Para favorecer uma análise mais abrangente desse percurso, os marcos foram organizados em eixos temáticos que expressam diferentes dimensões do processo de institucionalização da pauta racial. Essa estrutura permite compreender que os avanços observados não ocorreram de forma linear ou isolada, mas resultam da articulação entre mobilização social, produção de conhecimento, formulação normativa, institucionalização administrativa, ampliação de direitos e fortalecimento dos mecanismos de governança. Assim, a organização proposta possibilita visualizar a trajetória de reconhecimento da questão racial como problema público, sua incorporação às estruturas governamentais e educacionais e o desenvolvimento de instrumentos voltados à promoção da equidade racial e à educação antirracista.

Quadro 1 – Demandas históricas do Movimento Negro e sua institucionalização em políticas públicas educacionais no Brasil (1995-2024)

Eixo de luta e institucionalização	Marco histórico e político	Ano	Instrumentos normativos e institucionais
Reconhecimento e visibilidade da questão racial	Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida	1995	Inserção da pauta racial na agenda pública nacional
	Conferência Mundial contra o Racismo – Durban (ONU)	2001	Compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro
Produção de conhecimento e incidência intelectual	Criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)	2000	Consolidação da pesquisa acadêmica negra e incidência nas políticas educacionais
Institucionalização administrativa da pauta racial	Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)	2003	Estruturação da política de igualdade racial no âmbito federal
	Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)	2004	Incorporação da diversidade como eixo da política educacional
Currículo, legislação e normatização educacional	Sanção da Lei nº 10.639/2003	2003	Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira
	Parecer CNE/CP nº 01/2004	2004	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais
	Inserção da temática étnico-racial na CONEB	2008	Reconhecimento da centralidade do tema na política educacional
	Sanção da Lei nº 11.645/2008	2008	Inclusão da história e cultura indígena
	Plano Nacional de Implementação das DCNERER	2009	Orientação sistêmica para redes de ensino
Ampliação de direitos e ações afirmativas	Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288	2010	Marco legal da política de igualdade racial
	Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas)	2012	Reserva de vagas no ensino superior e técnico federal
	Lei nº 12.990/2014	2014	Reserva de vagas em concursos públicos federais
Participação social e planejamento educacional	Conferências Nacionais de Educação (CONAE)	2010 2014	Inclusão da temática étnico-racial nas deliberações nacionais
	Inclusão da temática étnico-racial e quilombola no PNE	2014	Estratégias e metas educacionais nacionais

Governança e coordenação da equidade racial	Portaria MEC nº 470	2024	Reorganização e coordenação das ações educacionais voltadas à equidade racial
--	---------------------	------	--

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Gomes (2024).

A análise do Quadro 1 evidencia que, a partir dos anos 2000, as proposições construídas historicamente pelo Movimento Negro passaram a se materializar de forma mais sistemática em marcos normativos, institucionais e programáticos no âmbito do Estado brasileiro. Identificamos, nesse processo, um deslocamento da pauta racial, que deixa de se restringir ao campo da reivindicação social e passa a integrar, ainda que de forma desigual e tensionada, a agenda das políticas públicas, especialmente no setor educacional.

No eixo da normatização educacional e do currículo, os marcos apresentados indicam a incorporação progressiva da temática étnico-racial como dimensão estruturante das políticas educacionais. A elaboração de diretrizes curriculares específicas e de instrumentos orientadores para sua implementação, revela o reconhecimento, por parte do Estado, da necessidade de enfrentar o racismo estrutural no interior das escolas e dos sistemas de ensino, ainda que esse reconhecimento não se traduza, de modo homogêneo, em condições materiais e formativas adequadas.

No que se refere à participação social e ao planejamento educacional, observamos que a inserção da temática étnico-racial nos documentos das conferências nacionais de educação e no Plano Nacional de Educação representa um avanço relevante no processo de institucionalização do debate. Esses espaços conferem legitimidade política à pauta e possibilitam sua incorporação nos instrumentos de planejamento de médio e longo prazo, ao mesmo tempo em que evidenciam as disputas em torno de sua efetivação.

No campo jurídico e das ações afirmativas, os marcos destacados no quadro sinalizam a ampliação de direitos e a consolidação de políticas de caráter redistributivo e reparatório. A promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, o reconhecimento constitucional das ações afirmativas e a instituição de políticas de cotas no ensino e no serviço público expressam a legitimação, pelo Estado, de demandas historicamente formuladas pelo Movimento Negro, configurando importantes avanços no enfrentamento das desigualdades raciais.

Identificamos, ainda, a partir dos marcos mais recentes, um movimento de fortalecimento da governança das políticas de equidade racial no campo educacional, culminando na instituição da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola. Esse marco aponta para a transição de ações fragmentadas para uma abordagem mais integrada e sistêmica,

ainda em construção, mas fundamental para o aprofundamento da justiça racial e da equidade educacional no país.

Em conformidade com a Portaria do Ministério da Educação nº 470/2024, compreendemos que a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) tem por finalidade promover a implementação de ações e programas educacionais orientados à superação das desigualdades étnico-raciais no âmbito da educação brasileira e ao fortalecimento da educação escolar quilombola, por meio da articulação e da conjugação de esforços entre os diferentes entes federativos.

Nesse sentido, a política se configura como um instrumento de coordenação intergovernamental, que busca fortalecer a capacidade dos sistemas de ensino de transformar diretrizes normativas em práticas pedagógicas e institucionais comprometidas com a equidade racial.

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) organiza-se em sete eixos estratégicos, que orientam sua implementação e fortalecem a articulação entre os entes federativos, conforme Figura 2 :

Figura 2 - Eixos estruturantes da PNEERQ



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os eixos apresentados de forma sintética na Figura 2, expressam as sete dimensões estruturantes da PNEERQ, evidenciando sua complexidade ao articular desde a cooperação federativa até estratégias de formação, produção de materiais, enfrentamento ao racismo e valorização das trajetórias negras e quilombolas. O eixo de Cooperação Federativa inclui a articulação entre níveis de governo, os investimentos em escolas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE/Erer e PDDE/EEQ)⁸ e o reconhecimento das redes pelo Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva⁹.

O eixo de Diagnóstico e Monitoramento envolve o levantamento da equidade étnico-racial nas redes e a criação de indicadores para acompanhar a implementação da Lei nº 10.639/2003. O eixo de Formação abrange programas como O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor)¹⁰, Equidade Quilombola e Racial, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)¹¹, Equidade e Rede PET. Já o eixo de Material Didático e Literário contempla a análise de editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)¹² e a produção de cadernos pedagógicos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ).

Os eixos de Protocolos, Afirmação das Trajetórias Negras e Quilombolas e Difusão de Saberes englobam a elaboração de protocolos antirracistas, ações como

⁸ O Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade (PDDE Equidade) destina recursos financeiros em caráter suplementar às escolas públicas de Educação Básica que atendem populações historicamente excluídas, conforme Resolução FNDE nº 17/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pdde/pdde-equidade>. Acesso em 19 dez. 2025.

⁹ O Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva valoriza práticas de educação étnico-raciais nas redes de ensino, em consonância com a Lei nº 10.639/2003. Disponível em: <https://conectaprofessores.com/2025/02/04/mec-lanca-novo-incentivo-para-educacao-racial-no-brasil/>. Acesso em 19 dez. 2025.

¹⁰ O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de educação básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor/parfor>

¹¹ O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) integra a Política Nacional de Formação de Professores e visa fomentar a iniciação à docência, contribuindo para a formação de docentes e a melhoria da educação básica pública. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>. Acesso em 19 dez. 2025.

¹² O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), regulamentado pelos Decretos nº 12.021/2024 e nº 9.099/2017, avalia, adquire e distribui materiais didáticos para a rede pública de ensino básico. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnld/programa-nacional-do-livro-e-do-material-didatico-pnld>. Acesso em 19 dez. 2025.

o Programa Escola Quilombo e o Programa de Bolsa Permanência (PBP), o fortalecimento de escolas quilombolas, envio de kits pedagógicos, produção da Enciclopédia de Autores e Autoras Negras e o programa "Educação Antirracista em Diálogo". Essa organização integra governança, formação, monitoramento e difusão de saberes, fortalecendo a implementação da educação antirracista e quilombola.

As dimensões da PNEERQ atuam de forma interdependente, constituindo instrumentos de intervenção no campo educacional que impactam manifestações do racismo institucional e tensionam práticas hegemônicas de currículo, cultura escolar e estratégias pedagógicas. Nesse sentido, a política ultrapassa a dimensão normativa, orientando a reorganização de práticas pedagógicas, discursos institucionais e processos de formação de sujeitos, inscrevendo a questão racial como elemento central do projeto educativo.

A política apresenta a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) como eixo estruturante e transversal das ações educacionais, ao mesmo tempo em que enfatiza a articulação entre União, estados e municípios como estratégia para assegurar a implementação de diretrizes voltadas à equidade, à pluralidade e ao reconhecimento das diferenças. Nesse enquadramento, a institucionalização da ERER aparece associada não apenas à existência de marcos legais, mas também à criação de condições materiais, simbólicas e formativas necessárias à sua operacionalização nos diferentes níveis e contextos dos sistemas de ensino.

Em 2024, no contexto de implementação da PNEERQ, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), realizou o levantamento nacional intitulado "Diagnóstico Equidade", com o objetivo de avaliar o estágio de implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e da educação escolar quilombola nas redes públicas de ensino do país

De acordo com os dados disponibilizados no Painel Diagnóstico Equidade¹³, o Índice Geral de Implementação da ERER, no âmbito das Secretarias Estaduais de Educação, atingiu a marca de 47,7 pontos, valor resultante da média ponderada de

¹³ Trata-se de ferramenta de Business Intelligence (BI), utilizada pelo Ministério da Educação para o monitoramento da implementação das Lei 10639/2003, modificada pela Lei 11645/2008, nas redes estaduais e municipais de educação. Disponível em :<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiazGU2Mjg1YWUtYmY0MC00Y2FmLWFiNDctM2Q4ODk1N2Y5ZjNkIiwidCI6ImI4YzI1OTMyLTVINzYtNGlyYi05YzUzLWQ0MTc0NWU5YzkyZCJ9>. Acesso em 01 dez 2025.

seis dimensões avaliadas: institucionalização, formação de profissionais da educação, gestão escolar, oferta de materiais didáticos e paradidáticos, financiamento e processos de avaliação e monitoramento.

No caso de Minas Gerais, conforme informações disponibilizadas pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), no *Painel Diagnóstico Equidade* (2024), identificamos que, embora existam iniciativas voltadas à promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), persistem desafios em sua consolidação no cotidiano das escolas da rede estadual.

Entre os pontos sensíveis, destacam-se a formação docente, a oferta de materiais pedagógicos e a ausência de normatização estadual para a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e da Educação Escolar Quilombola (EEQ), aspectos que demandam maior articulação entre diretrizes federais e políticas estaduais, sobretudo no que se refere ao fortalecimento de capacidades técnicas e à ampliação de estratégias formativas.

O diagnóstico indica que Minas Gerais não dispõe de normativa própria para implementar as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. No que se refere ao financiamento e ao monitoramento, observa-se a ausência de repasse de recursos às escolas com base no perfil socioeconômico dos estudantes, bem como a inexistência de indicadores específicos para o acompanhamento sistemático da implementação da ERER.

No âmbito da formação continuada, constata-se a oferta de cursos de 30 horas voltados à ERER, sem registro de formações equivalentes direcionadas à educação escolar quilombola. Identificam-se, ainda, orientações para a inclusão de obras relacionadas à temática étnico-racial nos acervos escolares, assim como a realização de processos de revisão curricular com vistas à adequação às exigências legais da ERER.

Por fim, o levantamento registra a participação do estado em colegiados vinculados à diversidade racial, compondo o conjunto de informações sistematizadas no *Painel Diagnóstico Equidade* e fornecendo um panorama detalhado das ações institucionais voltadas à promoção da equidade étnico-racial em Minas Gerais.

2.2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS EM MINAS GERAIS: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS MARCOS LEGAIS E O CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS

Nesta subseção, examinamos os marcos normativos e os dispositivos curriculares que orientam a rede estadual de ensino, buscando compreender como as diretrizes federais foram apropriadas, reinterpretadas e operacionalizadas no contexto mineiro. Nesse movimento, situamos a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) como uma política pública atravessada por tensões entre o plano legal e as práticas pedagógicas, evidenciando os modos pelos quais o Estado de Minas Gerais tem respondido, ou deixado de responder, às demandas por uma educação comprometida com o enfrentamento do racismo e com a valorização da história, da cultura e das identidades da população negra.

Em consulta ao site da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, verificamos que, embora o Estado não tenha instituído uma regulamentação educacional específica para operacionalizar as Leis federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, construiu, ao longo das últimas décadas, um conjunto de dispositivos que constituem um campo jurídico-político voltado ao reconhecimento da questão racial. Esse percurso tem início na década de 1990, com a Lei nº 11.990/1995, que institui o Dia Estadual da Consciência Negra, marco simbólico importante para a afirmação da memória e da luta da população negra.

Nos anos 2000, percebemos um movimento de fortalecimento institucional das políticas de promoção da igualdade racial, com destaque para os Decretos de 2005, que convocaram e organizaram a I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, indicando a abertura de espaços institucionais para a participação social. Em 2009, a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Lei nº 18.251/2009) representou, para nós, um avanço na construção de instâncias permanentes de controle social e assessoramento das políticas públicas nessa área.

A década seguinte consolida diretrizes mais estruturantes, especialmente com a Lei nº 21.152/2014, que estabelece objetivos e parâmetros para a formulação e implementação da política estadual de combate às discriminações racial e étnica. Embora não seja específica do campo educacional, a norma exerce efeitos indiretos sobre a política curricular, ao afirmar o dever do Estado de promover ações

sistemáticas de enfrentamento das desigualdades raciais, abrangendo, por extensão, o âmbito da educação.

Dessa forma, ainda que não aborde diretamente conteúdos ou metodologias escolares, a legislação contribui para a criação de um quadro normativo que legitima e orienta práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade e à promoção da equidade racial.

Mais recentemente, o ciclo normativo entre 2024 e 2025 revela uma intensificação do reconhecimento institucional da pauta racial. A Lei nº 24.941/2024, ao instituir o “julho das Pretas”, e a Lei nº 25.085/2024, ao criar o “Selo Minas pela Igualdade”, ampliam as estratégias simbólicas e programáticas de promoção da equidade.

A promulgação da Lei nº 25.150/2025, que institui o Estatuto da Igualdade Racial no Estado, constitui o marco mais robusto desse percurso, na medida em que sistematiza princípios, conceitos e diretrizes voltadas ao enfrentamento do racismo estrutural e à promoção da igualdade, incluindo menções à educação, à formação de profissionais e à produção de materiais didáticos.

Observamos, entretanto, que esse conjunto normativo, embora relevante, não se configura majoritariamente como legislação educacional em sentido estrito. Trata-se, em grande parte, de dispositivos de caráter simbólico (datas comemorativas, comendas), institucional (conselhos e conferências) ou setorial (como a política de saúde integral da população negra, instituída pela Lei nº 25.539/2025). Essa característica contribui para compreender por que a implementação da EREER na rede estadual de ensino mineira se desenvolveu historicamente de forma fragmentada e dependente de iniciativas locais, mesmo diante da vigência das leis federais.

É nesse contexto de lacunas normativas no campo educacional, que o currículo passa a assumir centralidade no processo de implementação da política pública. Mais do que um documento técnico, constitui-se como uma instância institucional por meio da qual gestores, equipes técnicas, docentes e sistemas de ensino interpretam e operacionalizam as diretrizes existentes. Essa compreensão afasta-se de uma concepção linear de implementação e aproxima-se, por sua vez, de abordagens que reconhecem o caráter interpretativo e disputado das políticas educacionais.

Nessa direção, Ball e Bowe (1992 apud Mainardes, 2006) destacam que o chamado contexto da prática corresponde ao espaço em que as políticas são efetivamente interpretadas, recriadas e colocadas em ação, produzindo efeitos que

podem, inclusive, modificar significativamente os sentidos originalmente previstos nos textos normativos. Para os autores, as políticas não são simplesmente implementadas, mas submetidas a processos contínuos de interpretação e reconstrução pelos sujeitos que atuam nesse contexto:

Os profissionais que atuam no contexto da prática não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos [...]. Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que as histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disto, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes. (BOWE et al., 1992, p. 22)

Essa formulação contribui para compreender por que a EREER não se efetiva de forma automática a partir da norma. Sua implementação é continuamente reconfigurada na interação entre diretrizes oficiais, capacidades institucionais e práticas escolares. Nesse sentido, o Currículo Referência de Minas Gerais configura-se como instrumento de indução da política de educação das relações étnico-raciais e, simultaneamente, como espaço no qual se explicitam tensões, disputas interpretativas e assimetrias que atravessam sua implementação na educação básica estadual.

No Ensino Médio, o documento dedica um tópico específico à Educação das Relações Étnico-Raciais, afirmando que não é possível garantir o direito humano à educação de qualidade sem enfrentar desigualdades e discriminações de raça, articuladas a outras desigualdades, como gênero, renda, região e deficiência. Essa abordagem orienta-se pelas Diretrizes Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e pelo Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei nº 10.639/2003), contemplando contribuições de movimentos sociais negros, intelectuais e militantes antirracistas.

Embora incorpore princípios de valorização da diversidade e de reconhecimento das matrizes africanas, afro-brasileiras e indígenas, a efetividade do Currículo Referência depende da articulação com políticas de formação docente, produção de materiais, acompanhamento pedagógico e gestão escolar, dimensões

que não foram plenamente normatizadas no âmbito estadual até o momento. Iniciativas como a campanha “Afroconsciência”, lançada em 2015, buscavam avançar na implementação da EREER na rede estadual, fornecendo subsídios pedagógicos e estimulando que conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena fossem integrados aos planejamentos e às práticas de ensino.

Compreendemos, assim, que a trajetória normativa de Minas Gerais indica um avanço progressivo no reconhecimento institucional da questão racial, alcançando maior densidade com o Estatuto da Igualdade Racial de 2025, embora ainda persistam lacunas na regulamentação específica da EREER no âmbito educacional. Em diálogo com o Currículo Referência, esses marcos legais revelam que a efetivação da EREER depende não apenas do aparato normativo, mas também das práticas concretas desenvolvidas nas escolas e da atuação dos sujeitos que as implementam cotidianamente.

2.3 O PERFIL DE PROFESSORES E ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS

Conhecer o perfil de estudantes e professores é fundamental para compreender a quem se destinam as políticas educacionais e avaliar sua efetividade, especialmente no que tange às ações de equidade e inclusão. Segundo Teixeira (2002), elaborar uma política pública envolve definir quem decide, quando, com que consequências e para quem; para serem efetivamente públicas, é preciso considerar os beneficiários e se o processo de elaboração inclui debate e participação social.

Nessa perspectiva, a caracterização demográfica e étnico-racial da comunidade escolar permite identificar desafios, lacunas e prioridades na implementação de programas que busquem garantir o direito à educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade presente nas escolas.

No que diz respeito à Educação Básica em Minas Gerais, dados do Novo Painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica, referentes ao Censo Escolar 2024, indicam um total de 3.438.345 matrículas na rede pública, distribuídas entre as redes federal (1,4%), estadual (46,2%) e municipal (52,4%). No que se refere ao perfil étnico-racial dos estudantes da rede estadual, observa-se que 62,4% se autodeclaram pretos ou pardos, enquanto 30,2% identificam-se como brancos. Ademais, 6,7% não

informaram sua raça/cor, e cerca de 0,6% declararam pertencer a outros grupos étnico-raciais.

Esses dados mostram a diversidade do ambiente escolar e reforçam a importância das políticas de equidade racial para atender às necessidades de uma população estudantil majoritariamente negra. Na rede pública estadual de Minas Gerais, 51% dos professores se autodeclararam pretos ou pardos, enquanto 47,7% identificam-se como brancos. Além disso, 15,2% não informaram sua raça/cor, e 1,3% declararam pertencer a outros grupos étnico-raciais. Em relação ao gênero, a maioria dos docentes é composta por mulheres, em consonância com a tendência nacional.

Consideramos relevante analisar, ainda, o perfil dos gestores escolares da rede pública estadual, pois essas informações nos permitem compreender quem atua na condução das escolas e como a formação desses profissionais pode impactar a implementação de políticas educacionais, especialmente aquelas voltadas à equidade racial.

Observamos que a maioria dos gestores é composta por mulheres, correspondendo a 64,5% (2.249), enquanto os homens representam 35,5% (1.237). Quanto à autodeclaração de raça/cor, 48,4% se identificam como negros, com maior concentração etária entre 45 e 50 anos para as mulheres (28,5%) e entre 40 e 45 anos para os homens (25,1%).

No que se refere à formação acadêmica, 69,8% dos gestores possuem pós-graduação e 70,1% são graduados em cursos de licenciatura. Apesar disso, constatamos que apenas 13,2% realizaram cursos de formação continuada em gestão escolar e apenas 0,9% têm formação específica relacionada à cultura afro.

Esses perfis revelam importantes dimensões da realidade escolar em Minas Gerais, reforçando que a implementação de políticas educacionais, em especial aquelas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), precisam considerar não apenas a diversidade dos estudantes, mas também a composição do corpo docente e gestores, de modo a promover práticas pedagógicas inclusivas e culturalmente representativas.

Para aprofundarmos essa compreensão, buscamos situar os contextos territoriais e institucionais nos quais a pesquisa foi desenvolvida, considerando as especificidades das Superintendências Regionais de Ensino e das escolas participantes.

2.3.1 Uma breve descrição sobre as Superintendências Regionais de Ensino e escolas participantes do estudo

Nesta subseção, apresentamos uma contextualização dos territórios analisados neste estudo, composto por quatro Superintendências Regionais de Ensino (SRE), sendo duas classificadas como porte I e duas como porte II.¹⁴ O recorte empírico também contempla quatro escolas estaduais a elas circunscritas, sendo uma de cada SRE. Essa caracterização busca situar as condições institucionais, demográficas e educacionais que conformam o contexto de implementação da política de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e, em particular, das ações vinculadas aos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).

Os dados apresentados têm como base o Censo Escolar de 2024, compilados no Painel de Dados da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) (MINAS GERAIS, 2026). A utilização desses dados permite compreender aspectos estruturais da rede de ensino e do perfil dos estudantes, contribuindo para situar empiricamente o contexto no qual a política educacional analisada é implementada.

Com o objetivo de preservar o anonimato das instituições participantes e assegurar o cumprimento dos princípios éticos da pesquisa, optamos por identificar as Superintendências Regionais de Ensino e as escolas por meio de letras. Dessa forma, as Superintendências Regionais de Ensino serão denominadas X, Y, Z e W, e as respectivas unidades escolares A, B, C e D.

Conforme apresentado na Tabela 1, de acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica para o ano de 2024, as Superintendências Regionais de Ensino (SREs) analisadas apresentam diferenças relevantes em relação ao quantitativo de matrículas e de escolas estaduais.

A SRE Z concentra o maior percentual de matrículas da rede estadual entre as regionais investigadas, correspondendo a 8,75% do total de matrículas da rede estadual, além de reunir 207 escolas estaduais, o equivalente a 5,99% das unidades da rede. SRE X, por sua vez, apresenta os menores percentuais, com 1,79% das matrículas e 2,52% das escolas estaduais. As SRE Y e W ocupam posições

¹⁴ As SRE de Porte I possuem Diretorias Educacionais divididas em Área A e Área B, enquanto as de Porte II contam com uma única Diretoria Educacional (MINAS GERAIS, 2019).

intermediárias, evidenciando a heterogeneidade das regionais participantes da pesquisa.

Em relação aos municípios atendidos, observamos que a SRE W possui a maior abrangência territorial, sendo responsável por 30 municípios, o que corresponde a 3,52% do total da rede estadual. Já a SRE Z, apesar de concentrar o maior número de matrículas e escolas, atende apenas 11 municípios, representando 1,29% do total.

As SREs X e Y atendem, respectivamente, 21 e 20 municípios. Esses dados indicam diferenças importantes na configuração territorial e administrativa das regionais investigadas, aspectos que podem influenciar as dinâmicas de gestão e implementação das políticas educacionais nas distintas realidades regionais.

Tabela 1 - Distribuição das matrículas, escolas estaduais e municípios atendidos pelas Superintendências Regionais de Ensino participantes da pesquisa em relação ao total da rede estadual de Minas Gerais

SRE	Matrículas	% das matrículas	Escolas estaduais	% das escolas estaduais	Municípios atendidos	% de municípios atendidos
X	152.091	1,79	87	2,52	21	2,46
Y	211.415	2,49	134	3,88	20	2,34
Z	744.171	8,75	207	5,99	11	1,29
W	380.175	4,47	163	4,71	30	3,52
Rede estadual	8.501.443	100	3.458	100	852	100

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da SEE/MG (2026).

Nota: Os percentuais referentes às matrículas, às escolas estaduais e aos municípios atendidos foram calculados em relação aos totais da rede estadual de ensino de Minas Gerais.

As Superintendências Regionais de Ensino analisadas apresentam realidades distintas quanto à extensão territorial, ao número de escolas, ao volume de matrículas e ao perfil dos estudantes atendidos. Essa diversidade é relevante para a pesquisa, pois evidencia que a implementação dos NUPEAAS ocorre em contextos educacionais bastante heterogêneos, marcados por diferentes capacidades institucionais, condições territoriais e demandas pedagógicas.

A SRE X, situada em um importante polo regional do Vale do Jequitinhonha, abrange 21 municípios e reúne 371 unidades escolares. Desse total, 87 pertencem à rede estadual. A regional também se destaca pela expressiva presença de escolas em áreas rurais, que somam 170 unidades, em contraste com 201 escolas urbanas. No âmbito da rede estadual, concentra 11.859 matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 11.179 no Ensino Médio, etapas diretamente relacionadas ao público prioritário do ICEB/NUPEAAS (Minas Gerais, 2026).

A SRE Y, localizada na região Norte de Minas Gerais, apresenta estrutura educacional mais ampla, com 464 escolas, sendo 134 estaduais. A regional reúne 39.727 matrículas, das quais 14.297 correspondem aos Anos Finais do Ensino Fundamental e 15.626 ao Ensino Médio. Esses dados indicam um público significativo nas etapas em que os projetos de iniciação científica e as práticas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais podem ser desenvolvidos com maior centralidade.

Entre as regionais investigadas, a SRE Z apresenta a estrutura mais complexa. Situada na região central de Minas Gerais, reúne 1.144 unidades escolares, das quais 207 pertencem à rede estadual. Também concentra o maior volume de matrículas, com 62.432 estudantes no Ensino Médio e 36.431 nos Anos Finais do Ensino Fundamental. A dimensão dessa regional revela desafios específicos para a mobilização, o acompanhamento e a implementação de ações pedagógicas em larga escala.

A SRE W conta com 163 escolas estaduais e 19 escolas privadas. Embora o trecho analisado apresente menos informações sobre sua composição por etapa de ensino, os dados disponíveis indicam uma presença expressiva de estudantes autodeclarados pardos e pretos, aspecto que aproxima essa regional das demais no que se refere à relevância da Educação das Relações Étnico-Raciais.

No conjunto das quatro SREs, observa-se a predominância de estudantes autodeclarados pardos e pretos. Na SRE X, os estudantes pardos somam 19.655

matrículas, enquanto os pretos correspondem a 1.613. Na SRE Y, são 26.999 estudantes pardos e 5.152 pretos. Na SRE Z, esse quantitativo alcança 82.026 estudantes pardos e 14.752 pretos. Já na SRE W, registram-se 57.713 estudantes pardos e 3.890 pretos. Esses dados reforçam a importância de políticas educacionais comprometidas com a Educação das Relações Étnico-Raciais e com práticas antirracistas no cotidiano escolar.

A distribuição por sexo, por sua vez, revela relativo equilíbrio entre estudantes do sexo feminino e masculino nas regionais analisadas. Esse aspecto, embora não seja o eixo central da pesquisa, contribui para caracterizar o perfil dos estudantes atendidos e reforça a necessidade de ações pedagógicas sensíveis à diversidade presente na rede estadual.

Assim, a caracterização das SREs evidencia que os NUPEAAS são implementados em contextos marcados por diferenças territoriais, administrativas e demográficas. Ao mesmo tempo, a presença majoritária de estudantes negros – considerados os autodeclarados pardos e pretos – reforça a pertinência da política investigada e a necessidade de sua consolidação como estratégia permanente de fortalecimento da educação antirracista na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

Para sistematizar essa caracterização, o Quadro 2 apresenta uma síntese das principais informações sobre as SREs participantes da pesquisa, considerando a região de localização, o número de escolas estaduais, as matrículas nas etapas prioritárias do ICEB/NUPEAAS e o principal destaque de cada regional. A síntese permite visualizar, de forma comparativa, a diversidade dos contextos analisados e reforça a importância de considerar as especificidades territoriais e institucionais na implementação dos NUPEAAS. Na seção seguinte, são apresentadas as escolas selecionadas em cada SRE, com base em sua participação nos editais de 2021/2022 e 2023/2024.

Quadro 2 – Caracterização das SREs participantes

SRE	Região	Escolas estaduais	Matrículas em etapas prioritárias	Principal destaque
SRE X	Vale do Jequitinhonha	87	23.038	Forte presença de escolas rurais
SRE Y	Norte de Minas Gerais	134	29.923	Público expressivo nos Anos Finais e Ensino Médio
SRE Z	Região Central	207	98.863	Maior estrutura entre as SREs analisadas
SRE W	Minas Gerais	163	55.828	Presença expressiva de estudantes pardos e pretos

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2024 e do Painel de Indicadores Educacionais da SEE/MG (MINAS GERAIS, 2026).

Nota: As matrículas em etapas prioritárias referem-se aos Anos Finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

2.3.2 Caracterização das escolas participantes da pesquisa

As escolas participantes da pesquisa apresentam características distintas quanto à localização, às etapas e modalidades de ensino ofertadas, ao porte e aos indicadores educacionais. Essa caracterização permite compreender as condições institucionais em que os projetos vinculados ao NUPEAAS são desenvolvidos. As escolas selecionadas para a pesquisa apresentam perfis distintos quanto à localização, ao porte, às etapas ofertadas, ao nível socioeconômico dos estudantes e aos indicadores educacionais disponíveis. Essa caracterização permite situar os contextos institucionais em que os projetos vinculados aos NUPEAAS foram desenvolvidos, considerando a diversidade das unidades escolares participantes.

O Indicador de Nível Socioeconômico (INSE)¹⁵, utilizado nesta caracterização, permite contextualizar o perfil socioeconômico médio dos estudantes. De acordo com a escala do Inep, o nível III corresponde à faixa de 4,0 a 4,5, indicando estudantes situados entre meio e um desvio-padrão abaixo da média nacional do INSE. Já o nível IV corresponde à faixa de 4,5 a 5,0, indicando estudantes situados até meio desvio-padrão abaixo da média nacional.¹⁶

¹⁵ O Indicador de Nível Socioeconômico (INSE), vinculado ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), permite contextualizar os resultados educacionais a partir do perfil socioeconômico dos estudantes, contribuindo para a identificação de desigualdades sociais na educação e para a orientação de políticas e investimentos educacionais (INEP, 2021).

¹⁶ Informações disponíveis no site do INEP (INEP, 2021)

A Escola A, vinculada à SRE X, está localizada no norte de Minas Gerais, a 80 km da sede regional. Trata-se de uma unidade de menor porte, com 78 matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 55 no Ensino Médio. Quanto ao perfil socioeconômico, apresenta INSE médio de 4,56, situando-se no nível IV da escala do Inep. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, registra IDEB 5,6.

A Escola B situa-se no município sede da SRE Y, no Vale do Jequitinhonha. A unidade possui 94 matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 134 no Ensino Médio. Entre as escolas analisadas, apresenta o menor INSE médio, com 4,39, situando-se no nível III da escala do Inep. Em relação ao IDEB, registra 4,7 nos Anos Finais e 3,9 no Ensino Médio.

A Escola C, pertencente à SRE Z, está localizada na região central de Minas Gerais, a 43 km de Belo Horizonte. Diferencia-se das demais por concentrar sua oferta no Ensino Médio, etapa em que reúne 584 matrículas. Como não oferta os Anos Finais do Ensino Fundamental, os dados dessa etapa não se aplicam. A unidade apresenta o maior INSE médio entre as escolas selecionadas, com 4,98, situando-se no nível IV da escala do Inep. No Ensino Médio, registra IDEB 4,3.

A Escola D, vinculada à SRE W, localiza-se na região norte de Minas Gerais. A unidade apresenta atendimento nas duas etapas prioritárias do ICEB/NUPEAAS, com 224 matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 236 no Ensino Médio. Seu INSE médio é de 4,78, também situado no nível IV da escala do Inep. No Ensino Médio, registra IDEB 4,2.

Em síntese, as escolas participantes representam diferentes contextos da rede estadual de Minas Gerais, incluindo unidades localizadas no norte do estado, no Vale do Jequitinhonha e na região central. Também apresentam variações quanto ao número de matrículas, às etapas ofertadas, ao INSE e aos indicadores do IDEB. O Quadro 3, apresentado a seguir, sistematiza essas informações.

Quadro 3 – Caracterização das escolas participantes da pesquisa

Escola	Localização	Etapas ofertada	Matrículas	INSE (média)	IDEB
Escola A	Norte de Minas Gerais, a 80 km da sede da SRE X	Anos Finais e Ensino Médio	78 AF / 55 EM	4,56 – Nível IV	5,6 AF
Escola B	Município sede da SRE Y, Vale do Jequitinhonha	Anos Finais e Ensino Médio	94 AF / 134 EM	4,39 – Nível III	4,7 AF / 3,9 EM
Escola C	Região Central de Minas Gerais, a 43 km de Belo Horizonte	Ensino Médio	584 EM	4,98 – Nível IV	4,3 EM
Escola D	Norte de Minas Gerais, SRE W	Anos Finais e Ensino Médio	224 AF / 236 EM	4,78 – Nível IV	4,2 EM

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do QEdú, INSE/Inep e SEE/MG.

Nota: AF = Anos Finais do Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; INSE = Indicador de Nível Socioeconômico; IDEB = Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

O Quadro 3 reúne as principais informações sobre as escolas participantes da pesquisa, permitindo-nos comparar localização, etapas ofertadas, matrículas, INSE e IDEB. Esses dados mostram a diversidade dos contextos escolares analisados e contribuem para situar os espaços institucionais em que os projetos vinculados aos NUPEAAS foram desenvolvidos. Na seção seguinte, apresentamos o Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), política à qual os NUPEAAS estão vinculados.

2.4 APRESENTANDO O PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E OS NUPEAAS

Nesta subseção, apresentamos o Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), com enfoque no Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-

Brasileiros, Africanos e da Diáspora (NUPEAAS), objeto de nosso estudo. Buscamos explicitar como essa política pública se articula à legislação educacional vigente e de que maneira contribui para o protagonismo juvenil, o desenvolvimento de competências de pesquisa, a consolidação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e a valorização de identidades e saberes historicamente silenciados.

A implementação do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) teve início em 2017, sendo regulamentada pela Resolução SEE nº 3.533, de 11 de agosto de 2017, em conformidade com o Decreto Estadual nº 47.227, de 2 de agosto de 2017.

Segundo Minas Gerais (2017, p.136), a política de Iniciação Científica pautava-se no reconhecimento da pesquisa como elemento central da formação estudantil, ampliando o acesso à cultura científica, incentivando vocações e talentos, e integrando os estudos a contextos sociais diversos, como realidades locais, periféricas, indígenas e quilombolas.

Em sua concepção inicial, a política tinha como foco a inserção da Iniciação Científica no Ensino Médio, no âmbito da Educação Integral e Integrada da rede pública de Minas Gerais, priorizando projetos de pesquisa nas quatro áreas de conhecimento, a saber: a) Ciências da Natureza e suas Tecnologias; b) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; c) Matemática e suas Tecnologias e d) Ciências Humanas e suas Tecnologias. Esses projetos se organizavam em três eixos de pesquisa, sendo: (i) Territórios de Iniciação Científica, (ii) Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (UBUNTU/NUPEAAS) e (iii) Conexões de Saberes (COSEM).

Os Territórios de Iniciação Científica (TICs) constituem-se coletivos de pesquisa voltados à promoção de práticas investigativas na Educação Básica, com o objetivo de desenvolver atividades que favoreçam a construção colaborativa do conhecimento e a análise de temáticas específicas em diversas áreas do saber.

Os Núcleos de Pesquisas e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (UBUNTU/NUPEAAS) são coletivos dedicados à investigação da cultura, história, identidades e participação social de povos afrodescendentes, em diálogo com a diáspora africana¹⁷. Suas atividades se organizam em quatro vertentes: a primeira,

¹⁷ Migração forçada de africanos durante o tráfico transatlântico, que trouxe pessoas, culturas e práticas sociais, contribuindo para a formação de sociedades afrodiaspóricas em países como Brasil, Cuba, Estados Unidos e Haiti. (Fundação Cultural Palmares, 2025).

voltada à cultura, memória, corporeidade e ancestralidade; a segunda, à construção e valorização das identidades afrodescendentes contemporâneas; a terceira, à participação social e política na promoção da inclusão e no enfrentamento ao racismo; e a quarta, às contribuições da cultura africana e da diáspora para as áreas de ciências, engenharias e tecnologias.

O terceiro eixo do Programa, denominado Conexões de Saberes (COSEM), correspondeu a coletivos de pesquisa voltados à investigação contínua das demandas das classes populares, especificamente de estudantes das periferias urbanas, camponeses, quilombolas, indígenas e em itinerância¹⁸. Esses coletivos tinham como objetivo propor ações que ampliassem o acesso e a permanência desse público na Educação Básica de qualidade.

De acordo com informações da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a primeira edição da iniciativa, à época denominada Projeto Iniciação Científica no Ensino Médio, foi implementada pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), o Instituto Unibanco (IU), a Ação Educativa¹⁹ e o Observatório de Favelas²⁰.

Na fase inicial do Projeto, os parceiros assumiram papéis estratégicos e complementares: a Fapemig selecionou tutores com mestrado para acompanhar professores e estudantes na condução dos projetos de pesquisa; o Instituto Unibanco coordenou o desenvolvimento do projeto Conexões de Saberes, oferecendo suporte técnico, científico e metodológico sobre evasão escolar; a Ação Educativa alinhou a política às metas do Plano Nacional de Educação, com ênfase na igualdade racial e na qualidade educacional; e o Observatório de Favelas coordenou a execução das atividades junto às comunidades periféricas, garantindo que as ações considerassem as realidades e necessidades dos estudantes.

¹⁸ Nos termos da Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012, são considerados em situação de itinerância crianças, adolescentes e jovens pertencentes a grupos como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, circenses, artistas de parques de diversão e de teatro mambembe, dentre outros.

¹⁹ A Ação Educativa é uma associação civil sem fins lucrativos que, desde 1994, desenvolve ações nos campos da educação, da cultura e da juventude, orientadas pela perspectiva dos direitos humanos (Ação Educativa, 2025).

²⁰ O Observatório das Favelas é uma organização da sociedade civil de interesse público, fundada em 2001 e dedicada à produção de conhecimento e metodologias voltadas à incidência em políticas públicas e à promoção do direito à cidade em contextos periféricos (Observatório das Favelas, 2025).

O projeto foi estruturado a partir da publicação dos editais SEE nº 01/2017, referente ao eixo Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros, Africanos e da Diáspora (NUPEAAS), e SEE nº 02/2017, destinado ao eixo Territórios de Iniciação Científica (TIC), bem como da Chamada FAPEMIG nº 13/2017, voltada à seleção de professores tutores para acompanhar coletivos de pesquisa compostos por estudantes do Ensino Médio da rede estadual e por professores orientadores do quadro efetivo. Vale ressaltar que não foi publicado edital específico para adesão ao eixo COSEM, conforme previsto na resolução que regulamentava a iniciativa.

Para a implementação dos NUPEAAS, objeto central desta pesquisa, a SEE/MG promoveu, em 21 de junho de 2016, a Roda de Conversa Afroconsciência, com a participação de professores, orientadores pedagógicos e representantes das 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE). Nesse encontro, o Gabinete da Secretaria Estadual de Educação, na ocasião representado pela então Secretária de Estado de Educação, pela Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica e pela Superintendente de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino da SEE, apresentou a proposta de implementação dos NUPEAAS, inserida no contexto da Campanha Afroconsciência²¹. O evento contou com a realização de oficinas nas quais os profissionais da rede estadual puderam dirimir dúvidas sobre a implementação da proposta e propor sugestões para a efetivação dos núcleos de pesquisa voltados à temática da educação das relações étnico-raciais.

No final de setembro de 2016, a SEE/MG promoveu uma roda de conversa com estudantes do Ensino Médio e egressos da rede estadual, incluindo representantes de diversos segmentos da juventude, do movimento negro e de militâncias nas áreas estudantil e de moradia. O encontro teve como objetivo apresentar as ideias iniciais para o desenvolvimento dos NUPEAAS e coletar sugestões a serem analisadas e incorporadas ao Projeto.

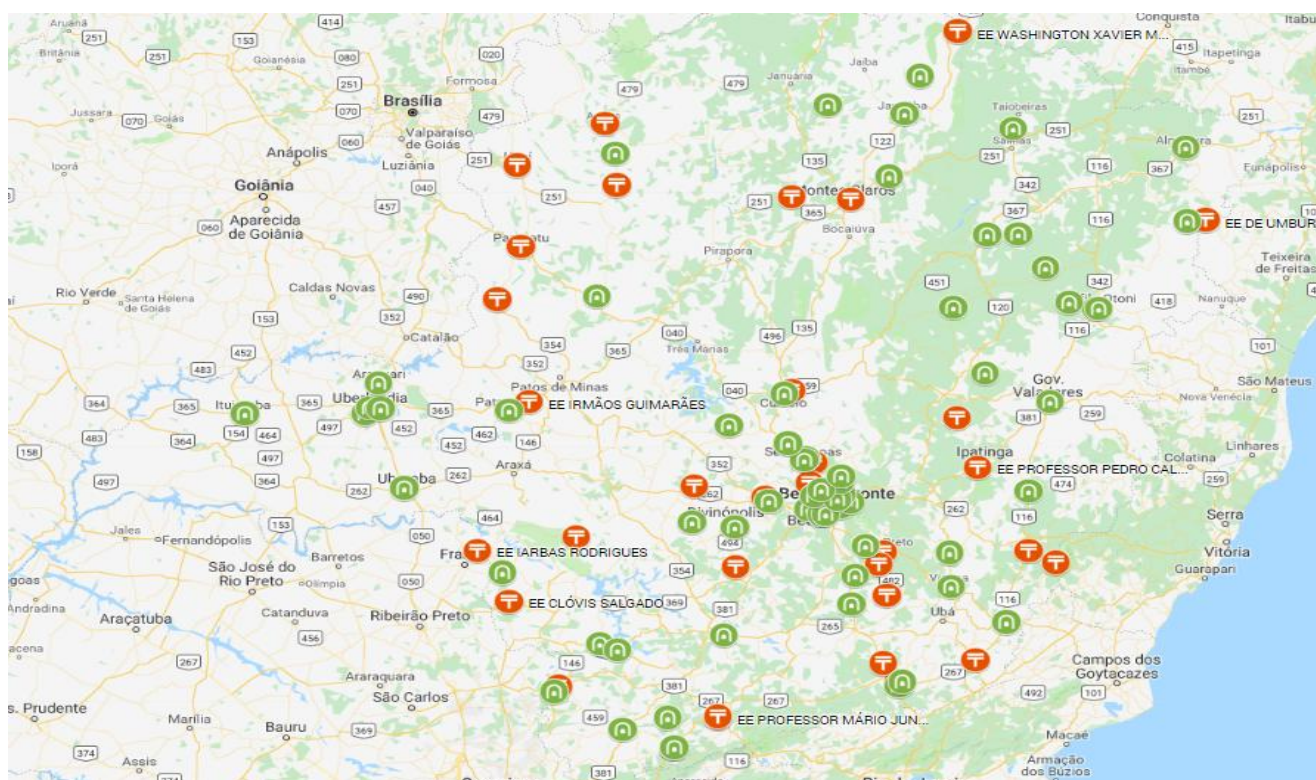
Outro aspecto relevante na implementação dos NUPEAAS foi a realização da Reunião Afroconsciência, em 17 de julho de 2017, durante a 69ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O evento, promovido pela Secretaria de Estado de Educação em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, teve como objetivo fomentar a reflexão e o debate sobre as interfaces entre

²¹ Trata-se de iniciativa promovida pela SEE/MG, em conformidade com a Lei nº 10639/2003, que fomentou ações para a superação do racismo, reconhecimento e valorização da história e da cultura dos africanos na formação da sociedade brasileira.

diversidade étnico-racial, Ensino Superior e Educação Básica, bem como a elaboração de um manifesto em defesa da diversidade étnico-racial como princípio pedagógico e curricular na Educação Básica.

A primeira edição do Projeto de Iniciação Científica no Ensino Médio foi executada entre novembro de 2017 e dezembro de 2018, totalizando dez meses de atividades. Segundo informações da Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, esta edição abrangeu 127 projetos de pesquisa, sendo 94 NUPEAAS e 33 TICs, distribuídos geograficamente conforme apresentado a seguir:

Figura 3 - Mapa com distribuição das escolas integrantes do Projeto Iniciação Científica no Ensino Médio em 2017/2018



Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2020)

No mapa acima, a distribuição dos núcleos de pesquisa da rede pública estadual de Minas Gerais, referente à edição 2017- 2018, é representada por cores distintas. Os marcadores verdes indicam a localização das escolas participantes dos NUPEAAS/Ubuntu, enquanto os marcadores laranja correspondem às instituições vinculadas aos TICs. Verifica-se uma maior concentração dos NUPEAAS/Ubuntu nas regiões de Uberlândia, Belo Horizonte e na Região Metropolitana.

Segundo dados da SEE/MG, a edição 2017-2018 do Projeto resultou na elaboração de artigos, relatos de experiência e memoriais, na participação dos núcleos de pesquisa em seminários e congressos, e no ingresso de estudantes no Ensino Superior. No caso dos NUPEAAS, a ação culminou com a participação dos estudantes no X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE), na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em outubro de 2018. Nessa oportunidade eles apresentaram suas pesquisas, interagiram com os referenciais bibliográficos e experimentaram a inserção em um espaço acadêmico, fortalecendo a iniciação científica e ampliando a visibilidade de seus trabalhos.

A segunda edição da iniciativa, apresentada em nova formatação, ocorreu em 2021, dois anos após a mudança de gestão no Governo do Estado. Considerando as experiências da primeira edição, a política foi reformulada, ampliando o número de vagas de 127 para 400, incluindo estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e de escolas de Ensino Médio parcial, e incorporando professores efetivos da rede estadual como tutores dos núcleos de pesquisa e curadores. Além disso, o cronograma de ações da Iniciação Científica passou a adotar periodicidade bienal, consolidando avanços na articulação entre escola, pesquisa e formação de estudantes.

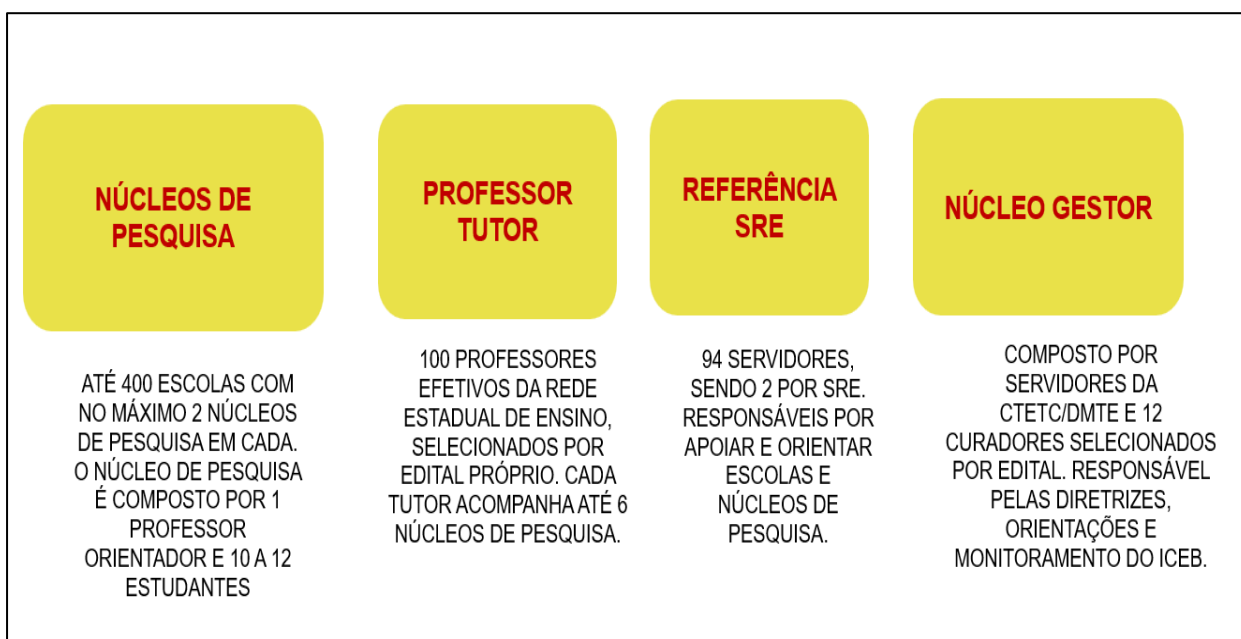
As parcerias inicialmente estabelecidas para o desenvolvimento da iniciação científica foram descontinuadas, passando a coordenação geral da iniciativa a ser responsabilidade da SEE/MG, por meio da Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais. Nessa nova etapa, a iniciativa recebeu a denominação de Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB).

Em decorrência dessas mudanças, foi publicada a Resolução SEE nº 4.725, de 3 de maio de 2022, que instituiu formalmente o ICEB e consolidou os marcos estruturantes da política de investigação e pesquisa na Educação Básica da rede estadual de Minas Gerais.

A estrutura do ICEB organiza-se em torno de núcleos de pesquisa que reúnem estudantes do Ensino Fundamental e Médio, sob a orientação de professores efetivos da rede estadual. Esses núcleos são sustentados por uma rede articulada de atores que inclui professores tutores, professores curadores, servidores vinculados à Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais, bem como representantes das Superintendências Regionais de Ensino, aos quais compete apoiar, orientar e fortalecer a atuação das escolas e dos núcleos de pesquisa em âmbito local.

Em conjunto, esses sujeitos compõem a comunidade ICEB e atuam de forma integrada na coordenação das ações, no acompanhamento pedagógico e na garantia do rigor técnico, metodológico e ético dos projetos desenvolvidos. A Figura 4 apresenta, de forma esquemática, essa organização e a dinâmica de interação entre os diferentes atores institucionais:

Figura 4- Estrutura da Comunidade ICEB



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O ICEB tem por objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa propostos e elaborados por estudantes da rede estadual de ensino, em diferentes áreas do conhecimento, com ênfase em temas relacionados à cidadania, ao meio ambiente, à cultura e à diversidade, bem como em temáticas específicas vinculadas às culturas afro-brasileiras e da diáspora. A iniciativa visa fomentar a produção de relatos de experiência e artigos científicos pelos próprios estudantes, além de promover a socialização dos resultados das investigações, por meio de seminários e atividades de apresentação à comunidade escolar. A mobilização da rede estadual para adesão ao Programa se estruturou da seguinte forma, conforme a Figura 5:

Figura 5 - Fluxo de mobilização da rede estadual de ensino para participação no ICEB

FLUXO DE MOBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (ICEB)

Etapas de mobilização institucional para implementação do ICEB e dos NUPEAAS na rede estadual de ensino de Minas Gerais



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A primeira etapa de divulgação do ICEB foi conduzida pelas equipes da Unidade Central da SEE/MG. Nesse momento inicial, a Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais (DMTE) promoveu a mobilização das

Superintendências Regionais de Ensino (SREs), por meio de reuniões voltadas à apresentação e à divulgação do cronograma geral das ações do Programa. Essas reuniões foram conduzidas de forma virtual, via *Google Meet*²², e contaram com a participação dos Superintendentes Regionais de Ensino, Diretores Educacionais e de Analistas e Técnicos que atuavam como pontos focais das ações direcionadas às juventudes nas SREs.

Ainda nessa etapa, visando dar capilaridade à divulgação do Programa em toda a rede estadual, a DMTE promoveu a divulgação de *cards*²³ nos grupos de *WhatsApp* de Diretores Educacionais, Superintendentes Regionais de Ensino, bem como nos grupos internos de coordenadores e diretores das equipes da Superintendência de Políticas Pedagógicas (SPP).

A Assessoria de Comunicação da SEE/MG, por sua vez, realizou a divulgação de matéria sobre o ICEB no site da Secretaria e o envio de e-mails, por lista de transmissão, aos professores da rede, informando sobre a publicação dos editais do Programa, que ocorreu em três etapas: (i) seleção de professores efetivos para exercerem a função de curadores; ii) seleção de projetos de pesquisa elaborados por estudantes do Ensino Médio e iii) seleção de professores tutores para acompanhamento e orientação técnica e metodológica aos núcleos de pesquisa.

Ainda nessa etapa, intensificou-se a divulgação dos editais do Programa por meio do Jornal Minas Gerais, da Agência Minas e dos canais institucionais da Secretaria de Educação, incluindo o site oficial e as redes sociais, com destaque para o *Instagram*. Complementarmente, em cada lançamento de edital, foram produzidos e compartilhados *cards* informativos via grupos de *WhatsApp* de diretores educacionais, superintendentes regionais de ensino e de coordenadores e gestores da Unidade Central da SEE/MG.

Concluída essa fase inicial, em âmbito regional, foi iniciada a mobilização dos gestores escolares, Especialistas da Educação Básica e professores efetivos do Ensino Médio das escolas estaduais para a participação no ICEB. Esse processo teve

²² Trata-se de uma plataforma de videoconferência do Google que permite a realização de reuniões online, com recursos de áudio, vídeo, chat e compartilhamento de tela, sendo amplamente utilizada em contextos acadêmicos e profissionais.

²³ São peças gráficas digitais que unem texto e imagem para divulgar informações de forma sintética, amplamente usados em aplicativos de mensagens pela fácil circulação e impacto visual.

como protagonistas os técnicos e analistas das juventudes de cada SRE e os diretores educacionais. Cada equipe, no entanto, organizou a melhor estratégia para essa finalidade: comunicação por e-mail às escolas, reunião com gestores escolares, publicação na página Web da SRE, organização de *live*²⁴ com a participação de professores orientadores e/ ou tutores e de estudantes pesquisadores de versões anteriores do Programa, entre outros.

Posteriormente, foi realizada uma mobilização, de âmbito local, nas escolas estaduais, pelos Gestores Escolares e Especialistas, focada nos professores do Ensino Médio e demais membros da comunidade escolar. Nesse momento, foi intensificada a discussão da proposta junto ao público do ICEB, os estudantes da Educação Básica e os professores do Ensino Médio que atuariam, respectivamente, como pesquisadores e orientadores dos projetos de pesquisa elaborados no Programa.

O Edital de Curadoria do ICEB foi o primeiro a ser divulgado. Teve como objetivo a seleção de doze (12) professores efetivos da rede estadual de ensino, sendo três de cada área do conhecimento, para atuarem como curadores do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB). A seleção dos docentes foi conduzida por comissão da DMTE, previamente divulgada no site da SEE/MG. O período de inscrições teve duração de dez (10) dias corridos e o intervalo entre a seleção dos professores inscritos, a análise de recursos, a atribuição de extensão de jornada e o início das atividades foi de vinte e dois (22) dias.

Para concorrer às vagas de curadoria, os professores da rede estadual deveriam ter vínculo efetivo como regente de aulas, com atuação no Ensino Fundamental - Anos Finais, Ensino Médio regular ou Educação de Jovens e Adultos – EJA. Além disso, no ato da inscrição, os servidores não deveriam ter previsão de usufruto de férias-prêmio, mudança de lotação e/ou Licença para tratar de Interesses Particulares (LIP) e possuir disponibilidade para extensão de carga horária de 08 (oito) horas/aulas semanais, sem prejuízo do cumprimento das horas de Atividades Extraclasse. Além disso, o servidor necessitava ter concluído pós-graduação *Stricto Sensu* em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

24 Trata-se de transmissão em tempo real pela internet, que possibilita interação imediata entre emissor e público, usada em contextos diversos como educação, cultura e entretenimento.

A classificação dos professores inscritos no processo de seleção de curadores do ICEB considerou a experiência dos candidatos em tutoria, curadoria e/ou orientação de projetos de pesquisa científica, a participação em projetos de investigação, a realização de formações complementares (como cursos livres, formações continuadas, cursos de atualização e especializações em temáticas relacionadas à pesquisa científica, bem como a formação na área de Ensino/Educação) e a apresentação de carta de interesse, na qual foram explicitadas a motivação e a pertinência da sua participação no Programa. As atribuições dos professores curadores do ICEB encontram-se previstas no item 2.7 do Edital SEE nº08/2021, sendo as seguintes:

Cumprir os prazos estabelecidos em cronograma e definições do Núcleo Gestor da SEE/MG; Constituir banca avaliadora dos Projetos de Pesquisas das escolas e de seleção dos professores tutores; Planejar e acompanhar a formação sobre pesquisa, metodologias e escrita científica para os professores orientadores; Acompanhar os relatórios dos Núcleos de Pesquisas das escolas; Apoiar e orientar os professores tutores no acompanhamento das atividades nas escolas; Orientar os Núcleos de Pesquisa sobre as questões de Ética e Segurança em Pesquisa; Colaborar com o planejamento e execução do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica, juntamente com o Núcleo Gestor da SEE/MG; Elaborar orientações, formações e guias, entre outros, conforme orientação e demanda do Núcleo Gestor da SEE/MG; Participar de reuniões com o Núcleo Gestor da SEE/MG e com os Professores Tutores; Entregar relatórios mensais e final referentes à sua participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica; O cumprimento das atribuições elencadas de forma intempestiva acarretará no desligamento do professor da curadoria do Programa. (Minas Gerais, 2021, p.59)

Posteriormente, foi divulgado o Edital de Seleção de Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica, referente às inscrições para a composição de Núcleos de Pesquisa nas escolas de Ensino Fundamental Anos Finais e de Ensino Médio da rede estadual de Minas Gerais, para integrar o Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), conforme a Resolução SEE nº 4.725, de 3 de maio de 2022. Para além das divulgações direcionadas aos professores da rede, houve, nessa etapa, a mobilização dos estudantes por *e-mails* e redes sociais (*WhatsApp* e *Instagram*), realizada pela Unidade Central e pelos professores no âmbito das unidades escolares.

O Edital SEE nº09/2021 apresentou a organização dos núcleos de pesquisa, detalhando sua composição, objetivos e finalidades, pré-requisitos para a participação

de professores orientadores e estudantes pesquisadores, assim como a estrutura para a apresentação dos projetos de pesquisa pelas escolas e atribuições dos professores e estudantes.

De acordo com o referido edital, o Professor orientador dos núcleos de pesquisa necessitava ter disponíveis 5h/aula semanais para dedicar-se às atribuições previstas em edital, a saber:

Cumprir os prazos estabelecidos em cronograma e definições do Núcleo Gestor do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) da SEE/MG; Seguir as orientações encaminhadas pelo Núcleo Gestor da SEE/MG; Coordenar o desenvolvimento das atividades do Núcleo de Pesquisa; Orientar os estudantes pesquisadores na elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa; Participar de, no mínimo, duas reuniões mensais organizadas pelo professor tutor; Entregar relatórios mensais referentes ao desenvolvimento do projeto de pesquisa; Apresentar, nas reuniões mensais com o professor tutor, informações sobre o desenvolvimento das atividades do Núcleo de Pesquisa, e quando solicitado, para a coordenação pedagógica, direção da escola, Superintendência Regional de Ensino (SRE) e Unidade Central da SEE/MG. (Minas Gerais, 2021,p.40).

Os dados apresentados na Tabela 2 indicam que a estrutura remuneratória da carreira docente está fundamentada em dois critérios centrais: a titulação acadêmica e a progressão horizontal da carreira. Observamos que, em todos os níveis de escolaridade, a remuneração aumenta gradualmente à medida que o profissional avança dos graus A a P. De forma semelhante, os valores da hora-aula tornam-se mais elevados conforme se amplia a formação acadêmica, abrangendo especialização, certificação, mestrado e doutorado.

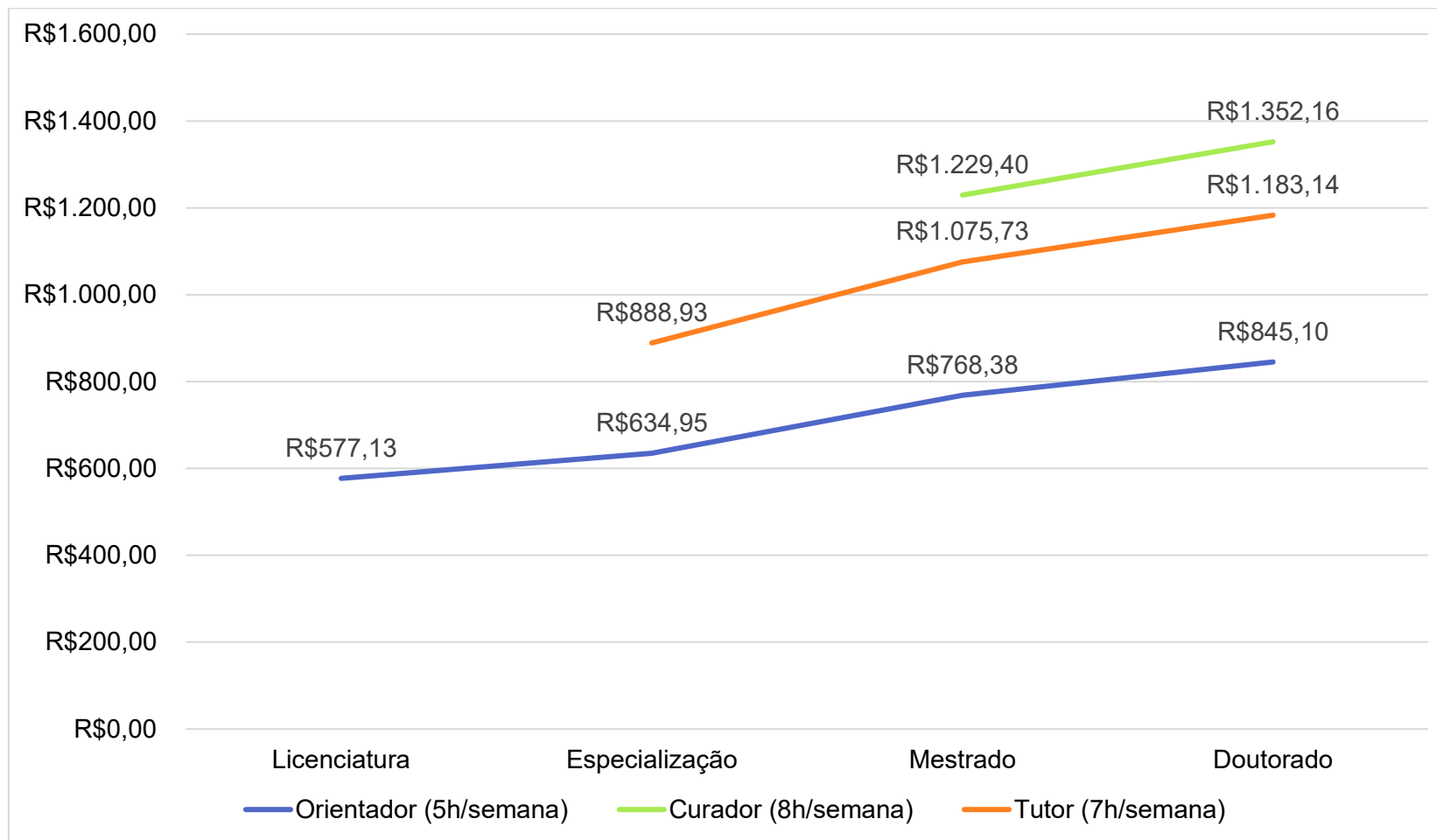
Ao analisarmos os valores da tabela, verificamos diferenças expressivas entre os níveis de titulação ao longo da carreira. No grau A, por exemplo, a hora-aula corresponde a R\$ 25,65 para docentes com licenciatura e a R\$ 37,56 para aqueles com doutorado. No grau P, os valores alcançam R\$ 36,25 e R\$ 53,07, respectivamente. Esses dados permitem compreender que a carreira docente incorpora mecanismos de progressão associados tanto ao tempo de permanência quanto à qualificação profissional, estabelecendo diferenciações remuneratórias vinculadas à formação acadêmica e ao desenvolvimento na carreira (MINAS GERAIS, 2021, p. 40).

Tabela 2 – Valor da hora-aula do Professor de Educação Básica (PEB), segundo nível de escolaridade e grau da carreira

Nível de escolaridade	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Licenciatura	R\$ 25,65	R\$ 26,30	R\$ 26,95	R\$ 27,63	R\$ 28,32	R\$ 29,03	R\$ 29,75	R\$ 30,49	R\$ 31,26	R\$ 32,04	R\$ 32,84	R\$ 33,66	R\$ 34,50	R\$ 35,36	R\$ 36,25
Especialização	R\$ 28,22	R\$ 28,93	R\$ 29,65	R\$ 30,39	R\$ 31,15	R\$ 31,93	R\$ 32,73	R\$ 33,54	R\$ 34,38	R\$ 35,24	R\$ 36,12	R\$ 37,03	R\$ 37,95	R\$ 38,90	R\$ 39,87
Certificação	R\$ 31,04	R\$ 31,82	R\$ 32,61	R\$ 33,43	R\$ 34,26	R\$ 35,12	R\$ 36,00	R\$ 36,90	R\$ 37,82	R\$ 38,77	R\$ 39,74	R\$ 40,73	R\$ 41,75	R\$ 42,79	R\$ 43,86
Mestrado	R\$ 34,15	R\$ 35,00	R\$ 35,87	R\$ 36,77	R\$ 37,69	R\$ 38,63	R\$ 39,60	R\$ 40,59	R\$ 41,60	R\$ 42,64	R\$ 43,71	R\$ 44,80	R\$ 45,92	R\$ 47,07	R\$ 48,25
Doutorado	R\$ 37,56	R\$ 38,50	R\$ 39,46	R\$ 40,45	R\$ 41,46	R\$ 42,50	R\$ 43,56	R\$ 44,65	R\$ 45,76	R\$ 46,91	R\$ 48,08	R\$ 49,28	R\$ 50,51	R\$ 51,78	R\$ 53,07

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Minas Gerais (2025) e G1 (2026).

Figura 6 - Gráfico Estimativa de remuneração mensal das funções de orientador, curador e tutor, segundo a titulação mínima exigida



Fonte: Elaborada pela autora com base em Minas Gerais (2025) e G1 (2026).

Nota: Valores estimados considerando 4,5 semanas mensais e o nível A da carreira do Professor de Educação Básica (PEB).

O Gráfico apresenta as diferenças na remuneração mensal prevista para as funções exercidas no âmbito do ICEB. Entre os Professores Orientadores, os valores variam de R\$ 577,13 a R\$ 845,10. No caso dos Tutores, a remuneração mensal situa-se entre R\$ 888,93 e R\$ 1.183,14. Já os Curadores concentram os maiores valores entre as funções analisadas, com remunerações que variam de R\$ 1.229,40 a R\$ 1.352,16 mensais.

De acordo com os editais do ICEB, compete aos estudantes pesquisadores a escolha do tema de investigação, a elaboração e o desenvolvimento dos projetos, a socialização dos resultados junto à comunidade escolar e em seminários promovidos pelas Superintendências Regionais de Ensino (SREs) e pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), bem como a produção de Relatos de Experiência e/ou Artigos Científicos destinados à divulgação das pesquisas desenvolvidas. As atividades ocorrem em regime híbrido, combinando encontros virtuais entre os integrantes dos núcleos e atividades presenciais, incluindo pesquisas de campo.

Em razão das dificuldades relacionadas à operacionalização do pagamento de bolsas diretamente aos estudantes pela SEE/MG, o ICEB não prevê a transferência de recursos financeiros aos discentes. Ainda assim, o programa contempla diferentes mecanismos de incentivo à participação estudantil e ao desenvolvimento das pesquisas.

O programa prevê a disponibilização de notebooks às escolas para empréstimo a professores e estudantes envolvidos nas pesquisas, além do repasse de recursos financeiros às caixas escolares para a realização de atividades de campo. Também estão previstas ações de apoio à participação dos estudantes em eventos de divulgação científica e a aquisição de materiais necessários ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa.

A seleção dos núcleos inscritos ocorreu em três etapas. A primeira, de âmbito escolar, foi conduzida pela equipe gestora, responsável pela avaliação dos projetos elaborados por estudantes e professores e pelo encaminhamento de até dois projetos, de eixos distintos (TICs ou NUPEAAS), para a Superintendência Regional de Ensino correspondente.

Na etapa regional, as SREs analisaram os projetos encaminhados pelas escolas e realizaram uma pré-seleção, observando o quantitativo de vagas disponível para cada eixo de pesquisa.

A terceira etapa consistiu na seleção final dos projetos pela equipe de Curadores do ICEB, designada por edital específico. Essa fase compreendeu um período de quinze dias para a inscrição dos projetos pelas escolas e de trinta e cinco dias para a realização das etapas de seleção regional e estadual.

Conforme previsto nos editais das edições 2021/2022 e 2023/2024, o ICEB ofertou, em cada biênio, 400 vagas para a constituição de núcleos de pesquisa compostos por 10 a 12 estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, orientados por um professor efetivo da própria escola, denominado Professor Orientador.

A distribuição das vagas entre as Superintendências Regionais de Ensino foi realizada de forma proporcional ao número de escolas que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Para os biênios 2021/2022 e 2023/2024, a distribuição ocorreu conforme apresentado na Tabela 3. Houve pequenas variações no quantitativo de vagas destinadas a cada SRE, decorrentes das alterações no número de escolas que atendiam aos critérios de participação estabelecidos pelo programa.

Tabela 3 - Total de vagas do ICEB por
Superintendência Regional de Ensino

Superintendência Regional de Ensino	Edição	
	2021-2022	2023-2024
Almenara	6	7
Araçuaí	14	15
Barbacena	6	10
Campo Belo	6	7
Carangola	6	6
Caratinga	8	9
Caxambu	6	4
Conselheiro Lafaiete	7	6
Coronel Fabriciano	7	5
Curvelo	5	3
Diamantina	9	7
Divinópolis	13	12
Governador Valadares	14	14
Guanhães	8	7
Itajubá	8	6
Ituiutaba	2	4

Janaúba	8	15
Januária	15	23
Juiz de Fora	13	12
Leopoldina	4	4
Manhuaçu	7	8
Metropolitana A	13	11
Metropolitana B	24	19
Metropolitana C	24	16
Monte Carmelo	3	4
Montes Claros	18	26
Muriaé	4	4
Nova Era	4	5
Ouro Preto	5	4
Pará de Minas	8	7
Paracatu	6	6
Passos	6	6
Patos de Minas	5	5
Patrocínio	5	3
Pirapora	3	3
Poços de Caldas	7	6
Ponte Nova	8	10
Pouso Alegre	7	6
São João del Rei	4	7
São Sebastião do Paraíso	6	3
Sete Lagoas	12	8
Teófilo Otoni	19	11
Ubá	4	8
Uberaba	8	10
Uberlândia	10	10
Unaí	7	5
Varginha	8	14
TOTAL	400	400

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A Tabela 3 apresenta o quantitativo de registros por Superintendência Regional de Ensino (SRE) nas edições 2021–2022 e 2023–2024, totalizando 400 registros em cada edição.

Na edição 2021–2022, as SREs com maior quantitativo de vagas foram: Metropolitana B e Metropolitana C (24), seguidas por Teófilo Otoni (19), Montes Claros (18), Januária (15), Araçuaí e Governador Valadares (14), Divinópolis, Juiz de Fora e

Metropolitana A (13). As menores quantidades foram registradas em Monte Carmelo e Pirapora (3) e em Ituiutaba (2).

Na edição 2023–2024, Montes Claros apresentou o maior número de vagas (26), seguida por Januária (23), Metropolitana B (19), Metropolitana C (16), Araçuaí, Janaúba e Varginha (15) e Governador Valadares (14). Os menores quantitativos foram observados em Curvelo, Patrocínio e São Sebastião do Paraíso, com 3 vagas apenas para cada.

A comparação entre as edições indica variações no quantitativo por SRE, mantendo-se constante o total geral de 400 registros em ambos os períodos.

Os projetos de Iniciação Científica desenvolvidos no âmbito do ICEB versam sobre uma das 4 (quatro) áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sendo organizados em dois eixos de pesquisa: 1- Territórios de Iniciação Científica (TIC) e os 2- Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) e 29 vertentes temáticas, conforme Quadro 4

:

Quadro 4- Estrutura do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica, por eixos e vertentes, conforme Resolução SEE nº 4.725, de 3 de maio de 2022:

Estrutura do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica – ICEB	
Eixos	Vertentes
Territórios de Iniciação Científica (TIC)	Ciência e Tecnologia; Políticas Públicas Tecnologia e Inovação Agricultura com bases ecológicas Educação e o Mundo do Trabalho Meio ambiente e Sustentabilidade/Socioambiental Diversidade e inclusão Economia e desenvolvimento social Cidadania e Direitos Humanos Juventudes Matemática e artes visuais Direito das mulheres Cidadania e Cultura Digital Manifestações culturais urbanas, rurais e rururbanas Memória e patrimônio cultural Pobreza e desigualdade social Manifestações culturais, sociais e científicas de comunidades e povos tradicionais Produção cultural e artística Educação e Saúde Violências Cultura de paz e convivência democrática Gênero e Diversidade Empreendedorismo e Mundo do Trabalho

Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)	Cultura, memória, corporeidade e ancestralidade Construção e fortalecimento das identidades afrodescendentes na contemporaneidade Participação social, comunitária e política de combate ao racismo e à discriminação social Africanidades, Ciências, Engenharias e Tecnologias Memória e patrimônio cultural Manifestações culturais, sociais e científicas de comunidades e povos tradicionais e originários.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No ICEB, cada núcleo de pesquisa conta com o acompanhamento de um professor efetivo da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, com titulação de mestrado e experiência em pesquisa, selecionado por edital específico, denominado Professor Tutor. A esse profissional cabe orientar, acompanhar e qualificar os projetos desenvolvidos pelos estudantes, garantindo o rigor teórico, metodológico e ético das investigações.

Para concorrer à função, o docente deve estar em exercício de regência de aulas no Ensino Fundamental – Anos Finais, Ensino Médio regular ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), não podendo ter previsão de férias-prêmio, mudança de lotação ou Licença para Tratar de Interesses Particulares (LIP) durante a vigência do edital. Exige-se, ainda, formação *stricto sensu* em instituição reconhecida pelo MEC e disponibilidade para extensão de carga horária de 07 (sete) horas-aula semanais, sem prejuízo dos Módulos I e II.

Compete ao Professor Tutor acompanhar até 06 (seis) núcleos de pesquisa, oferecendo orientações remotas, participando de encontros formativos e reuniões de acompanhamento, colaborando na elaboração de relatórios e na validação dos produtos de pesquisa. A seleção ocorre por área do conhecimento, sem definição prévia de número de vagas, sendo a demanda definida a partir dos projetos de pesquisa aprovados e priorizando-se a formação compatível com a área de atuação do servidor.

Em âmbito regional, analistas da Diretoria Educacional da Superintendência Regionais de Ensino - DIRE, indicados previamente para o acompanhamento das ações pelo Gestor(a) da SRE, apoiam as ações do programa, realizando desde a pré-seleção de projetos de pesquisa até a organização dos seminários e a participação dos núcleos de pesquisa em feiras e eventos científicos diversos.

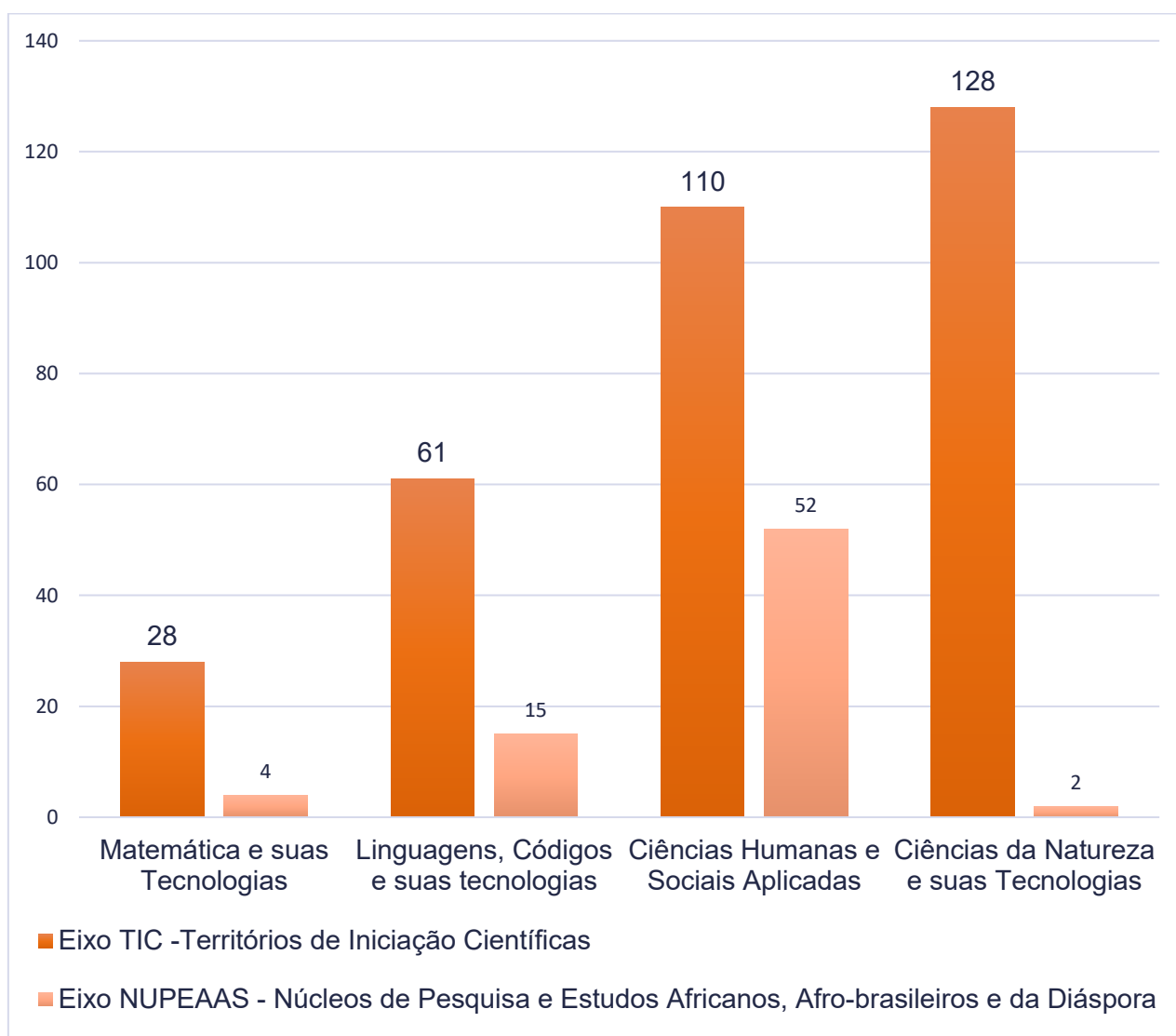
Na unidade Central da Secretaria de Estado de Educação, a seleção final de projetos de pesquisa, o monitoramento dos núcleos, bem como a organização das formações para os professores orientadores, a organização de seminários e a curadoria dos relatos de experiência e artigos elaborados pelos estudantes é realizada por servidores da Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular, que contam com o apoio de doze professores Curadores, sendo três de cada área do conhecimento, também selecionados por meio de edital próprio.

A figura 7 apresenta a distribuição dos projetos selecionados na edição 2023–2024 do ICEB por área do conhecimento e eixo de pesquisa. Observamos a

predominância dos projetos vinculados aos Territórios de Iniciação Científica (TIC), que somam 327 propostas, em comparação aos 73 projetos dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).

Identificamos, ainda, maior concentração de projetos nas áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em ambos os eixos. Não obstante, constatamos menor participação dos estudantes nas áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e de Matemática e suas Tecnologias, especialmente no eixo NUPEAAS, o que evidencia desafios para a ampliação da abordagem das relações étnico-raciais nessas áreas.

Figura 7- Gráfico de Projetos aprovados no ICEB 2023/2024 por área do conhecimento e eixo de pesquisa:



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Na análise da distribuição das vertentes temáticas por eixo, observa-se, a partir do Quadro 5, que o NUPEAAS concentra seus projetos principalmente em temáticas identitárias, culturais e político-sociais. Predominam as vertentes “Construção e fortalecimento das identidades afrodescendentes na contemporaneidade” (26 projetos) e “Cultura, memória, corporeidade e ancestralidade” (20 projetos). Outras vertentes que se destacam nesse eixo são: “Participação social, comunitária e política de combate ao racismo e à discriminação social” (10 projetos) e “Manifestações culturais, sociais e científicas de comunidades e povos tradicionais e originários” (9 projetos). Essa distribuição evidencia a centralidade das dimensões simbólicas, históricas e de enfrentamento ao racismo como eixo estruturante das investigações nesse campo.

No eixo TIC, por sua vez, constatamos uma maior dispersão temática e um volume significativamente mais amplo de projetos. As vertentes mais recorrentes são “Meio ambiente e Sustentabilidade/Socioambiental” (66 projetos), “Educação e Saúde” (42 projetos) e “Memória e patrimônio cultural” (39 projetos), seguidas por “Ciência e Tecnologia” (33 projetos). Esse padrão indica uma orientação dos projetos para problemas contemporâneos de caráter socioambiental, educacional e tecnológico, evidenciando a diversidade de interesses formativos e a abrangência das áreas contempladas nesse eixo.

Quadro 5 – Projetos de Pesquisa Selecionados (ICEB 2023/2024) por eixo e vertente temática

NUPEAAS – Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora	
Tema	Quantidade
Construção e fortalecimento das identidades afrodescendentes na contemporaneidade	26
Cultura, memória, corporeidade e ancestralidade	20
Participação social, comunitária e política de combate ao racismo e à discriminação social	10
Manifestações culturais, sociais e científicas de comunidades e povos tradicionais e originários	9
Memória e patrimônio cultural	5
Africanidades, Ciências, Engenharias e Tecnologias	3
Total	73
TIC – Territórios de Iniciação Científica	
Tema	Quantidade
Meio ambiente e Sustentabilidade/Socioambiental	66
Educação e Saúde	42
Memória e patrimônio cultural	39
Ciência e Tecnologia	33
Tecnologia e Inovação	14
Cidadania e Cultura Digital	13
Produção cultural e artística	13
Educação e o Mundo do Trabalho	12
Agricultura com bases ecológicas	17
Economia e desenvolvimento social	9
Empreendedorismo e Mundo do Trabalho	7
Juventudes	7
Matemática e artes visuais	7

Violências	7
Cidadania e Direitos Humanos	6
Gênero e Diversidade	6
Políticas Públicas	6
Manifestações culturais, sociais e científicas de comunidades e povos tradicionais	6
Direito das mulheres	5
Diversidade e inclusão	4
Cultura de paz e convivência democrática	3
Manifestações culturais urbanas, rurais e rururbanas	2
Pobreza e desigualdade social	2
Participação social, comunitária e política de combate ao racismo e à discriminação social	1
Total	327

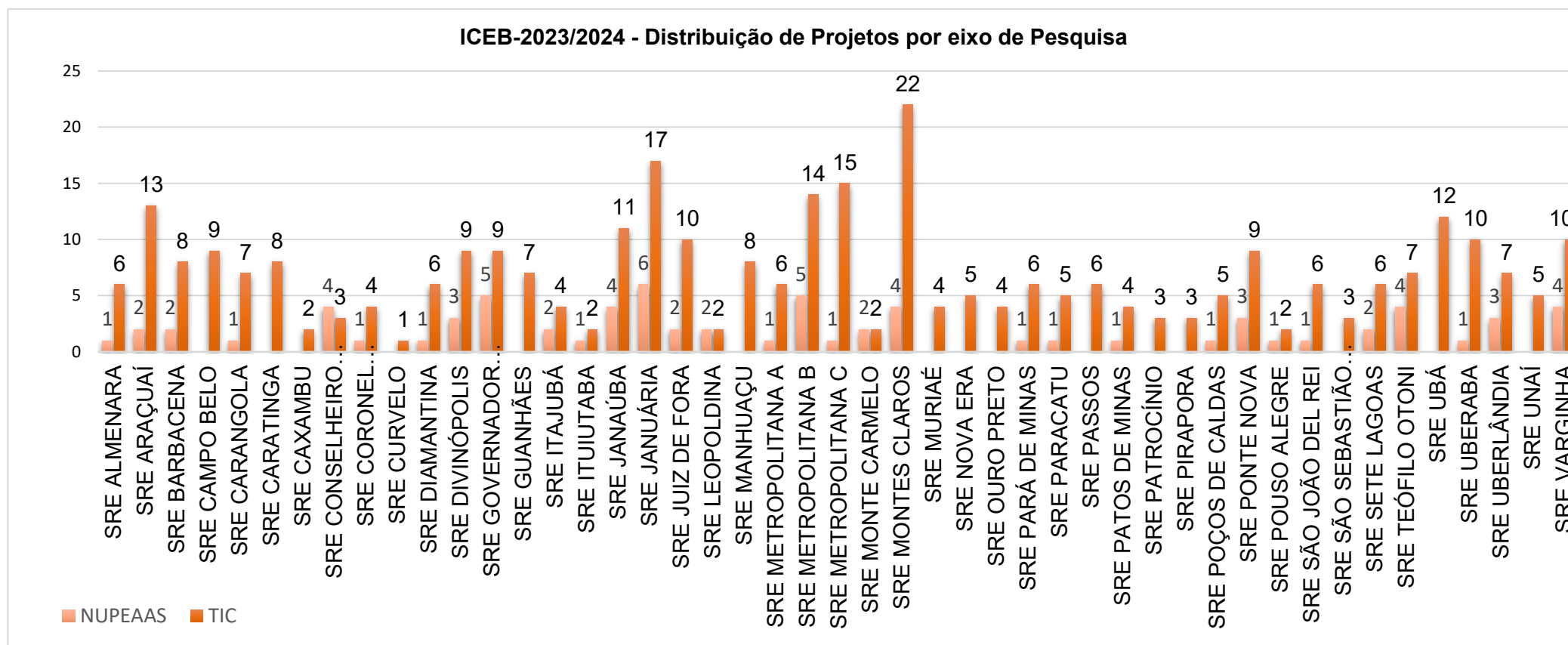
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No que se refere à distribuição geográfica, no edital 2023/2024, os NUPEAAS estiveram presentes em 32 das 47 Superintendências Regionais de Ensino do Estado, com maior concentração nas SREs de Januária (6), Janaúba (4) e Montes Claros (4), localizadas na Região Norte de Minas Gerais; Governador Valadares (5), no Vale do Rio Doce; Metropolitana B (5) e Conselheiro Lafaiete (4), na Região Central do Estado; e Teófilo Otoni (4), no Vale do Mucuri.

Quanto à abrangência, constatamos que o eixo TIC apresenta maior capilaridade territorial, com núcleos distribuídos nas 47 Superintendências Regionais de Ensino da SEE/MG, sendo as maiores concentrações observadas nas SREs Metropolitana B (14), Metropolitana C (15), Januária (17) e Montes Claros (22), conforme Figura 7.

Essa distribuição geográfica desigual entre os eixos TIC e NUPEAAS evidencia assimetrias na capilaridade e na adesão às linhas de pesquisa voltadas às questões étnico-raciais, indicando a necessidade de empreendermos esforços coordenados, enquanto atores envolvidos na política educacional no âmbito da SEE/MG, com vistas à ampliação de sua abrangência territorial e à efetiva concretização da legislação federal no contexto do Estado de Minas Gerais.

Figura 8 – Gráfico de Projetos ICEB 2023/2024 – Distribuição de Projetos por eixo de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, com base no resultado do Edital SEE nº04/2023 (2024).

A análise da distribuição dos projetos por eixo de pesquisa no âmbito do ICEB, nos anos de 2023 e 2024, evidencia diferenças significativas entre as Superintendências Regionais de Ensino (SREs), bem como entre os eixos TIC e NUPEAAS. De modo geral, observamos a predominância do eixo TIC em praticamente todas as regionais, indicando maior adesão ou capilaridade desse eixo em comparação ao NUPEAAS.

Os dados revelam que algumas SREs concentram volumes expressivos de projetos, com destaque para a SRE Metropolitana C, que apresenta o maior número de iniciativas no eixo TIC, seguida pelas regionais Metropolitana B, Januária, Uberaba e Varginha.

Em contraste, o eixo NUPEAAS apresenta números consideravelmente mais baixos em todas as SREs, ainda que esteja presente de forma relativamente distribuída pelo território estadual. Essa assimetria entre os eixos aponta para desafios relacionados à consolidação do NUPEAAS, possivelmente associados à menor difusão de seus objetivos, à necessidade de formação específica das equipes escolares ou à complexidade temática envolvida.

Observamos, ainda, que em diversas regionais o número de projetos vinculados ao eixo TIC supera de forma expressiva aquele associado ao NUPEAAS, sem que haja correspondência proporcional entre os dois eixos. Essa diferença evidencia um desequilíbrio na distribuição das iniciativas, indicando que a adesão ao eixo TIC ocorre de maneira mais intensa e consolidada, enquanto o NUPEAAS permanece em posição menos expressiva no conjunto das ações desenvolvidas. Tal assimetria reforça a percepção de que os dois eixos não avançam de forma equivalente nas regionais, contribuindo para a manutenção de disparidades internas no âmbito do ICEB.

Por outro lado, a presença do NUPEAAS em praticamente todas as SREs indica avanços no processo de interiorização e reconhecimento dessa temática no sistema estadual de ensino. Ainda que em números reduzidos, sua distribuição territorial demonstra potencial de expansão, desde que acompanhada por políticas de formação continuada, apoio institucional e estratégias de indução mais sistemáticas.

Dessa forma, os dados analisados nos permitem inferir que, embora o ICEB tenha alcançado ampla abrangência territorial, persistem desigualdades tanto entre as regionais quanto entre os eixos de pesquisa. Esse cenário reforça a necessidade de ações diferenciadas de apoio e acompanhamento, especialmente no

fortalecimento do NUPEAAS, de modo a promover maior equilíbrio e compromisso com a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Apesar dos avanços do ICEB na promoção da investigação científica e da Educação das Relações Étnico-Raciais, a análise dos NUPEAAS evidencia dificuldades na mobilização e no engajamento de docentes e estudantes da rede estadual de Minas Gerais. A menor capilaridade territorial dos núcleos, a concentração desigual em determinadas regiões e a complexidade das exigências institucionais e pedagógicas parecem reduzir a adesão aos editais, especialmente no eixo NUPEAAS.

Nessa perspectiva, a implementação plena do NUPEAAS parece depender de estratégias mais direcionadas de capacitação, orientação metodológica e incentivo, considerando as especificidades de cada contexto escolar.

Assim, a articulação entre planejamento, acompanhamento e suporte contínuo apresenta-se como elemento central para ampliar a participação, fortalecer o protagonismo juvenil e valorizar identidades afrodescendentes. A promoção da equidade racial e da Educação das Relações Étnico-Raciais demanda medidas estruturantes que integrem dimensões institucionais, pedagógicas e territoriais, de modo a assegurar que os objetivos do programa possam se concretizar de forma mais equânime em todas as regiões do estado.

2.5 SÍNTESE DE DESAFIOS

Ao analisarmos a implementação da Política de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) em Minas Gerais, identificamos diversos desafios que envolvem normatização, formação docente, recursos pedagógicos e práticas escolares. Observamos a insuficiente normatização estadual para a ERER e para a Educação Escolar Quilombola (EEQ), dificultando a padronização das ações e a consolidação dessas políticas. A tradução das diretrizes legais em práticas concretas ainda apresenta limitações, resultando em uma implementação fragmentada e dependente de iniciativas locais.

No campo da formação continuada, percebemos que existem cursos de curta duração voltados à ERER, mas sem registros de capacitação específica para a educação quilombola, o que restringe a qualificação de profissionais capazes de atuar como multiplicadores dessas políticas. Também identificamos a escassez de materiais pedagógicos e recursos didáticos adequados, fator que compromete o

desenvolvimento de ações reflexivas e a operacionalização de um currículo comprometido com a equidade racial.

Resistências culturais e institucionais, presentes tanto na escola quanto na sociedade, também dificultam o reconhecimento do racismo e a transformação das práticas educativas. O currículo se configura como um espaço de disputa simbólica, influenciado por interesses diversos que interferem na promoção de uma abordagem antirracista e na incorporação consistente das temáticas étnico-raciais.

Destacam-se, de forma particular, os desafios enfrentados pelos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS), que têm como objetivo promover práticas pedagógicas antirracistas e fomentar a inclusão étnico-racial nas escolas. A capilaridade desigual dos núcleos, concentrados em determinadas regiões, limita o alcance e evidencia variações significativas de efetividade entre contextos escolares.

A ausência de formação continuada específica sobre pesquisa científica e educação antirracista, aliada à escassez de recursos pedagógicos e à falta de práticas escolares sistematizadas, contribui para a menor participação de docentes e estudantes nos núcleos. Esses fatores revelam lacunas no preparo dos professores para integrar as temáticas étnico-raciais de forma consistente ao projeto pedagógico da escola, comprometendo a consolidação do protagonismo juvenil, da valorização das identidades afrodescendentes e da promoção da equidade racial na Educação Básica.

3 RACISMO À BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE AS JUVENTUDES NEGRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Este capítulo insere-se no esforço analítico de compreender o racismo no contexto brasileiro como fenômeno estrutural e institucional, cujos efeitos incidem diretamente sobre as trajetórias escolares das juventudes negras na educação básica. Parte-se do pressuposto de que as desigualdades educacionais observadas não decorrem exclusivamente de fatores individuais ou socioeconômicos, mas resultam de dinâmicas históricas, sociais e institucionais que conformam práticas, políticas e culturas escolares.

Em diálogo com o capítulo anterior, que analisou a institucionalização de políticas públicas voltadas à equidade racial, aprofunda-se aqui a reflexão sobre o contexto no qual tais políticas são implementadas. Retoma-se, em especial, o

Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) e o eixo dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS), buscando compreender como o racismo atravessa o cotidiano escolar e condiciona a efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais em Minas Gerais.

Para tanto, este capítulo organiza-se em três partes complementares, com ênfase no percurso metodológico da pesquisa e na produção de dados empíricos. Na primeira parte, apresentamos uma revisão bibliográfica que mobiliza referenciais teóricos sobre racismo, raça, juventudes, educação antirracista, equidade educacional e implementação de políticas públicas, que fundamentam a investigação.

Na segunda parte, descrevemos os procedimentos metodológicos que orientam o estudo empírico. Explicitamos o delineamento da pesquisa, os sujeitos envolvidos e as estratégias de produção e análise dos dados.

Por fim, na terceira parte, apresentamos e analisamos os dados empíricos produzidos ao longo da pesquisa, articulando os resultados aos referenciais teóricos discutidos na Seção 3.1.

3.1 RACISMO ESTRUTURAL, EDUCAÇÃO BÁSICA E POLÍTICAS DE EQUIDADE RACIAL

Neste estudo, o racismo é compreendido como um sistema histórico de dominação, constituído no contexto colonial e aprofundado pelas dinâmicas do capitalismo, responsável pela produção de hierarquias raciais e de barreiras estruturais ao acesso de populações racializadas a bens e serviços sociais (Santos, 1984). No Brasil, embora criminalizado pela Lei nº 7.716/1989, o racismo opera predominantemente de forma difusa e institucional, atravessando práticas sociais e processos decisórios do Estado, o que condiciona a formulação e, sobretudo, a implementação de políticas educacionais ao longo do ciclo de políticas públicas.

Essa dimensão institucional do racismo articula-se ao que Carneiro (2024) denomina epistemicídio da população negra, entendido como um processo sistemático de negação e deslegitimação de saberes, capacidades e trajetórias educacionais negras. No campo educacional, esse fenômeno incide diretamente sobre a atuação das burocracias educacionais e sobre o cotidiano das escolas, produzindo resistências, interpretações restritivas e baixos níveis de adesão às políticas voltadas à equidade racial, especialmente na fase de implementação.

A discriminação racial constitui a expressão concreta desse sistema, manifestando-se por meio de distinções, exclusões ou restrições baseadas em raça, cor, descendência ou origem étnica que limitam o exercício de direitos em condições de igualdade (Brasil, 2022). Ela opera tanto no plano interpessoal quanto no institucional, assumindo formas explícitas, como agressões e humilhações, ou sutis e naturalizadas, como a negação de reconhecimento, o distanciamento social e as baixas expectativas atribuídas às pessoas negras. (Ação Educativa, 2013).

No campo educacional, essas práticas impactam diretamente as trajetórias escolares, influenciando o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica. Elas também afetam a participação em iniciativas institucionais que exigem engajamento ativo, como projetos pedagógicos e científicos, cuja adesão depende da valorização do estudante e da criação de vínculos sólidos com a escola.

Como discutido no vídeo *O racismo é perigoso na educação das crianças* (Canal Preto)²⁵, o racismo cotidiano compromete processos fundamentais de aprendizagem ao produzir desvalorização, silenciamento e baixas expectativas, em relação às crianças negras, fragilizando os vínculos com a escola e limitando o seu engajamento em projetos pedagógicos e científicos ao longo da vida escolar. A esse respeito, Cavalleiro (2024) enfatiza a ausência de iniciativas para lidar com conflitos raciais entre alunos, enquanto o silenciamento institucional evidencia convivência e revela o menosprezo direcionado à criança negra.

A noção de raça adotada neste trabalho afasta-se de concepções biológicas e reconhece seu caráter social e histórico. Munanga (2004) a compreende como uma categoria de dominação sustentada pelo racismo, enquanto Pinheiro (2023) destaca o papel da branquitude²⁶ como padrão universal que estrutura processos de racialização. No ambiente escolar, essas dinâmicas influenciam expectativas pedagógicas e o reconhecimento da legitimidade de propostas voltadas à temática racial.

Nesse contexto, as juventudes negras constituem um grupo cujas trajetórias escolares são marcadas por múltiplas desigualdades. Conforme Spósito (1997), a categoria juventude deve ser analisada a partir de recortes históricos, sociais e

²⁵ O racismo é perigoso na Educação das Crianças – Canal Preto: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KZGNu4NcWLs>. Acesso em 21dez 2025.

²⁶ Trata-se de uma categoria social, que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetiva e materiais para as pessoas identificadas como brancas numa sociedade na qual o racismo é estrutural (Pinheiro, 2023, p.4)

culturais, reconhecendo sua diversidade de experiências, representações e demandas ao longo do tempo e do espaço. Desse modo, as juventudes podem ser entendidas como sujeitos de direitos, com autonomia para participar da formulação, execução e avaliação de políticas públicas, influenciando e sendo influenciadas pelos processos de mudança social.

A educação antirracista emerge, assim, como eixo central para o enfrentamento das desigualdades raciais no campo educacional. Segundo Troyna e Carrington (1990), trata-se de um conjunto de práticas organizacionais, curriculares e pedagógicas voltadas ao enfrentamento do racismo institucional. No Brasil, essa perspectiva articula-se à Educação das Relações Étnico-Raciais, entendida como um processo de reeducação das relações sociais, fundado no reconhecimento do caráter histórico e político das desigualdades raciais (Miranda, 2020).

A esse respeito, Cavalleiro ressalta que romper com o quadro de exclusão requer a construção de um cotidiano escolar que considere as necessidades específicas da população negra. Isso envolve estratégias pedagógicas que promovam o reconhecimento da igualdade entre grupos raciais, favoreçam a aceitação de estudantes negros por seus pares e possibilitem a formação de um autoconceito positivo e de autoestima elevada em crianças e adolescentes negros.

A educação antirracista reconhece a escola como espaço privilegiado para desenvolver um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diversidades raciais, assim como a valorização de indivíduos historicamente discriminados. Ela é pensada como um recurso para melhorar a qualidade do ensino e preparar os estudantes para a cidadania (Cavalleiro, 2024)

Segundo Lee (1999), a educação antirracista atravessa várias áreas do conhecimento e prioriza histórias e experiências daqueles que foram excluídos do currículo, visando o tratamento equitativo das diferenças humanas, culturais e raciais. “Trata-se de munir alunos, pais e professores das ferramentas necessárias para combater o racismo e a discriminação racial” (Lee, 1999, p.19), encontrando maneiras de construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A noção de equidade educacional constitui outro referencial central desta análise. Conforme Brooke (2012), a equidade parte do reconhecimento de que os estudantes não iniciam seus percursos escolares a partir das mesmas condições. No âmbito da gestão educacional, essa perspectiva exige ações diferenciadas capazes

de criar condições reais de participação, o que fundamenta iniciativas voltadas ao protagonismo juvenil e à redução das desigualdades raciais.

É nesse horizonte que se insere o Programa de Iniciação Científica na Educação Básica, especialmente o eixo dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). Esses núcleos funcionam como estratégias concretas de promoção da equidade racial, pois buscam engajar docentes e estudantes no cotidiano escolar, articulando a participação ativa dos jovens com processos educativos que valorizam suas identidades e saberes.

O conceito de letramento racial revela-se fundamental para compreender o engajamento de estudantes e docentes nos NUPEAAS, pois envolve a capacidade de identificar, problematizar e enfrentar as dinâmicas do racismo no ambiente escolar. Segundo Braúna, Souza e Sobrinho (2022), o letramento racial fortalece identidades, valoriza experiências historicamente marginalizadas e qualifica práticas pedagógicas, configurando-se como um recurso teórico-prático para a promoção da equidade racial. No contexto dos NUPEAAS, ele permite reconhecer os estudantes como sujeitos legítimos da produção de conhecimento científico, estimulando sua participação ativa em projetos de pesquisa e na construção de saberes que dialogam com suas experiências de vida.

Observamos que os NUPEAAS podem constituir espaços em que o letramento racial se manifesta por meio de pesquisa, reflexão crítica e produção de conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana. Esses núcleos contribuem para a inclusão de conteúdos historicamente negligenciados e para a mobilização de docentes e discentes em práticas voltadas à educação antirracista. Dessa forma, o letramento racial se articula a práticas pedagógicas que promovem o reconhecimento das diferenças, o protagonismo estudantil e o fortalecimento de identidades na educação básica.

Do ponto de vista da análise de políticas públicas, a pesquisa fundamenta-se na abordagem do ciclo de políticas proposta por Ball e Bowe (1992). Essa perspectiva compreende as políticas como processos dinâmicos, constituídos nos contextos de influência, de produção de texto e de prática. Essa abordagem é particularmente fecunda para analisar os desafios de mobilização no ICEB, ao evidenciar o papel ativo de gestores, técnicos e professores como mediadores da política.

Por fim, adotamos a noção de engajamento de *stakeholders*²⁷ como chave analítica para compreender os limites e desafios da mobilização de docentes e discentes no ICEB, especialmente no eixo NUPEAAS. Conforme Greenwood (2007), o engajamento envolve práticas institucionais voltadas à inclusão dos diferentes atores nos processos decisórios.

A tipologia de engajamento de *stakeholders* proposta por Bowen, Newenham-Kahindi e Herremans (2010), que distingue os níveis transacional, transitório e transformador, nos oferece um referencial para compreender desde formas de comunicação mais unilaterais até processos de participação efetiva e aprendizado conjunto.

3.1.1 Ciclo de Políticas Públicas e equidade

Neste estudo, adotamos a perspectiva de Souza (2006), que compreende o ciclo de políticas públicas como um modelo analítico relevante para a sistematização do processo decisório do Estado, marcado por disputas políticas, interesses e relações de poder. Essa compreensão estabelece um diálogo direto com a formulação de Secchi (2013), que descreve o ciclo de políticas públicas em sete momentos analíticos, da identificação do problema à extinção da política, destacando que tais fases não se desenvolvem de forma linear ou rígida.

A partir desse diálogo teórico, ambos os autores concebem o ciclo de políticas públicas como um processo social, político e historicamente situado, atravessado por influências políticas, sociais e econômicas. Em razão disso, a construção das políticas públicas caracteriza-se pela imprevisibilidade e pela fluidez dos limites entre suas diferentes etapas.

Dentro dessa abordagem crítica, Almeida (2019) nos permite compreender o racismo estrutural como um sistema que organiza práticas institucionais, decisões políticas e formas de exclusão legitimadas socialmente. Desse modo, percebemos o ciclo de políticas públicas como um espaço no qual o racismo se manifesta tanto pela ação quanto pela omissão do Estado.

²⁷ Stakeholders são indivíduos, grupos ou organizações que possuem interesse, influência ou participação em determinada política, programa ou organização, podendo afetar ou ser afetados por suas ações, decisões e resultados (BRYSON, 1988; DONALDSON; PRESTON, 1995; BOURNE; WALKER, 2005).

Assim, a dificuldade histórica de inserção da temática racial em Minas Gerais, na agenda educacional, não deve ser vista como falha acidental, mas como expressão de padrões estruturais de silenciamento e negação.

Essa perspectiva se articula à compreensão da agenda pública como uma construção social e política, na qual os problemas que alcançam visibilidade estatal dependem da mobilização de recursos simbólicos e políticos para disputar espaço no interior do Estado (Souza, 2006).

A incorporação das demandas do Movimento Negro no campo educacional, em âmbito nacional, portanto, resulta de longos processos de luta social, nos quais esses sujeitos coletivos produzem conhecimento, denunciam desigualdades e questionam narrativas hegemônicas de neutralidade e universalidade das políticas públicas. Desse modo, a formulação de políticas públicas integra dimensões técnicas e políticas, sendo marcada por conflitos e negociações.

A implementação das políticas é analisada como um espaço de mediação entre a norma e a prática, no qual se materializam as contradições entre o texto legal e a realidade escolar. Essa distância é interpretada como efeito do racismo institucional, deslocando a análise da esfera moral individual para o funcionamento das próprias instituições.

O monitoramento e a avaliação, por sua vez, são concebidos, segundo Rua (2009), como dimensões constitutivas do ciclo de políticas públicas. Esses processos são fundamentais para a aprendizagem institucional e para a correção de assimetrias reproduzidas ao longo da implementação. Sua ausência ou fragilidade tende a reforçar a reprodução das desigualdades que as políticas afirmam combater.

Para aprofundarmos nossa análise, mobilizamos a tipologia de Lowi, conforme sistematizada por Secchi (2013), como ferramenta analítica que classifica as políticas públicas em quatro tipos: regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas.

Essa tipologia evidencia que os diferentes tipos de políticas públicas produzem níveis variados de tensão e disputa. Enquanto as políticas redistributivas incidem diretamente sobre desigualdades historicamente consolidadas, provocando resistências, as distributivas tendem a gerar menor oposição, por não alterarem de forma significativa as estruturas de poder existentes. Desse modo, a análise da natureza dessas políticas é fundamental para compreender os efeitos das decisões estatais, assim como para identificar os grupos que delas se beneficiam ou são por elas impactados.

Assim, a efetivação da equidade educacional depende da capacidade do Estado de enfrentar, de forma estrutural, os fundamentos históricos e institucionais do racismo que atravessam o sistema educacional brasileiro. Compreender o ciclo de políticas públicas sob essa perspectiva crítica nos permite, portanto, analisar não apenas os instrumentos e procedimentos formais, mas também os conflitos, resistências e possibilidades de transformação presentes na implementação de políticas voltadas à equidade racial.

3.1.2 Engajamento de *stakeholders*

De acordo com Freeman (1984), *stakeholder* é qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar o alcance dos objetivos de uma organização ou então ser afetado pela busca desses objetivos. Sob essa ótica, no estudo em tela, adotamos esse termo para nos referir aos servidores e estudantes que corroboram e que são afetados pela política pública dos NUPEAAS.

O engajamento de *stakeholders* constitui um tema recorrente nos estudos organizacionais, sendo abordado por diferentes autores que destacam a participação dos diversos atores nos processos institucionais (Girard; Sobczak, 2012; Greenwood, 2007). Em linhas gerais, essas contribuições reconhecem o engajamento como elemento fundamental para a relação entre organizações e os grupos impactados por suas decisões, sobretudo no que diz respeito à legitimidade, à transparência e à capacidade de resposta institucional.

Neste estudo, adotamos a concepção de engajamento proposta por Greenwood (2007), que o compreende como o conjunto de práticas desenvolvidas pela organização com o objetivo de envolver os *stakeholders* de maneira positiva. Essa definição ressalta o caráter ativo do engajamento, ao deslocá-lo de uma lógica relacional, na qual os *stakeholders* são reconhecidos como participantes relevantes nos processos decisórios e organizacionais.

Para operacionalizarmos a análise do engajamento, recorreremos ao modelo proposto por Bowen, Newenham-Kahindi e Herremans (2010), que distingue três níveis de envolvimento: transacional, transitório e transformador. Esse modelo nos permite compreender o engajamento de *stakeholders* a partir do grau de interação estabelecido entre a organização e os diferentes atores envolvidos.

O engajamento transacional corresponde ao nível mais elementar de envolvimento, sendo caracterizado por uma comunicação predominantemente unilateral e por uma postura organizacional passiva em relação aos *stakeholders*. Nessa situação, o fluxo de informações parte exclusivamente da organização em direção aos *stakeholders* (Bowen; Newenham-Kahindi; Herremans, 2010).

Ainda que limitado em termos de participação, estudos indicam que a divulgação de informações pode gerar benefícios, na medida em que sinaliza transparência e contribui para a percepção de que a gestão atua, ainda que de forma imperfeita, na promoção dos interesses coletivos (Porumbescu, 2017).

Em contraste, o engajamento de caráter transitório amplia essa lógica ao estabelecer uma comunicação bidirecional, baseada no diálogo entre organização e *stakeholders*. Nesse nível, a colaboração ocorre em ambos os sentidos, permitindo que os gestores obtenham informações relevantes sobre as necessidades e expectativas dos diferentes atores envolvidos (Bowen; Newenham-Kahindi; Herremans, 2010). Embora a comunicação unidirecional contribua para a redução de custos, o engajamento transitório favorece a definição de estratégias e ações mais eficazes, evitando desperdícios de recursos.

O nível transformador, por sua vez, configura-se como a forma mais avançada de engajamento, marcada por uma atuação proativa da gestão. Nesse estágio, o relacionamento com os *stakeholders* envolve processos de aprendizagem conjunta, construção compartilhada de significados e participação ativa na tomada de decisões, incluindo o desenvolvimento e a gestão conjunta de projetos. Esse modelo permite compreender o engajamento não apenas como uma prática instrumental, mas como um processo dinâmico capaz de redefinir relações de poder e promover transformações institucionais.

Segundo Clarkson (1995), o poder exercido pelos *stakeholders* influencia diretamente o sucesso ou o fracasso da gestão. Desse modo, identificar esses atores e compreender suas capacidades de influência é fundamental para orientar estratégias de engajamento dos NUPEAAS. A consideração dos *stakeholders* nos processos decisórios pode contribuir para a legitimidade, a redução de resistências e a efetividade das ações implementadas.

3.2 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Nesta seção, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados, alinhando-os aos objetivos do estudo e ao referencial teórico previamente discutido. Nosso propósito é compreender os fatores que condicionam o engajamento de docentes da rede pública estadual de Minas Gerais na participação nos editais do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), especialmente no eixo dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS), considerando os impactos desse processo no desenvolvimento das pesquisas e na participação estudantil.

Partimos do pressuposto de que a ausência de investimentos financeiros, de ações sistemáticas de formação e de diretrizes pedagógicas específicas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) tende a fragilizar a participação das equipes regionais e das escolas nos editais do NUPEAAS. Em contrapartida, consideramos que equipes regionais que investem na apropriação dessa temática e no acompanhamento das escolas podem favorecer processos mais consistentes de mobilização e adesão à política.

A análise concentra-se no eixo NUPEAAS, em razão da reduzida adesão das escolas da rede estadual aos editais dos biênios 2021/2022 e 2023/2024. A delimitação desse recorte temporal justifica-se por abranger as edições do ICEB em seu formato atual, regulamentado pela Resolução SEE nº 4.725, de 3 de maio de 2022, que ampliou as possibilidades de participação de professores efetivos na orientação de projetos de pesquisa.

O caso de gestão investigado compreende quatro escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, vinculadas a quatro Superintendências Regionais de Ensino (SREs): uma localizada na região Central do estado, duas na região Norte e uma no Vale do Jequitinhonha. Com o objetivo de preservar o anonimato dos participantes e das instituições envolvidas, as SREs foram identificadas pelas letras X, Y, Z e W, enquanto as escolas receberam as denominações A, B, C e D.

A seleção das Superintendências Regionais de Ensino (SREs) fundamentou-se nos resultados obtidos nos editais do ICEB dos ciclos 2021/2022 e 2023/2024. Foram selecionadas duas SREs que apresentaram os maiores índices proporcionais de aprovação de projetos no eixo dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) e duas que registraram os menores índices,

considerando a relação entre o número de escolas elegíveis para participação nos editais e o quantitativo de projetos aprovados. Essa estratégia nos permitiu comparar contextos com diferentes níveis de adesão à política e analisar fatores associados ao engajamento docente e à implementação das ações voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais.

Em cada SRE foi selecionada uma escola participante do ICEB que possuía projetos aprovados nos editais analisados, incluindo, obrigatoriamente, pelo menos um projeto vinculado ao eixo NUPEAAS. A definição desse recorte considerou sua aderência aos objetivos da pesquisa e a viabilidade de acesso aos participantes. Dessa forma, foi possível examinar diferentes contextos de implementação da política e identificar elementos que favorecem ou dificultam a participação dos docentes e das escolas.

A realização da pesquisa foi autorizada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), conforme os protocolos institucionais do órgão. Posteriormente, o projeto e os instrumentos de coleta de dados foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), obtendo aprovação por meio do Parecer Consubstanciado nº 7.885.390.

A participação dos sujeitos ocorreu mediante aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurados o sigilo, a voluntariedade e a possibilidade de desistência a qualquer momento.

O desenho inicial da pesquisa previa uma amostra composta por 16 participantes, distribuídos entre quatro técnicos ou analistas das Diretorias Educacionais das SREs, quatro gestores escolares e oito professores orientadores vinculados a projetos do eixo NUPEAAS. A definição dos participantes observou critérios de inclusão alinhados aos objetivos da investigação e à lógica de implementação do ICEB.

Os critérios de exclusão relacionaram-se à disponibilidade e à experiência dos participantes. Foram excluídos servidores, gestores e professores que se encontravam em férias, licença, afastamento ou desligados da rede estadual de ensino, bem como docentes orientadores com menos de um ano de atuação no programa durante os ciclos investigados, de modo a assegurar experiência mínima para a análise dos processos de implementação e desenvolvimento dos projetos.

A coleta de dados foi realizada entre 1º e 25 de maio de 2026. Ao final desse processo, a amostra foi constituída por 12 participantes: quatro técnicos ou analistas das SREs, três gestores escolares e seis professores orientadores.

No caso dos gestores escolares, não foi possível realizar uma das entrevistas previstas durante o período destinado à coleta de dados, apesar das tentativas de contato e agendamento realizadas pela pesquisadora. Em relação aos professores orientadores, dois participantes elegíveis foram excluídos da amostra: um por possuir menos de um ano de atuação no ICEB nos ciclos analisados e outro em razão de seu desligamento da unidade escolar selecionada.

Apesar dessas limitações, a composição final da amostra permitiu contemplar diferentes perspectivas sobre os processos de mobilização, engajamento e implementação das ações desenvolvidas no âmbito do NUPEAAS, contribuindo para uma compreensão abrangente do fenômeno investigado.

Conforme sintetizado no Quadro 6, a produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários eletrônicos. A combinação desses procedimentos permitiu analisar o fenômeno investigado a partir das perspectivas das equipes regionais, da gestão escolar e dos docentes orientadores, favorecendo uma compreensão mais ampla dos processos de implementação da política.

Quadro 6 - Síntese metodológica da pesquisa: instrumentos, atores e quantitativo de respondentes

INSTRUMENTO	ATORES	Nº	OBJETIVOS
Entrevista Semiestruturada (formato online)	Técnicos/Analistas das SREs	4	Compreender as estratégias de mobilização das escolas para a participação nos NUPEAAS, bem como o papel das equipes regionais nesse processo.
	Gestores Escolares	3	Analisar os fatores que motivaram a participação nos editais dos NUPEAAS, os processos de mobilização dos docentes e estudantes pesquisadores e os critérios adotados para a escolha dos temas de pesquisa. Investigar de

			que modo os projetos desenvolvidos dialogam com o Projeto Político-Pedagógico da escola e realidades da comunidade escolar, contribuindo para a efetivação da educação antirracista.
Questionário (Google Forms)	Professores Orientadores do ICEB	6	Compreender as experiências e percepções dos docentes acerca dos processos de mobilização de professores e estudantes no âmbito dos núcleos.

Fonte: elaborado pela autora (2026).

O Quadro 4 sintetiza os instrumentos de coleta de dados, os participantes da pesquisa e os objetivos associados a cada procedimento metodológico, evidenciando a complementaridade entre as diferentes fontes de informação mobilizadas neste estudo.

Segundo Castro e Oliveira (2025), a entrevista semiestruturada constitui um instrumento de coleta de dados em pesquisas qualitativas-interpretativas que articula a direção do pesquisador com a liberdade do informante, permitindo a expressão espontânea de experiências e perspectivas. Nesse mesmo sentido, Triviños (1987, p. 146) destaca que, “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”, favorecendo a participação ativa do entrevistado na construção do conteúdo da pesquisa.

A partir dessa compreensão, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com técnicos e analistas das Superintendências Regionais de Ensino (SREs), com o objetivo de compreender as estratégias de divulgação, mobilização, acompanhamento e apoio institucional às escolas participantes dos editais do ICEB, especialmente no eixo NUPEAAS. A escolha desses participantes justifica-se por sua posição estratégica no processo de implementação da política, uma vez que atuam como mediadores entre o órgão central da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) e as unidades escolares.

O roteiro de entrevista contemplou questões relacionadas à trajetória profissional dos participantes, à formação acadêmica, às experiências com a temática

da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), às estratégias de mobilização das escolas, às formas de apoio técnico e pedagógico oferecidas às equipes escolares, aos desafios observados na implementação da política e às possibilidades de seu aprimoramento.

Para a coleta de dados junto a esse grupo, estabelecemos inicialmente contato com as Diretorias Educacionais das SREs selecionadas. Nessa etapa, apresentamos a pesquisa e solicitamos a indicação de um profissional com atuação relacionada ao ICEB. Após a definição dos participantes, encaminhamos, por correio eletrônico, o convite para participação na pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e uma proposta de agendamento da entrevista, observando a disponibilidade dos servidores indicados.

No âmbito das escolas, o desenho da pesquisa previa a realização de entrevistas semiestruturadas, em formato virtual, com quatro gestores escolares. Contudo, participaram da pesquisa três gestores, uma vez que não foi possível compatibilizar a agenda de um dos sujeitos elegíveis com o período destinado à coleta de dados, apesar das tentativas de contato e agendamento realizadas.

O roteiro de entrevista aplicado aos gestores foi estruturado em 23 itens, distribuídos em seis blocos temáticos. O primeiro, com oito itens, destinou-se à identificação e à caracterização dos participantes, reunindo informações sobre formação, trajetória profissional e experiências relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Na sequência, seis questões buscaram compreender como ocorreu a mobilização de professores e estudantes para participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), considerando a divulgação da iniciativa, as condições de participação e o apoio da gestão escolar. Outras três questões abordaram a relação entre o projeto desenvolvido e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, bem como sua articulação com o currículo e com as práticas pedagógicas.

Os três últimos blocos concentraram-se nas ações desenvolvidas e nas percepções dos gestores sobre seus resultados e desafios. Duas questões trataram dos trabalhos realizados na escola no campo da ERER, enquanto três abordaram os impactos dos projetos, as dificuldades encontradas e as recomendações para o aprimoramento da iniciativa. A última questão permitiu aos participantes acrescentar informações ou considerações que julgassem relevantes e que não tivessem sido contempladas ao longo da entrevista.

As entrevistas foram previamente agendadas por *e-mail* e telefone, considerando a disponibilidade dos participantes. Esse procedimento buscou favorecer a participação voluntária e assegurar condições adequadas para a realização da coleta de dados.

Organizamos as entrevistas em quatro momentos. No primeiro, realizamos a leitura e a confirmação do TCLE. No segundo, solicitamos aos participantes informações sobre formação acadêmica, autodeclaração de raça/cor, tempo de atuação profissional e experiências vinculadas à Educação das Relações Étnico-Raciais. No terceiro, abordamos as questões previstas no roteiro de entrevista. Por fim, abrimos espaço para considerações finais, observações complementares e esclarecimentos adicionais.

“O questionário é um instrumento de produção de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201). Nesta pesquisa, sua adoção mostrou-se adequada por possibilitar a padronização das questões e a sistematização das respostas dos professores orientadores.

Considerando essas características, a produção dos dados junto aos professores orientadores ocorreu por meio de questionário estruturado, elaborado e disponibilizado na plataforma *Google Forms*. O instrumento buscou compreender aspectos relacionados ao engajamento institucional, às condições de funcionamento dos núcleos de pesquisa, à promoção da educação antirracista, à participação estudantil e ao apoio ofertado pelos diferentes níveis de implementação da política.

Para viabilizar a participação dos docentes, a Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais (DMTE) disponibilizou os endereços eletrônicos dos professores orientadores vinculados aos projetos selecionados. Adicionalmente, contamos com o apoio das equipes gestoras das escolas participantes na divulgação da pesquisa e na mobilização dos docentes para o preenchimento do questionário.

O instrumento foi encaminhado por correio eletrônico aos participantes elegíveis, acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e das orientações para preenchimento.

O questionário foi composto por 42 questões, sendo duas fechadas e quarenta abertas, organizadas em sete blocos temáticos: (1) Engajamento e Adesão aos NUPEAAS; (2) NUPEAAS, Currículo e Educação Antirracista; (3) Mobilização e Participação dos Estudantes; (4) Condições Institucionais de Funcionamento; (5)

Compreensão das Vertentes do Eixo NUPEAAS e Impactos na Proposição de Projetos; (6) Parcerias e Qualificação dos Projetos NUPEAAS; e (7) Gestão, Docência e Engajamento no Eixo NUPEAAS.

As questões dos blocos 1 a 6 foram estruturadas em escala Likert²⁸ de cinco pontos, variando de 1, “discordo totalmente”, a 5, “concordo totalmente”. Essa estrutura permitiu mensurar o grau de concordância dos participantes e identificar diferentes percepções sobre a adesão e o engajamento docente nos NUPEAAS.

O questionário constituiu um instrumento complementar às entrevistas, permitindo aprofundar a compreensão das experiências e percepções docentes relacionadas à mobilização escolar, ao desenvolvimento das pesquisas e à implementação das ações previstas no eixo NUPEAAS. Por ter sido disponibilizado em formato eletrônico, o instrumento ofereceu maior flexibilidade aos professores para o registro das respostas, respeitando a disponibilidade dos participantes e favorecendo a sistematização dos dados produzidos.

As informações produzidas contribuíram para a sistematização de evidências sobre o funcionamento dos núcleos de pesquisa e seus desdobramentos no cotidiano escolar. Dessa forma, a articulação entre questionários, entrevistas e análise documental fortaleceu a compreensão dos diferentes fatores que influenciam a implementação da política, assim como de suas contribuições para a consolidação da Educação das Relações Étnico-Raciais e da educação antirracista.

As entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores escolares e analistas das SREs ocorreram por meio da plataforma *Google Meet*²⁹, sendo gravadas mediante autorização expressa dos participantes e posteriormente transcritas com auxílio do *software TurboScribe*³⁰. Os questionários foram respondidos eletronicamente e armazenados em ambiente digital protegido por senha.

Em todos os procedimentos de coleta e tratamento dos dados, foram observados os princípios de confidencialidade, anonimato e utilização exclusiva para

²⁸ Segundo Maldonado Luna, Méndez Hinojosa e Peña Moreno (2007), trata-se de um instrumento de coleta de dados quantitativos utilizado em pesquisas, composto por afirmações às quais os participantes respondem conforme seu grau de concordância ou discordância, permitindo a mensuração ordinal de opiniões e atitudes

²⁹ Plataforma de videoconferência desenvolvida pelo Google para realização de reuniões, aulas e chamadas on-line, com recursos de áudio, vídeo, chat e compartilhamento de tela.

³⁰ Serviço de transcrição de áudio e vídeo com suporte a mais de 98 idiomas e transcrição ilimitada. Indicado para profissionais que lidam com grandes volumes de conteúdo. Disponível em: <https://huntscreens.com/pt/products/turboscribe>. Acesso em: 21 dez. 2025

fins acadêmico-científicos. Os instrumentos de pesquisa utilizados encontram-se disponíveis nos Apêndices A, B e C.

Os arquivos referentes à pesquisa permanecerão armazenados em ambiente digital protegido, com acesso restrito à pesquisadora e ao orientador, pelo período de cinco anos após a conclusão do estudo, sendo posteriormente eliminados de forma segura, em conformidade com as diretrizes éticas aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos.

Para a análise dos dados, adotou-se a triangulação de métodos, fontes e conteúdos, estratégia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, por possibilitar uma compreensão mais abrangente e consistente do fenômeno investigado. Conforme destaca Marcondes (2014), a triangulação permite confrontar diferentes perspectivas sobre um mesmo objeto de estudo, contribuindo para ampliar a validade e a consistência das interpretações produzidas.

Nesta pesquisa, a triangulação foi operacionalizada por meio da articulação entre questionários eletrônicos, entrevistas semiestruturadas e análise documental, em diálogo permanente com o referencial teórico que fundamenta o estudo. Além dos dados produzidos pelos participantes, foram examinados documentos normativos, editais, legislações e materiais institucionais relacionados ao Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) e ao eixo dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).

Após a organização do corpus, os dados foram analisados e interpretados à luz das categorias analíticas previamente construídas, com base na questão norteadora, nos objetivos da pesquisa e nos eixos temáticos que orientaram os instrumentos de coleta. Esse procedimento permitiu identificar convergências, divergências e complementaridades entre as diferentes fontes de informação, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam o engajamento docente nos editais do ICEB/NUPEAAS.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

Esta seção apresenta a análise e a discussão dos dados produzidos ao longo da pesquisa, com o objetivo de compreender os fatores que influenciam a participação dos docentes da rede estadual de ensino de Minas Gerais nos editais do Programa

de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), com especial atenção ao eixo dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).

Após a organização do corpus, os dados foram analisados e interpretados à luz das categorias analíticas previamente construídas, com base na questão norteadora, nos objetivos da pesquisa e nos eixos temáticos que orientaram os instrumentos de coleta. Esse procedimento permitiu identificar convergências, divergências e complementaridades entre as diferentes fontes de informação, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam o engajamento docente nos editais do ICEB/NUPEAAS.

As categorias analíticas também orientaram a etapa de exploração do material, permitindo examinar as percepções dos diferentes sujeitos investigados – gestores escolares, professores e profissionais vinculados às Superintendências Regionais de Ensino – acerca dos fatores que favorecem ou dificultam a participação em projetos de iniciação científica voltados à Educação das Relações Étnico-Raciais.

Para preservar o sigilo dos participantes e das instituições, os sujeitos da pesquisa foram identificados por códigos alfanuméricos, assim como as SREs e escolas participantes. O Quadro 7 apresenta a vinculação dos participantes às respectivas regionais e unidades escolares, permitindo situar as informações produzidas sem expor nominalmente os sujeitos envolvidos.

Quadro 7– Identificação dos sujeitos participantes da pesquisa

Sujeito	Perfil	SRE vinculada	Escola vinculada
A/T1	Analista/Técnico da SRE	SRE X	Não se aplica
A/T2	Analista/Técnico da SRE	SRE Z	Não se aplica
A/T3	Analista/Técnico da SRE	SRE Y	Não se aplica
A/T4	Analista/Técnico da SRE	SRE W	Não se aplica
G1	Gestor escolar	SRE Z	Escola B
G2	Gestor escolar	SRE Y	Escola C
G3	Gestor escolar	SRE W	Escola D
P1	Professor orientador	SRE Z	Escola B
P2	Professor orientador	SRE W	Escola D
P3	Professor orientador	SRE Z	Escola B
P4	Professor orientador	SRE X	Escola A
P5	Professor orientador	SRE Y	Escola C
P6	Professor orientador	SRE Y	Escola C

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Nota: A/T = Analista/Técnico da SRE; G = Gestor escolar; P = Professor orientador. A expressão “não se aplica” foi utilizada para os participantes vinculados às SREs, por não estarem associados a escola.

Após a apresentação dos instrumentos de produção de dados e da identificação codificada dos sujeitos participantes, passamos à organização do material empírico produzido na pesquisa. Esse processo considerou as informações obtidas nas entrevistas semiestruturadas, nos questionários eletrônicos e nos documentos analisados, buscando articular as diferentes perspectivas envolvidas na implementação dos NUPEAAS.

A construção das categorias temáticas partiu da leitura atenta e comparativa do material produzido na pesquisa, tendo como referência a questão de pesquisa e os objetivos propostos. À medida que as entrevistas, os questionários e os documentos eram examinados em conjunto, alguns temas se repetiam, enquanto outros revelavam diferenças entre as experiências e percepções dos participantes. A partir dessas aproximações e contrastes, os conteúdos foram reunidos por afinidade, o que permitiu definir os eixos que orientaram a análise dos dados e a compreensão dos fatores relacionados à implementação dos NUPEAAS e ao engajamento docente.

Para orientar a análise, estruturamos o material em cinco categorias temáticas: (i) Mobilização institucional e condições de participação; (ii) Fatores que favorecem e dificultam o engajamento docente; (iii) Formação docente, pesquisa e institucionalização da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER); (iv) Contribuições do ICEB/NUPEAAS para a educação antirracista; e (v) Desafios e possibilidades de fortalecimento da política.

A primeira categoria trata da mobilização institucional e das condições de participação, considerando as estratégias de divulgação, sensibilização e apoio à adesão aos editais. A segunda aborda os fatores que favorecem ou dificultam o engajamento docente, como interesse pela temática, apoio da gestão, tempo disponível e condições de trabalho.

A terceira categoria discute a formação docente, a pesquisa e a institucionalização da ERER nos currículos, PPPs e práticas escolares. A quarta examina as contribuições do ICEB/NUPEAAS para a educação antirracista, especialmente no que se refere ao protagonismo estudantil, ao fortalecimento identitário e à valorização dos saberes afro-brasileiros e quilombolas.

Por fim, a quinta categoria reúne os desafios e possibilidades de fortalecimento da política, com atenção à formação continuada, ao acompanhamento pedagógico, ao financiamento, à ampliação de vagas e às estratégias de apoio às escolas.

O Quadro 8 sintetiza as categorias analíticas da pesquisa e suas respectivas dimensões de investigação, organizadas a partir da questão norteadora e dos eixos temáticos que orientaram o estudo. Essa sistematização permite explicitar o foco de análise adotado na interpretação dos dados empíricos.

Quadro 8 - Categorias analíticas da pesquisa

Categoria Analítica	Dimensão investigada
Mobilização institucional e condições de participação	Estratégias de divulgação, apoio institucional e condições oferecidas para participação das escolas e docentes nos editais do ICEB/NUPEAAS
Fatores que favorecem e dificultam o engajamento docente	Aspectos institucionais, profissionais e individuais que influenciam a adesão e permanência dos docentes nos projetos

Formação docente, pesquisa e institucionalização da ERE	Relações entre formação docente, desenvolvimento da pesquisa e incorporação da Educação das Relações Étnico-Raciais nas práticas escolares
Contribuições do ICEB/NUPEAAS para a educação antirracista	Impactos pedagógicos, formativos e identitários decorrentes da participação nos projetos
Desafios e possibilidades de fortalecimento da política	Limites, necessidades e perspectivas para ampliação e consolidação do programa na rede estadual

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Com base nessa organização, as categorias analíticas são apresentadas e discutidas a seguir, articulando as dimensões investigadas às evidências empíricas produzidas no campo.

3.3.1 Mobilização institucional e condições de participação

A mobilização institucional constitui uma dimensão central para compreender a participação dos docentes nos editais do ICEB/NUPEAAS. Embora a adesão aos projetos dependa da iniciativa e do interesse dos professores, os dados indicam que o engajamento docente está fortemente condicionado pelas estratégias de divulgação, acompanhamento e apoio desenvolvidas pelas diferentes instâncias responsáveis pela implementação da política. Nesse sentido, a participação nos editais não pode ser compreendida apenas como uma decisão individual do professor, mas como resultado de um processo institucional que envolve o Órgão Central da Secretaria de Estado de Educação, as Superintendências Regionais de Ensino e as equipes das unidades escolares.

No caso do ICEB/NUPEAAS, observamos, nas entrevistas, que as SREs desempenham papel estratégico na mediação entre as diretrizes formuladas pelo Órgão Central e as condições concretas de funcionamento dos núcleos de pesquisa nas escolas. Os analistas entrevistados relatam a realização de reuniões, atendimentos individualizados, plantões tira-dúvidas e apoio à elaboração dos projetos, buscando ampliar a participação das unidades escolares. Ao ser questionada sobre como a SRE realizava a mobilização das escolas e quais estratégias utilizava para divulgar os editais e incentivar a participação, AT4 relatou: “A gente ligou para

cada escola, ligava para os professores que a gente já conhecia [...] fizemos plantão tira-dúvidas e ajudamos até em escrita e reescrita de projetos” (AT4,2026).

A fala sugere que a mobilização das escolas extrapola os mecanismos formais de divulgação dos editais e exige ações permanentes de aproximação e acompanhamento. Esse aspecto é particularmente relevante quando se considera que a iniciação científica ainda não constitui uma prática consolidada em grande parte das escolas públicas, exigindo esforços adicionais de sensibilização e orientação dos profissionais envolvidos.

Esse achado corrobora a perspectiva de Ball e Bowe (1992), segundo a qual as políticas são reinterpretadas e recriadas nos contextos de prática. Nesse processo, os analistas das SREs assumem papel estratégico na tradução das diretrizes formuladas pelo Órgão Central para a realidade das escolas, mediando sua concretização nos territórios. Essa função também dialoga com a análise de Lotta (2019), para quem os efeitos das políticas dependem das ações concretas desenvolvidas pelos agentes responsáveis por sua operacionalização.

Entretanto, apesar do reconhecimento da importância das ações desenvolvidas pelas SREs, os dados revelam limitações nos fluxos de comunicação institucional. As entrevistas indicam que as informações relativas aos editais, às formações e às oportunidades nem sempre alcançam os docentes que atuam diretamente nas escolas. Essa limitação é mencionada por AT4 quando questionada sobre as dificuldades que ainda comprometiam a mobilização dos profissionais e a circulação das informações até os professores: “Quando a gente faz essas reuniões, geralmente quem participa são diretores. E isso não chega lá na ponta” (AT4, 2026).

Observamos, assim, uma tensão recorrente nos processos de implementação das políticas educacionais: a existência de mecanismos formais de comunicação não garante, necessariamente, a circulação efetiva das informações entre os diferentes níveis da rede. Em diversos momentos das entrevistas, analistas e gestores mencionam situações em que oportunidades de participação não foram aproveitadas em razão do desconhecimento dos docentes sobre os editais ou sobre as possibilidades oferecidas pelo programa. As falas analisadas sugerem que os desafios da mobilização ultrapassam a simples divulgação das ações e envolvem a consolidação de fluxos mais eficazes de comunicação e acompanhamento.

No debate sobre o engajamento de *stakeholders*, a participação docente não depende apenas da divulgação dos editais. Conforme Bowen, Newenham-Kahindi e

Herremans (2010), formas de engajamento baseadas exclusivamente na comunicação unilateral tendem a produzir resultados limitados. No ICEB/NUPEAAS, os dados indicam que a mobilização se fortalece quando a divulgação é acompanhada por diálogo, orientação e acompanhamento contínuo pelas equipes responsáveis.

As entrevistas também destacam o papel das equipes gestoras na promoção da participação docente. A adesão das escolas aos editais tende a ocorrer de forma mais consistente quando a gestão atua de maneira ativa na divulgação das oportunidades, no incentivo aos professores e no acompanhamento das atividades desenvolvidas. Em algumas unidades, esse movimento foi conduzido pela própria equipe gestora, em outras, ganhou força a partir da iniciativa de docentes com afinidade com a temática ou experiência prévia em projetos de pesquisa.

A experiência relatada por G3 (2026), gestora da escola D, na SRE W, ilustra esse movimento. Segundo ela, a participação da escola teve início a partir da iniciativa de uma professora que identificou o edital e mobilizou a equipe escolar para a elaboração da proposta. A partir desse primeiro movimento, a gestão passou a apoiar o desenvolvimento das atividades e a incentivar a participação dos estudantes. O relato demonstra que a implementação da política resulta da articulação entre iniciativa individual e suporte institucional, sendo difícil dissociar esses dois elementos.

Essa constatação reforça a compreensão de Greenwood (2007) de que o engajamento depende de práticas institucionais voltadas à inclusão e ao envolvimento dos diferentes atores. No contexto investigado, a atuação das equipes gestoras mostra-se fundamental para transformar o interesse individual de determinados professores em processos coletivos de adesão e desenvolvimento dos projetos.

Além das estratégias de mobilização, as condições materiais e organizacionais de participação também aparecem como fatores relevantes para o desenvolvimento do ICEB/NUPEAAS. Nas entrevistas, os gestores escolares avaliam positivamente o apoio oferecido pela SEE/MG e pelas SREs. Entre os aspectos mencionados, destacam-se o fornecimento de equipamentos tecnológicos, recursos financeiros, monitorias e orientações pedagógicas.

Quando questionados sobre o apoio institucional e as condições oferecidas para o desenvolvimento dos projetos, os gestores destacaram diferentes formas de suporte. G1, por exemplo, reconhece a existência de incentivo financeiro ao programa, ao afirmar que há um “incentivo bacana em questão de financeiro” (G1, 2026).

Ao abordar os fatores que favorecem o interesse e a participação dos estudantes nos projetos, G2, gestora da escola B, vinculada à SRE Y, ressaltou a importância das condições oferecidas pelo programa para o desenvolvimento das atividades. Segundo a entrevistada, a escola recebeu notebooks, recursos para aquisição de materiais e acompanhamento técnico, elementos que contribuíram para a execução das pesquisas.

Na avaliação de G2, tanto o acesso a equipamentos quanto a realização de atividades externas ampliam o interesse dos estudantes e tornam a participação no programa mais atrativa. Como afirma: “porque o Estado fornece [...] um notebook para os meninos, acaba que a gente faz essa propaganda relacionada ao Estado e os meninos gostam bastante. E a gente faz também passeios, visita técnica, e eles amam fazer isso” (G2, 2026).

Apesar da avaliação positiva dos gestores escolares sobre o apoio material e financeiro oferecido pelo ICEB/NUPEAAS, a resposta de P1 ao questionário aponta limites relacionados à execução financeira dos valores disponibilizados pelo programa, especialmente em escolas situadas em áreas rurais.

Segundo a respondente, “os recursos disponibilizados não conseguem ser utilizados de forma efetiva devido à exigência de comprovação formal e emissão de notas fiscais” (P1, 2026). Realidade que impacta “atividades importantes, como visitas e passeios pedagógicos em comunidades pesquisadas, oferta de lanche aos estudantes durante as ações e pequenos incentivos à participação dos alunos” (P1, 2026).

Entre os principais desafios mencionados pelos entrevistados, destacam-se a sobrecarga de trabalho docente, a dificuldade de conciliar as atividades de pesquisa com as demandas curriculares e as limitações impostas pelos critérios previstos nos editais. Um exemplo recorrente diz respeito ao critério que restringe a função de professor orientador aos docentes efetivos da rede estadual. Segundo AT4, da SRE W, essa exigência impediu a participação de algumas escolas interessadas no programa.

A análise dos dados sugere que a disponibilidade de recursos financeiros e materiais constitui condição necessária, mas não suficiente para assegurar o engajamento dos docentes e a efetividade das ações. Conforme argumenta Lotta (2019), a implementação das políticas públicas depende também das condições concretas de trabalho dos agentes responsáveis por sua execução. Nesse sentido,

aspectos relacionados à carga horária, à organização do trabalho escolar e à disponibilidade de tempo para planejamento aparecem como elementos centrais para compreender os limites da participação docente.

Esse aspecto também aparece na resposta de P3, da escola C, à Questão 41 do questionário, na qual os professores foram convidados a indicar iniciativas capazes de fortalecer a cooperação e o engajamento no ICEB/NUPEAAS. Em sua resposta, o participante ressaltou a necessidade de ampliar o tempo destinado ao planejamento, à pesquisa e à formação continuada:

Um dos maiores obstáculos ao engajamento dos professores é a ausência de tempo para dedicação efetiva às iniciativas. Ainda que o edital contemple remuneração por algumas horas/aula para o professor coordenador, o tempo continua sendo um fator limitador. Garantir tempo destinado ao planejamento, à pesquisa e à formação continuada seria fundamental para ampliar o envolvimento docente e assegurar a qualidade dos projetos desenvolvidos. (P3, 2026).

Além da disponibilidade de tempo, P3 também aponta a importância de possibilitar a atuação de mais de um professor orientador no desenvolvimento dos projetos. Para o respondente, a participação remunerada de mais docentes poderia ampliar o engajamento da equipe escolar, uma vez que a escola, os projetos e as pesquisas são construídos coletivamente. Essa ampliação também favoreceria uma atuação multidisciplinar, com a participação de diferentes áreas do conhecimento, enriquecendo as experiências formativas e fortalecendo o desenvolvimento das pesquisas.

Desse modo, a resposta de P3 reforça que o engajamento docente no ICEB/NUPEAAS não depende apenas da existência de recursos financeiros ou da remuneração de horas específicas. Também requer condições institucionais que garantam tempo de dedicação, divisão coletiva das responsabilidades e valorização da atuação interdisciplinar no interior das escolas.

Em síntese, os dados indicam que a mobilização institucional constitui um dos principais fatores associados à participação das escolas nos editais do ICEB/NUPEAAS. As entrevistas revelam que o engajamento docente é favorecido pelo acompanhamento próximo das SREs, pela atuação ativa das equipes gestoras e pela oferta de suporte técnico e financeiro.

Por outro lado, fragilidades nos processos de comunicação, limitações organizacionais e determinadas exigências dos editais podem restringir o alcance da política. Assim, o fortalecimento do ICEB/NUPEAAS demanda o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de mobilização e acompanhamento, de modo que as oportunidades de participação alcancem, de fato, os docentes da rede estadual de ensino.

Essa discussão dialoga com a perspectiva do ciclo de políticas proposta por Mainardes (2006), segundo a qual as políticas são reinterpretadas e recriadas no contexto da prática. No caso do ICEB/NUPEAAS, os dados indicam que a implementação da política não se sustenta apenas na existência de resolução própria ou de editais, pois também depende das condições institucionais presentes nas escolas e nas SREs, bem como das ações dos sujeitos responsáveis por sua concretização nos territórios.

Com o objetivo de complementar os dados produzidos pelas entrevistas, apresentamos, na Tabela 4, as respostas dos professores orientadores ao questionário, considerando aspectos relacionados à mobilização institucional e às condições de participação no NUPEAAS.

Os indicadores apresentados foram construídos a partir das respostas às questões 1, 2, 3, 17, 19, 20 e 22 do questionário aplicado aos professores orientadores. Para a análise, as respostas da escala *Likert* foram agrupadas em três categorias: concordância, correspondente às opções 4 e 5; neutralidade, correspondente à opção 3; e discordância, referente às opções 1 e 2.

Tabela 4 – Distribuição das respostas dos professores orientadores sobre aspectos relacionados à mobilização institucional e às condições de participação no NUPEAAS

Indicador	Concordaram (4 e 5)	Neutro (3)	Discordaram (1 e 2)	Total
Apoio da gestão escolar	5	1	0	6
Construção coletiva da proposta	5	1	0	6
Clareza dos objetivos do NUPEAAS	5	1	0	6

Recursos financeiros disponíveis	3	1	2	6
Recursos pedagógicos disponíveis	3	1	2	6
Extensão de jornada atrativa	2	1	3	6
Carga horária suficiente	2	0	4	6

Fonte: elaborado pela autora, com base em questionário aplicado aos professores (01–19 maio 2026).

A Tabela 4 indica forte concordância dos professores orientadores quanto ao apoio da gestão escolar, à construção coletiva das propostas e à clareza dos objetivos do NUPEAAS, uma vez que cinco dos seis respondentes atribuíram avaliações positivas a esses indicadores. Esses resultados dialogam com as entrevistas, nas quais a atuação das equipes gestoras e o acompanhamento das SREs aparecem como fatores importantes para a mobilização das escolas e para o engajamento docente nos projetos.

Em contrapartida, os indicadores relacionados às condições objetivas de participação apresentam avaliações menos favoráveis. Apenas dois participantes consideram suficiente a carga horária destinada às atividades do NUPEAAS, enquanto quatro manifestam discordância. Resultado semelhante é observado em relação à atratividade da extensão de jornada prevista em edital, avaliada positivamente por apenas dois respondentes. Esses elementos sugerem que as principais limitações ao engajamento docente estão associadas às condições concretas de trabalho necessárias ao desenvolvimento das pesquisas.

Assim, observamos que a mobilização institucional se configura como uma dimensão estruturante para a adesão das unidades escolares ao ICEB/NUPEAAS. Os dados analisados indicam que o acompanhamento das SREs, a atuação das equipes gestoras, a circulação das informações e o suporte técnico e material oferecido pela SEE/MG favorecem o engajamento dos professores e o desenvolvimento dos projetos.

Entretanto, esse processo não se efetiva apenas pela existência de editais, resolução própria ou recursos disponibilizados às unidades escolares. Fragilidades nos fluxos de comunicação, limitações relacionadas à organização do trabalho pedagógico e exigências formais previstas nos instrumentos normativos podem

restringir o alcance da política e comprometer a continuidade das ações. Desse modo, o fortalecimento do ICEB/NUPEAAS demanda o aperfeiçoamento dos mecanismos de divulgação, orientação e acompanhamento, de forma que as oportunidades previstas sejam efetivamente apropriadas pelos professores no contexto da prática.

Essa discussão permite avançar para outra dimensão fundamental da implementação do ICEB/NUPEAAS: a formação docente, a pesquisa e a institucionalização da Educação das Relações Étnico-Raciais. Se a mobilização cria condições para a adesão inicial aos projetos, a formação e a investigação assumem papel central na qualificação das práticas pedagógicas, na produção de conhecimentos sobre a temática e na consolidação da EREER no cotidiano escolar.

3.3.2 Formação docente, pesquisa e institucionalização da Educação das Relações Étnico-Raciais

A formação docente e a institucionalização da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) ocupam lugar relevante na compreensão dos fatores que influenciam o engajamento dos profissionais da educação nas ações desenvolvidas no âmbito do ICEB/NUPEAAS. As entrevistas com analistas das SREs e gestores escolares, articuladas às respostas dos professores orientadores ao questionário, indicam que, nas SREs e escolas investigadas, a participação nos projetos de iniciação científica é atravessada por lacunas formativas relacionadas tanto à EREER quanto à pesquisa educacional.

Entre os analistas entrevistados, é recorrente a percepção de que a formação inicial não contemplou de forma satisfatória as discussões sobre relações étnico-raciais. AT1 relata que sua trajetória acadêmica ocorreu em período anterior à promulgação da Lei nº 10.639/2003 e afirma que a temática esteve praticamente ausente de sua formação, destacando que “nem mesmo na faculdade” teve contato significativo com essas discussões.

De modo semelhante, AT2 e AT3 relatam que a aproximação mais efetiva com a pauta ocorreu posteriormente, no exercício profissional e na atuação junto às políticas de EREER desenvolvidas pelas SREs. AT4, por sua vez, apresenta trajetória distinta, marcada pelo envolvimento prévio com movimentos sociais, ações comunitárias e debates relacionados aos direitos humanos e à justiça social, experiência que antecede sua atuação institucional na temática.

Essa leitura aproxima-se da formulação de Munanga (2005), segundo a qual os educadores brasileiros não receberam, em sua formação como cidadãos e profissionais da educação, o preparo necessário para lidar com os desafios decorrentes da diversidade étnico-racial. Nas SREs e escolas investigadas, essa lacuna aparece quando analistas, gestores escolares e professores orientadores afirmam ter construído seus conhecimentos sobre a EREER predominantemente ao longo da trajetória profissional, e não durante a formação inicial.

A insuficiência da formação inicial também aparece associada à ausência de referências negras nos percursos educacionais. Ao rememorar sua trajetória escolar, AT1 relata ter tido apenas uma professora negra ao longo de sua formação, experiência que lhe provocava estranhamento e reforçava a percepção de invisibilidade da população negra no ambiente escolar. Segundo o entrevistado, “a gente não era representado de alguma forma” (AT1, 2026).

A fala de AT2 amplia essa discussão ao relacionar a ausência de representatividade à dificuldade de compreender experiências de racismo vivenciadas em sua trajetória. O analista relata que, antes de sua atuação na SRE, percebia situações de discriminação vinculadas à sua cor e origem, mas ainda não conseguia interpretá-las plenamente. Segundo ele, ao ingressar na Superintendência Regional de Ensino e acompanhar políticas e projetos voltados à temática, conseguiu “compreender melhor” sua origem e ampliar sua visão sobre como poderia contribuir, por meio da instituição, para que a educação tivesse “esse novo olhar para a educação étnico-racial e principalmente contra o racismo” (AT2, 2026).

Esses relatos sugerem que a formação para a EREER não se limita ao domínio de conteúdos legais ou curriculares. Ela envolve também processos de reconhecimento, pertencimento e compreensão crítica das desigualdades raciais que atravessam as trajetórias pessoais, profissionais e institucionais dos sujeitos envolvidos na implementação da política.

No âmbito do ICEB/NUPEAAS, essa dimensão formativa assume também caráter metodológico, uma vez que a participação nos núcleos demanda conhecimentos relacionados tanto à Educação das Relações Étnico-Raciais quanto à organização e ao desenvolvimento de projetos de pesquisa na educação básica. Em diferentes momentos das entrevistas, os participantes reconhecem a contribuição do programa para ampliar o debate racial nas escolas, mas também apontam limites

decorrentes da fragilidade dos processos formativos oferecidos aos profissionais envolvidos.

Entre os professores orientadores, a demanda por formação continuada aparece nas sugestões de melhoria para o ICEB/NUPEAAS. P3, da escola C, observa que muitos professores não se envolvem nos projetos porque ainda não reconhecem a importância e a urgência da construção de práticas e escolas antirracistas. Segundo o professor,

em diversos casos, ainda persiste a ideia de que essa temática é responsabilidade apenas de determinadas áreas do conhecimento ou que deve ser abordada exclusivamente em datas comemorativas, de maneira pontual e folclorizada (P3, 2026).

Na mesma direção, P1 (2026) menciona, entre as iniciativas necessárias ao fortalecimento do NUPEAAS, a promoção de “formação continuada sobre educação antirracista e cultura afro-brasileira”, além da criação de projetos interdisciplinares, grupos de pesquisa colaborativos e eventos institucionais permanentes.

Os questionários aplicados aos professores orientadores também reforçam essa percepção. Embora a maioria dos respondentes reconheça a relevância da EREER para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, diversos participantes relatam que seus conhecimentos sobre a temática foram construídos principalmente por meio da prática profissional, da participação em cursos de formação continuada ou da atuação nos próprios projetos do NUPEAAS. Esse resultado sugere que a formação inicial ainda não tem sido suficiente para preparar os docentes para o trabalho com a educação antirracista e para a orientação de pesquisas voltadas às temáticas étnico-raciais.

A Figura 9 evidencia que a percepção dos professores orientadores acerca da suficiência da formação inicial para a implementação de projetos do NUPEAAS não é consensual. Dos seis respondentes, quatro consideraram que sua formação lhes proporcionou condições para atuar no desenvolvimento das pesquisas, enquanto dois avaliaram que ela não foi suficiente para essa finalidade. Embora prevaleça uma avaliação favorável, os resultados indicam experiências formativas distintas, com oportunidades desiguais de contato com conteúdos relacionados à EREER e à pesquisa educacional ao longo da formação inicial.

Nesse sentido, Pinheiro (2023, p. 78) afirma que “o aspecto da formação [...] é importantíssimo para qualquer escola que se propõe a ser antirracista”. Essa formulação contribui para compreender que a construção de uma rede de ensino antirracista requer investimento institucional na formação dos profissionais da educação, de modo sistemático e contínuo. Assim, a apropriação da temática não deve ocorrer apenas por iniciativa individual dos servidores, mas precisa ser assumida como parte das estratégias de implementação e fortalecimento da EREER nas escolas.

Ao discutir a formação continuada e a necessidade de ampliar o envolvimento dos profissionais com a pauta antirracista, AT1 afirmou que “essa causa não pode ser só minha”. Essa afirmação revela a percepção de que a educação antirracista não deve ficar restrita à atuação de alguns profissionais mais engajados, mas constituir responsabilidade compartilhada pela comunidade escolar e pelas instâncias responsáveis pela política.

AT1 também observa que os participantes das poucas formações ofertadas sobre a temática eram, em sua maioria, professores negros, frequentemente motivados por experiências pessoais de racismo ou discriminação racial. Em contrapartida, destaca a baixa participação de profissionais brancos nesses espaços formativos, questionando por que a luta antirracista ainda é percebida como responsabilidade exclusiva da população negra. Essa reflexão amplia o debate sobre formação continuada, ao demonstrar que o desafio não se restringe à oferta de cursos, mas envolve a mobilização de diferentes sujeitos para o enfrentamento coletivo das desigualdades raciais no contexto escolar.

A mesma preocupação aparece na fala de AT3, que chama atenção para a insuficiência de ações sistemáticas de formação ofertadas pela rede. Segundo o participante, “nós não temos oferta de formação continuada para se trabalhar essa importância” (AT3, 2026). A fala do analista, vinculado à SRE Z, sugere que, embora existam iniciativas pontuais, ainda não se observa uma política formativa contínua e estruturada capaz de atender às demandas colocadas pela implementação da EREER na rede estadual de ensino.

Desse modo, a formação docente não deve ser compreendida como ação pontual, mas como processo permanente de qualificação e reflexão crítica sobre as práticas educativas. Mesmo após duas décadas da promulgação da Lei nº 10.639/2003, os relatos analisados sugerem que a formação inicial ainda apresenta limites para preparar os profissionais para o trabalho com a temática racial. Por isso,

a consolidação da EREER nas escolas demanda processos formativos contínuos, articulados à prática pedagógica e às condições concretas de atuação dos profissionais da educação.

Além da formação, outro aspecto recorrente nas entrevistas refere-se à necessidade de institucionalização da EREER nas escolas. Os participantes argumentam que a continuidade das ações não pode depender exclusivamente do interesse individual de determinados professores ou gestores. Embora a Lei nº 10.639/2003 represente um marco de institucionalização da temática no plano normativo, os dados empíricos indicam que sua efetivação nas escolas ainda se apresenta de forma desigual.

Observamos, assim, uma distância entre a institucionalização formal da política e sua incorporação substantiva ao cotidiano escolar, especialmente no que se refere à presença da EREER no Projeto Político-Pedagógico e à sua consolidação como prática contínua. Essa lacuna contribui para que a implementação da temática permaneça, em muitos contextos, dependente do engajamento individual de docentes e gestores, tornando as ações mais vulneráveis a descontinuidades decorrentes da rotatividade de profissionais ou de mudanças nas equipes escolares.

Nessa direção, ao ser questionada sobre a institucionalização da EREER e sua incorporação aos instrumentos de organização pedagógica das escolas, AT4 defendeu a inserção da temática no Projeto Político-Pedagógico (PPP), afirmando que “currículo dado, para virar currículo vivido, ele tem que estar institucionalizado, ele tem que estar ancorado lá no PPP” (AT4, 2026).

A preocupação com a continuidade das ações também aparece na fala de AT1, que observa que muitos projetos deixam de ser desenvolvidos quando os profissionais responsáveis são removidos, aposentam-se ou assumem outras funções. Para o entrevistado, essa situação decorre da fragilidade da institucionalização da temática nas escolas. As ações voltadas à EREER deveriam integrar permanentemente o PPP das unidades de ensino, tornando-se parte de sua identidade institucional, e não apenas iniciativas vinculadas ao engajamento individual de determinados docentes.

As experiências relatadas por G1 e G3 ilustram possibilidades de institucionalização da temática. Em ambos os casos, os gestores destacam a articulação entre os projetos desenvolvidos pelo NUPEAAS e o PPP da escola. G1 afirma que as ações voltadas à valorização da cultura quilombola encontram respaldo no documento da unidade escolar, enquanto G3 destaca que as iniciativas

relacionadas à educação antirracista já se encontram incorporadas às diretrizes pedagógicas da instituição. Esses relatos sugerem que a inserção da temática nos documentos orientadores favorece a continuidade das ações e amplia suas possibilidades de alcance.

Essa relação entre continuidade das ações, PPP e práticas pedagógicas também aparece na resposta de P3, que orientou projetos de pesquisa na escola C. No questionário, o professor informou que o trabalho desenvolvido no âmbito do NUPEAAS manteve diálogo com o Projeto Político-Pedagógico da escola e contribuiu para a efetivação do currículo na perspectiva da educação antirracista. Segundo P3:

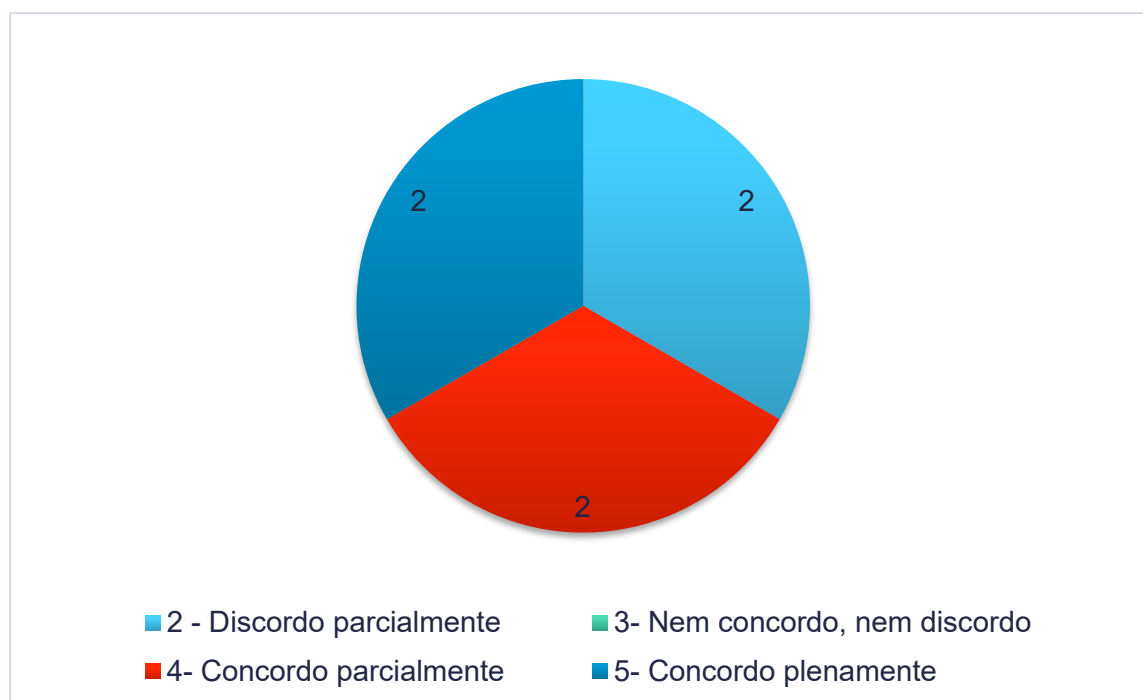
Em nossa escola, mesmo sem edital vigente, adaptamos o projeto inicial e criamos um Grupo de Estudos e Pesquisa em Relações Étnico-Raciais, que já completa quatro anos de atuação e deu origem à tentativa de criação de um Coletivo Negro, que, infelizmente, não se manteve (P3, 2026).

A resposta de P3 sugere que as ações desenvolvidas no NUPEAAS podem produzir desdobramentos no cotidiano escolar, especialmente quando se articulam ao PPP e às práticas pedagógicas da escola. Ao mesmo tempo, o relato reforça a importância de mecanismos institucionais que favoreçam o acompanhamento dessas experiências, de modo que iniciativas formativas e investigativas não dependam apenas do esforço isolado dos professores envolvidos.

Desse modo, os dados indicam que o fortalecimento do ICEB/NUPEAAS está relacionado à ampliação das oportunidades de formação continuada e à consolidação institucional da EREER nas escolas. As entrevistas e os questionários apontam que a ausência de formação específica ainda constitui desafio para a implementação da política, ao mesmo tempo que demonstram o potencial das ações desenvolvidas para promover mudanças nas práticas pedagógicas e na cultura escolar.

Assim, a construção de uma educação antirracista demanda não apenas a ampliação das oportunidades de participação nos editais, mas também investimentos permanentes em formação e estratégias que assegurem a institucionalização da EREER como princípio estruturante do currículo e da organização escolar.

Figura 9- Gráfico de Avaliação dos professores orientadores sobre a
suficiência da formação inicial para implementação de projetos do
NUPEAAS



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa. (2026).

Os dados apresentados dialogam com as falas dos analistas entrevistados, que também apontam limitações em seus percursos formativos e destacam que a aproximação com a temática ocorreu, em grande medida, no exercício profissional. A convergência entre entrevistas e questionários reforça a compreensão de que a preparação para atuar com a Educação das Relações Étnico-Raciais ainda representa um desafio para a rede estadual de ensino, especialmente diante da complexidade envolvida na implementação de projetos de iniciação científica voltados a esse campo.

Nesse cenário, a formação constitui um dos fatores associados ao engajamento dos profissionais no ICEB/NUPEAAS e à construção de práticas pedagógicas orientadas pela Educação das Relações Étnico-Raciais. Contudo, esse processo não se efetiva apenas pela ampliação das oportunidades formativas, pois requer também a incorporação da EREER aos currículos, aos Projetos Político-Pedagógicos e ao cotidiano das escolas.

À luz dessa compreensão, Gomes (2005) sustenta que uma educação comprometida com a promoção da igualdade racial exige práticas permanentes de reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial. Essa formulação reforça a

necessidade de superar ações pontuais ou dependentes apenas do engajamento individual de determinados profissionais.

A discussão desenvolvida até aqui, nos permite avançar para a próxima seção, dedicada às contribuições do ICEB/NUPEAAS para a educação antirracista. Nela, analisamos de que modo os projetos desenvolvidos nas escolas investigadas têm contribuído para ampliar o debate sobre as relações étnico-raciais, valorizar identidades negras e quilombolas, fortalecer práticas pedagógicas antirracistas e produzir experiências formativas no cotidiano escolar.

3.3.3 Contribuições do ICEB/NUPEAAS para a educação antirracista

Conforme discutido na seção 3.1, a educação antirracista pode ser compreendida como uma prática pedagógica e política voltada ao enfrentamento do racismo, à valorização das identidades negras e à promoção de relações étnico-raciais mais justas no espaço escolar. Nesta seção, analisamos, sob a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, as contribuições do ICEB/NUPEAAS para o fortalecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista.

Entre as categorias analisadas, esta foi a que apresentou maior convergência entre os diferentes grupos participantes da pesquisa. Gestores escolares, professores orientadores e analistas das Superintendências Regionais de Ensino reconhecem que a participação nos projetos do ICEB/NUPEAAS contribui para o fortalecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista.

Essa contribuição aparece, de modo mais evidente, no fortalecimento identitário dos estudantes. De acordo com os relatos, os projetos de pesquisa desenvolvidos nos NUPEAAS favoreceram processos de reconhecimento racial, valorização da ancestralidade e ampliação do sentimento de pertencimento às comunidades de origem. Ao comentar os resultados das ações desenvolvidas em sua escola, G3 (2026) afirma que “agora nossos alunos estão se autodeclarando da cor que realmente são”, evidenciando mudanças na forma como os estudantes passaram a compreender e afirmar suas identidades raciais.

Resultado semelhante é descrito por G1 ao relatar uma pesquisa realizada sobre autodeclaração racial. Segundo a gestora, as discussões promovidas pelo

núcleo permitiram identificar divergências entre a classificação racial registrada pelas famílias no momento da matrícula e a forma como os próprios estudantes passaram a se reconhecer após participarem das atividades do projeto. Essas evidências sugerem que o NUPEAAS contribui para processos de conscientização racial e para o enfrentamento dos mecanismos históricos de invisibilização da população negra no contexto escolar.

Os relatos dialogam diretamente com as reflexões de Munanga (2005), para quem a escola brasileira historicamente negligenciou a formação para a convivência com a diversidade racial, dificultando a construção de identidades positivas entre estudantes negros. Nesse sentido, as experiências relatadas indicam que os projetos vinculados ao NUPEAAS têm contribuído para preencher parte dessa lacuna formativa, ao promover espaços de reflexão sobre pertencimento, ancestralidade e reconhecimento racial.

Outra contribuição amplamente destacada refere-se ao protagonismo estudantil e à ampliação das oportunidades formativas. Segundo G2 (2026), o programa favoreceu “o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia, da criatividade e do protagonismo estudantil”. A gestora relata ainda que os estudantes participaram de mostras científicas, visitas técnicas e atividades culturais em diferentes municípios, experiências que os aproximaram “da realidade social e acadêmica” e ampliaram suas perspectivas educacionais e profissionais.

Na mesma direção, G2 destaca que o desenvolvimento das pesquisas fortaleceu a autonomia e a autoestima dos estudantes, que passaram a demonstrar maior segurança para participar de apresentações públicas, seminários e atividades de divulgação científica. Para a entrevistada, “o conhecimento faz isso [...] te dá autonomia”, permitindo que os estudantes se percebam como sujeitos capazes de produzir conhecimento e ocupar novos espaços sociais.

Os dados também evidenciam contribuições relevantes para a valorização dos saberes e das histórias das comunidades quilombolas. Nesse aspecto, a experiência relatada por G1 constitui um exemplo expressivo. Segundo a gestora, a partir das ações desenvolvidas no âmbito dos NUPEAAS, a escola produziu o material didático *Meu quilombo é aqui*, construído coletivamente por professores e estudantes com base em investigações sobre a própria comunidade. Conforme relata G1, o material passou a ser utilizado em diferentes etapas da escolarização e articulado às habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular.

A produção desse material expressa um dos potenciais mais significativos do NUPEAAS: a transformação dos estudantes em produtores de conhecimento sobre sua própria realidade. Como destaca G1 (2026), “a gente utilizou as pesquisas do NUPEAAS para poder fazer esse livro para os meninos”. A experiência demonstra que a pesquisa escolar pode contribuir para romper com a lógica tradicional de reprodução de conhecimentos externos às comunidades, valorizando saberes locais e fortalecendo processos de construção identitária.

Essa perspectiva é reforçada por AT2, ao afirmar que os projetos desenvolvidos no âmbito dos NUPEAAS contribuíram significativamente para o “reconhecimento identitário dos estudantes, fortalecimento das comunidades quilombolas e ampliação do engajamento das escolas com a temática das relações étnico-raciais” (AT2, 2026). Na avaliação do analista, a iniciação científica tem se mostrado uma estratégia relevante para aproximar a escola das realidades vividas pelos estudantes e promover maior valorização das identidades negras e quilombolas.

As entrevistas também revelam impactos relacionados à transformação das práticas pedagógicas e curriculares. Segundo G3, as pesquisas contribuíram para fortalecer ações interdisciplinares e ampliar a presença das discussões sobre relações étnico-raciais no cotidiano escolar. De forma semelhante, G1 relata que o trabalho inicialmente desenvolvido por professores das áreas de História e Sociologia passou a envolver outras disciplinas, favorecendo uma abordagem mais transversal da temática.

Os resultados encontrados corroboram as reflexões de Pinheiro (2023), ao defender que a educação antirracista exige a incorporação efetiva das experiências, histórias e produções culturais da população negra aos currículos escolares. Como afirma a autora, promover uma educação antirracista significa desestabilizar estruturas historicamente orientadas pelo eurocentrismo ³¹e pelos processos de silenciamento da população negra. Nesse sentido, as experiências relatadas pelos participantes demonstram que os projetos do ICEB/NUPEAAS têm contribuído para tornar visíveis histórias, memórias e conhecimentos tradicionalmente marginalizados pelos currículos escolares.

³¹ Refere-se à perspectiva de conhecimento constituída na Europa Ocidental e difundida com a expansão colonial e capitalista, que universaliza valores e categorias europeias, subordina outros saberes e naturaliza hierarquias sociais e raciais, articulando conhecimento, poder e dominação no padrão moderno/colonial (QUIJANO, 2005).

De modo geral, os dados indicam que as contribuições do ICEB/NUPEAAS vão além do desenvolvimento de competências investigativas. As experiências analisadas apontam para o fortalecimento do pertencimento racial, da autoestima, do protagonismo estudantil e da valorização dos territórios quilombolas, além de favorecerem a produção de conhecimentos contextualizados e a ampliação das práticas pedagógicas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais.

Em conjunto, esses resultados sugerem que o programa desempenha um papel relevante na consolidação de práticas educacionais comprometidas com a promoção da equidade racial e da educação antirracista na rede estadual de ensino. No entanto, a continuidade e a ampliação dessas contribuições dependem do enfrentamento de desafios institucionais relacionados ao alcance, ao acompanhamento e à sustentabilidade da política, aspectos que serão aprofundados na seção seguinte.

3.3.4 Desafios e possibilidades de fortalecimento da política

Embora os participantes reconheçam as contribuições do ICEB/NUPEAAS para o fortalecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais e da educação antirracista nas escolas, as entrevistas também evidenciam desafios relacionados à ampliação do alcance e à sustentabilidade da política pública. As sugestões apresentadas pelos diferentes grupos de participantes convergem para a necessidade de aperfeiçoamentos institucionais capazes de ampliar o número de escolas atendidas, qualificar o acompanhamento dos projetos e garantir maior equidade no acesso aos editais.

Um dos aspectos mais recorrentes refere-se à abrangência limitada do programa diante da demanda existente na rede estadual. Os participantes avaliam que o quantitativo de projetos contemplados ainda é insuficiente para atender ao interesse das escolas e dos docentes. Ao serem questionados sobre os principais fatores que limitam a adesão das escolas aos NUPEAAS e sobre as mudanças que poderiam ampliar essa participação, os entrevistados apontaram, entre outros aspectos, o número reduzido de projetos contemplados. AT3 (2026), por exemplo, afirma que “é muito pouco 20 projetos se eu tenho quase 100 escolas de Ensino Médio”. De forma semelhante, G3 (2026) reconhece a relevância da iniciativa, mas

pondera que “o projeto é muito bom, mas as vagas são poucas”, o que restringe as possibilidades de participação de outras unidades escolares e de seus estudantes.

Essa percepção também aparece na fala de AT2, que relata a existência de uma demanda reprimida por participação no programa. Segundo o entrevistado, “a gente tem aqui mais de 50% das escolas fora, todo mundo querendo participar” (AT2, 2026), evidenciando que o interesse das unidades escolares supera significativamente a capacidade de atendimento dos editais. O relato aponta a ampliação do número de projetos contemplados como uma demanda relevante para o fortalecimento da política e para a democratização do acesso às oportunidades proporcionadas pelo ICEB/NUPEAAS.

Associada a essa questão, emerge a preocupação com a adoção de mecanismos que promovam maior equidade no acesso aos recursos disponibilizados pelo programa. A partir de sua experiência no acompanhamento das escolas quilombolas, AT3 defende a criação de estratégias capazes de assegurar maior representatividade desses territórios nos editais, argumentando que “eu proponho cota, eu proponho reserva de vaga para o NUPEAAS” (AT3, 2026). A proposta parte da constatação de que escolas situadas em contextos historicamente vulnerabilizados enfrentam condições desiguais de concorrência, o que pode limitar sua participação nos processos seletivos.

As entrevistas também evidenciaram a preocupação dos participantes com o fortalecimento institucional da pauta da equidade racial. No Mapa Estratégico da SEE/MG para 2025-2026, a equidade integra a visão e os valores institucionais da Secretaria, ao lado do compromisso com o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes e com a oferta de uma educação pública de qualidade. Embora a equidade esteja presente no planejamento institucional, o documento a apresenta de forma ampla, sem explicitar a dimensão racial ou a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) entre os objetivos estratégicos, o que suscita uma reflexão sobre o lugar ocupado por essa pauta no conjunto das prioridades da política educacional.

Essa questão aparece na fala de AT3 (2026), que manifesta preocupação com a visibilidade conferida à temática nos últimos anos ao afirmar que “a questão da equidade [...] tá meio apagada nesse governo”. A declaração não significa que a equidade esteja ausente das diretrizes da SEE/MG, uma vez que ela está expressamente prevista em seu planejamento estratégico, mas revela como a presença da equidade racial e da ERER é percebida por quem atua na implementação

das ações. Embora esta pesquisa não tenha como propósito avaliar gestões governamentais específicas, essa percepção contribui para compreender os sentidos atribuídos pelos participantes à continuidade, à visibilidade e ao apoio institucional destinados à EREER. O relato sugere que a consolidação dessa agenda depende não apenas do engajamento das escolas e dos profissionais envolvidos, mas também da manutenção de diretrizes, programas e mecanismos institucionais capazes de assegurar estabilidade e continuidade às ações desenvolvidas.

Essa percepção é complementada por outros entrevistados, que associam a implementação do NUPEAAS a um período de maior investimento institucional na promoção da igualdade racial na rede estadual. AT3 destaca que, durante o governo de Fernando Pimentel, observou um fortalecimento das discussões relacionadas à temática, mencionando iniciativas como o programa *Afroconsciência* e ações direcionadas à educação escolar quilombola. Segundo a entrevistada, esse contexto contribuiu para ampliar os debates sobre relações étnico-raciais e favorecer sua inserção nas escolas.

Na mesma direção, AT2 define a criação do NUPEAAS, em 2017, como um “divisor de águas”, por possibilitar maior articulação entre a Secretaria de Estado de Educação, as Superintendências Regionais de Ensino e as unidades escolares. Em sua avaliação, o programa ampliou o debate sobre as culturas afro-brasileiras, favoreceu abordagens curriculares interdisciplinares e promoveu o envolvimento direto de estudantes e professores com a temática racial, constituindo uma iniciativa que efetivamente “chegou na base”.

A necessidade de continuidade das ações também aparece nas respostas dos professores. Na Questão 42 do questionário, que abordava as dificuldades enfrentadas na articulação entre a direção escolar e os professores para a implementação das ações dos NUPEAAS, P6 (2026), da escola C, afirmou que “a descontinuidade do projeto pode fazer com que as práticas bem-sucedidas sejam esquecidas”.

Já na Questão 41, destinada às sugestões de iniciativas para fortalecer a cooperação e o engajamento dos professores no ICEB/NUPEAAS, P5 (2026) defendeu que tornar os projetos de iniciação científica permanentes “contribuiria significativamente para o engajamento docente, tanto no desenvolvimento de novas propostas quanto na continuidade das já existentes”. A professora relatou, ainda, que, mesmo sem edital vigente, a escola adaptou o projeto inicial e criou um Grupo de

Estudos e Pesquisa em Relações Étnico-Raciais, que já completa quatro anos de atuação.

Em conjunto, as narrativas demonstram que a implementação e o alcance das ações voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais dependem do grau de prioridade institucional atribuído à pauta em diferentes momentos. Os relatos também evidenciam a importância da manutenção de programas, estratégias de mobilização e mecanismos de apoio capazes de assegurar continuidade, capilaridade e sustentação às políticas desenvolvidas pelas escolas.

Além da continuidade institucional, os dados indicam que o fortalecimento do ICEB/NUPEAAS requer atenção às condições concretas de participação docente. Embora os professores reconheçam a relevância pedagógica do programa, aspectos como carga horária, incentivo financeiro, tempo para planejamento e organização do trabalho escolar interferem diretamente no engajamento e na permanência das ações.

O programa prevê incentivo financeiro para o exercício da função de professor orientador, contudo, a extensão de jornada de cinco horas-aula semanais correspondia, em 2026, a valores mensais entre R\$ 577,13 e R\$ 845,10, a depender do nível de escolaridade e do posicionamento do docente na carreira (MINAS GERAIS, 2026). A predominância de avaliações negativas indica que esse incentivo, ainda que relevante, não é percebido por parte dos participantes como suficiente para compensar o tempo e as demandas adicionais envolvidas na elaboração, orientação e acompanhamento dos projetos de pesquisa.

De modo geral, os diferentes sujeitos da pesquisa reconhecem a relevância pedagógica do programa e suas contribuições para o fortalecimento da educação antirracista. As dificuldades identificadas concentram-se nos limites de alcance da política e nas condições necessárias à sua continuidade. Por isso, a ampliação do apoio institucional às escolas e aos professores apresenta-se como um elemento importante para consolidar as ações de iniciação científica e fortalecer a Educação das Relações Étnico-Raciais na rede estadual de ensino.

O Quadro 9 apresenta uma síntese dos principais achados da pesquisa, organizando os desafios identificados em dimensões formativas, institucionais e organizacionais. Essa sistematização permite visualizar, de forma articulada, os aspectos que condicionam a participação das escolas e dos docentes nos editais do ICEB/NUPEAAS, bem como os elementos que demandam maior atenção para o fortalecimento da política.

Quadro 9 – Síntese dos achados da pesquisa organizados por eixos analíticos

Eixos analíticos	Principais achados identificados	Evidências empíricas	Implicações para a política pública
Mobilização institucional e condições de participação	A circulação desigual de informações e as condições de trabalho docente limitam a participação das escolas.	Participantes relatam que os editais não chegam de forma uniforme às unidades escolares e mencionam sobrecarga, carga horária insuficiente e baixo incentivo.	Aprimorar os fluxos de comunicação institucional e rever as condições de participação nos projetos.
Fatores que favorecem e dificultam o engajamento docente	O engajamento docente é favorecido pelo apoio da gestão e pela clareza dos objetivos, mas depende de condições institucionais, materiais e organizacionais.	Há maior adesão quando a gestão escolar apoia o projeto; as dificuldades concentram-se na carga de trabalho, nos recursos disponíveis e na continuidade das ações.	Criar estratégias de incentivo e suporte que reduzam a dependência do engajamento individual dos professores.
Formação docente, pesquisa e institucionalização da ERER	A formação docente e a institucionalização da ERER ainda apresentam fragilidades, especialmente quando dependem de iniciativas individuais.	Relatos indicam lacunas formativas, dificuldades metodológicas e descontinuidade dos projetos diante da mudança de profissionais.	Fortalecer a formação continuada e inserir a ERER nos PPPs e currículos como política permanente da escola.
Contribuições do ICEB/NUPEAAS para a educação antirracista	Os projetos favorecem o protagonismo estudantil, o pertencimento racial e a valorização das identidades negras e quilombolas.	Relatos indicam maior envolvimento dos estudantes em pesquisas sobre relações étnico-raciais, comunidades quilombolas e histórias locais.	Consolidar os NUPEAAS como estratégia de educação antirracista e de valorização dos saberes produzidos pelas comunidades escolares.
Desafios e possibilidades de fortalecimento da política	A continuidade da política depende da ampliação do alcance dos editais, do financiamento e da articulação entre diferentes instituições.	Participantes mencionam número reduzido de vagas, parcerias pouco efetivas e variações no apoio institucional ao longo do tempo.	Ampliar redes colaborativas, garantir financiamento e criar mecanismos permanentes de

			acompanhamento e sustentação da política.
--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2026).

A síntese apresentada evidencia que o fortalecimento do ICEB/NUPEAAS requer ações voltadas à formação, ao acompanhamento das escolas, à ampliação do alcance dos editais e à garantia de melhores condições de participação docente. Esses achados orientam a elaboração do Plano de Ação Educacional, apresentado no capítulo seguinte, com propostas voltadas ao aprimoramento da política e à consolidação da Educação das Relações Étnico-Raciais na rede estadual de ensino.

4. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE)

Ao promover uma educação antirracista, desestabilizamos uma estrutura secular, cujas bases são orientadas pelo eurocentrismo e por contínuos processos de silenciamento e invisibilidade do grupo social negro. Falar de racismo, imprimir nos currículos escolares o protagonismo cultural, científico, histórico e econômico dos africanos e afro-brasileiros na construção e na formação do Brasil é mexer em uma ferida que parte da sociedade e também a escola insistem em escamotear, fingir que não existe (TOLENTINO, 2023, p. 132).

Neste capítulo, apresentamos o Plano de Ação Educacional (PAE), elaborado com base nos resultados da pesquisa e nas análises desenvolvidas no capítulo anterior. As ações propostas buscam responder aos desafios identificados no processo de implementação do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), especialmente no eixo dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS), bem como contribuir para o fortalecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais e da educação antirracista na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

O PAE configura-se como uma proposta de intervenção fundamentada nas evidências produzidas ao longo da investigação, orientada pelo compromisso com a promoção da equidade racial e com a ampliação das oportunidades de participação de docentes e estudantes em projetos de iniciação científica. Sua elaboração parte da compreensão de que o fortalecimento dos NUPEAAS exige ações articuladas que contemplem dimensões formativas, institucionais e organizacionais, capazes de favorecer a consolidação da EREER no cotidiano das escolas.

A pesquisa foi orientada pela seguinte questão norteadora: quais fatores dificultam e/ou favorecem o engajamento de docentes da rede pública estadual de Minas Gerais na participação nos editais do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), especialmente no eixo dos Núcleos de Pesquisa e Estudos

Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)? Para respondê-la, investigamos as percepções de gestores escolares, analistas educacionais e professores orientadores acerca dos processos de implementação da política, buscando compreender os fatores que influenciam a mobilização das escolas, o desenvolvimento dos projetos e a efetivação da Educação para as Relações Étnico-Raciais nos diferentes contextos investigados.

Os resultados demonstraram que, embora os NUPEAAS apresentem significativo potencial para o fortalecimento da educação antirracista, da valorização identitária e do protagonismo estudantil, sua consolidação ainda enfrenta desafios importantes. Entre eles destacam-se as lacunas na formação dos profissionais da educação, a fragilidade dos mecanismos de mobilização e acompanhamento das escolas, as limitações nas condições de participação docente, a insuficiente articulação entre os diferentes níveis da gestão educacional e a dependência do engajamento individual de determinados profissionais para garantir a continuidade das iniciativas desenvolvidas.

Também foram identificadas dificuldades relacionadas à institucionalização da temática nos currículos e Projetos Político-Pedagógicos, à ampliação do alcance dos editais e à consolidação de processos permanentes de apoio às escolas participantes.

Diante desse cenário, propomos, neste capítulo, um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da institucionalização da política, à ampliação das estratégias formativas e ao aprimoramento dos processos de mobilização, acompanhamento e apoio às escolas participantes. Esperamos que as proposições aqui apresentadas contribuam para fortalecer a implementação dos NUPEAAS e ampliar o alcance das ações voltadas à promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais, no âmbito da rede estadual de ensino de Minas Gerais.

As ações propostas neste Plano de Ação Educacional têm como eixo estruturante o fortalecimento da mobilização institucional, da formação continuada, da articulação entre os atores envolvidos na implementação dos NUPEAAS e da institucionalização da Educação das Relações Étnico-Raciais no contexto escolar. Parte-se do entendimento de que a consolidação da educação antirracista e a ampliação da participação das escolas nos editais do ICEB/NUPEAAS não dependem apenas da disponibilização de recursos financeiros ou da publicação de editais, mas também da construção de condições pedagógicas, organizacionais e institucionais

capazes de favorecer o engajamento dos profissionais da educação e a continuidade das ações no cotidiano escolar.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a participação docente nos editais do NUPEAAS é influenciada por múltiplos fatores. Entre eles destacam-se as fragilidades relacionadas à formação inicial e continuada para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para a pesquisa educacional, as dificuldades de comunicação e mobilização das escolas, a insuficiência de suporte pedagógico para elaboração e desenvolvimento dos projetos, a sobrecarga de trabalho docente e os limites das condições institucionais de participação. Também foram identificados desafios relacionados à institucionalização da temática nos currículos e Projetos Político-Pedagógicos, à ampliação do alcance dos editais, ao fortalecimento das parcerias com instituições de ensino superior e à continuidade das ações de apoio e acompanhamento voltadas à promoção da equidade racial.

Ao mesmo tempo, a investigação revelou o potencial dos NUPEAAS para promover o protagonismo estudantil, fortalecer processos de valorização identitária e ampliar as práticas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista. Nesse contexto, as ações apresentadas a seguir buscam responder aos desafios identificados pela pesquisa, contribuindo para o fortalecimento das condições de implementação da política e para a ampliação de seu alcance na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

Com o objetivo de conferir maior clareza, viabilidade e sistematicidade às propostas apresentadas, optou-se pela utilização da ferramenta 5W2H como instrumento de planejamento das ações. Essa metodologia permite detalhar os objetivos, os responsáveis, os procedimentos, os prazos, os recursos necessários e os resultados esperados para cada intervenção proposta, favorecendo sua operacionalização e acompanhamento.

A utilização do 5W2H no contexto desta pesquisa mostra-se particularmente pertinente, uma vez que os resultados obtidos permitiram identificar fatores que influenciam o engajamento dos diferentes atores envolvidos na implementação dos NUPEAAS e na promoção da educação antirracista. Conforme destaca Nakagawa (2017), análises e diagnósticos somente produzem resultados efetivos quando acompanhados de planos de ação capazes de enfrentar os problemas identificados e orientar a implementação das estratégias definidas. Nessa perspectiva, a ferramenta possibilita traduzir os achados da investigação em ações concretas, articuladas e

exequíveis, contribuindo para a efetividade das propostas apresentadas neste Plano de Ação Educacional.

A metodologia oferece uma estrutura capaz de detalhar as ações propostas a partir de sete questões orientadoras: *What* (o que será feito), *Why* (por que será feito), *Where* (onde será realizado), *When* (quando será realizado), *Who* (quem será responsável), *How* (como será realizado) e *How Much* (quanto custará). A sistematização desses elementos favorece a definição clara dos objetivos, das responsabilidades, dos prazos e dos recursos necessários à execução das ações, contribuindo para seu acompanhamento e monitoramento.

No contexto desta pesquisa, a utilização da ferramenta possibilita organizar estratégias voltadas ao fortalecimento da institucionalização da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) no âmbito da rede estadual de ensino de Minas Gerais, considerando os desafios identificados nos processos de implementação dos NUPEAAS. Partimos do entendimento de que a promoção da educação antirracista requer a articulação entre ações de formação, mobilização, acompanhamento e apoio institucional aos diferentes atores envolvidos na política. Nessa perspectiva, as propostas apresentadas buscam contribuir para a inserção permanente da ERER no currículo e nas práticas escolares, favorecendo a ampliação do envolvimento de docentes, gestores e estudantes e, conseqüentemente, da participação das escolas nos editais do eixo NUPEAAS do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB).

As ações propostas neste Plano de Ação Educacional articulam-se em torno de um eixo estruturante: a institucionalização da Educação das Relações Étnico-Raciais e dos NUPEAAS na rede estadual de ensino. Parte-se do entendimento de que a consolidação da política depende da integração entre formação continuada, mobilização institucional, fortalecimento curricular, ampliação das oportunidades de participação e criação de redes colaborativas capazes de assegurar a continuidade das ações desenvolvidas pelas escolas.

Com base nos desafios e potencialidades identificados na pesquisa, foram definidas cinco ações para compor o Plano de Ação Educacional. Essas propostas buscam responder às fragilidades observadas na implementação dos NUPEAAS, especialmente quanto à formação continuada, à mobilização das escolas, à inserção da ERER nos documentos orientadores, à ampliação da participação nos editais e à valorização das experiências escolares. O Quadro 10 apresenta uma síntese dessas

ações, relacionando cada proposta aos seus respectivos eixos, objetivos e estratégias.

Quadro 10 – Síntese das ações propostas no Plano de Ação Educacional

Ação Proposta	Eixos Relacionados	Objetivo	Principais Estratégias	Responsáveis	Período de Execução	Indicadores de Acompanhamento
Ação 1 – Programa de Formação Continuada em ERER e Iniciação Científica	Formação e sensibilização para a ERER; Formação continuada e suporte pedagógico	Fortalecer a formação dos diferentes atores envolvidos na implementação dos NUPEAAS	Organização de trilhas formativas diferenciadas para profissionais do órgão central, SRE, gestores escolares, equipes pedagógicas e professores orientadores, contemplando conteúdos de ERER, gestão da política e iniciação científica.	Responsabilidade compartilhada entre o órgão Central da SEE/MG, SREs e unidades escolares, com apoio de instituições parceiras	Contínuo	número de formações realizadas; número de participantes certificados; taxa de conclusão; satisfação dos participantes; materiais produzidos; participação das escolas nos editais; projetos submetidos e aprovados; incorporação da ERER nos PPPs e planejamentos escolares.

Ação 2 – Rede de Mobilização e Acompanhamento dos NUPEAAS	Mobilização institucional das escolas; Continuidade institucional da política	Aprimorar os processos de divulgação, mobilização e acompanhamento das escolas	Reuniões periódicas, plantões de dúvidas, boletins informativos e monitoramento sistemático	SEE/MG, SREs e equipes gestoras	Contínuo, com intensificação nos períodos de edital	Número de escolas mobilizadas; adesão aos editais; participação nas ações de acompanhamento
Ação 3 – Inserção da ERER e dos NUPEAAS nos PPPs e Currículos Escolares	Institucionalização da ERER nas escolas; Currículo e transversalidade	Consolidar a ERER e a pesquisa como dimensões permanentes das práticas escolares	Orientações para revisão dos PPPs, planejamento integrado e ações curriculares interdisciplinares	Escolas, SREs e SEE/MG	Médio prazo	PPPs revisados; ações curriculares desenvolvidas; integração da temática ao planejamento escolar
Ação 4 – Ampliação da Participação e Equidade nos Editais	Condições institucionais de participação; Financiamento e alcance dos editais	Ampliar o acesso das escolas aos editais e reduzir desigualdades de participação	Ampliação de vagas, critérios de equidade, apoio a escolas prioritárias e fortalecimento das condições de participação docente	SEE/MG	Médio e longo prazo	Número de escolas contempladas; participação de escolas quilombolas; distribuição regional dos projetos

Ação 5 – Rede Colaborativa de Pesquisa, Divulgação Científica e Valorização das Experiências Escolares	Parcerias institucionais; Participação estudantil e pertencimento	Fortalecer a produção, circulação e socialização dos conhecimentos produzidos nos NUPEAAS	Parcerias com universidades, mostras científicas, seminários, banco de práticas e divulgação das pesquisas	SEE/MG, SREs, escolas e instituições de ensino superior	Contínuo	Número de parcerias; eventos realizados; trabalhos apresentados; produções divulgadas
---	---	---	--	---	----------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O Quadro 10 sistematiza as ações que compõem o Plano de Ação Educacional, evidenciando a articulação entre os problemas identificados na pesquisa e as estratégias propostas para o fortalecimento dos NUPEAAS e da Educação para as Relações Étnico-Raciais na rede estadual de ensino. As ações apresentadas não se configuram como iniciativas isoladas, mas como propostas complementares, voltadas à formação, à mobilização institucional, à integração curricular, à ampliação da participação das escolas e à valorização das experiências desenvolvidas. A seguir, apresentamos a Ação 1, voltada à formação continuada em EREER e iniciação científica, considerada uma dimensão central para o aprimoramento da implementação dos NUPEAAS nas escolas.

4.1 AÇÃO 1 – PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EREER E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A primeira ação proposta decorre diretamente dos resultados da pesquisa, que apontaram fragilidades na formação inicial dos profissionais da educação em relação à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e à iniciação científica na educação básica. As entrevistas realizadas com analistas educacionais, gestores escolares e professores orientadores revelaram que grande parte dos conhecimentos mobilizados para o desenvolvimento dos projetos vinculados ao NUPEAAS foi construída ao longo da trajetória profissional, por meio de iniciativas individuais de estudo e participação em ações formativas pontuais. Os participantes também destacaram a insuficiência de processos sistemáticos de formação continuada capazes de subsidiar a elaboração, a execução e o acompanhamento dos projetos de pesquisa desenvolvidos nas escolas.

Os resultados da pesquisa dialogam com as reflexões de Munanga (2005), para quem a preparação dos profissionais da educação ainda representa um dos principais desafios para a efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais no contexto escolar. Segundo o autor, as lacunas presentes nos processos formativos dificultam o enfrentamento das desigualdades raciais e a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade.

Nessa mesma direção, Pinheiro (2023) destaca que os processos de formação continuada constituem um elemento fundamental para a consolidação de práticas educativas alinhadas aos princípios da educação antirracista, sobretudo diante das

limitações que ainda persistem nos cursos de formação inicial. A autora ressalta, ainda, que todas as pessoas que atuam no interior da escola exercem funções educativas e, por essa razão, devem participar dos processos formativos, e não apenas os professores.

Essa compreensão amplia a responsabilidade pela implementação da EREER e reforça a necessidade de envolver todos os servidores da rede estadual de ensino, abrangendo o Órgão Central da SEE/MG, as SREs e as unidades escolares. A proposta formativa também contempla profissionais não vinculados diretamente à área finalística, considerando que a consolidação da educação antirracista depende do compromisso institucional de diferentes setores e níveis de atuação da rede.

Ante esse cenário, propomos a criação de um Programa de Formação Continuada para Implementação dos NUPEAAS. A proposta será estruturada em trilhas formativas, considerando as especificidades e as atribuições dos diferentes públicos envolvidos na política. O programa será organizado em três trilhas complementares, voltadas à sensibilização institucional, ao fortalecimento de práticas antirracistas no currículo e à formação em projetos de pesquisa na educação básica.

A primeira trilha, voltada à Educação das Relações Étnico-Raciais, destina-se aos servidores da SEE/MG, abrangendo o Órgão Central, as SREs e as unidades escolares da rede estadual. A proposta contempla um núcleo comum de formação sobre legislação educacional, educação antirracista, educação escolar quilombola, diversidade étnico-racial e princípios da EREER. Para os profissionais do Órgão Central e das SREs, será incluído um módulo específico voltado às responsabilidades dessas instâncias na implementação, no acompanhamento e no fortalecimento institucional da política, abordando também estratégias de mobilização, comunicação e apoio às escolas. Para os profissionais das unidades escolares, a formação enfatizará a incorporação da EREER às práticas institucionais, pedagógicas e curriculares.

A segunda trilha será direcionada prioritariamente a gestores escolares, Especialistas da Educação Básica e professores, com foco no fortalecimento de práticas antirracistas no currículo. Serão abordadas possibilidades de inserção da EREER nos planejamentos, nos Projetos Político-Pedagógicos, nas práticas interdisciplinares e nos diferentes componentes curriculares. A participação de profissionais das SREs e do Órgão Central será incentivada, de modo a favorecer maior articulação entre as orientações formuladas nos diferentes níveis da rede e as práticas desenvolvidas nas escolas.

Por fim, a terceira trilha terá como foco a pesquisa e a iniciação científica na educação básica e envolverá profissionais do Órgão Central, das SREs, Especialistas da Educação Básica e professores. Além de oferecer subsídios metodológicos para a elaboração de projetos, a orientação dos estudantes, a sistematização dos resultados e a divulgação científica, a trilha contemplará uma formação específica para as equipes do Órgão Central e das SREs, com o objetivo de qualificá-las para orientar e apoiar as escolas nos processos de elaboração, submissão e desenvolvimento dos projetos de pesquisa vinculados ao ICEB/NUPEAAS.

A implementação do Programa de Formação Continuada será de responsabilidade compartilhada entre o Órgão Central da SEE/MG, as Superintendências Regionais de Ensino e as unidades escolares, respeitadas as atribuições de cada instância. Caberá ao Órgão Central coordenar e subsidiar a política formativa; às SREs, contribuir para sua organização territorial, mobilização, acompanhamento e apoio às escolas; e às equipes gestoras, pedagógicas e docentes das unidades escolares, participar da implementação das ações e favorecer a incorporação dos conhecimentos produzidos às práticas escolares. Instituições parceiras, especialmente universidades, poderão colaborar na elaboração de materiais, nas atividades formativas e no aprofundamento teórico e metodológico da proposta.

Outro aspecto a ser considerado refere-se às condições institucionais necessárias para a efetiva participação dos profissionais nas atividades formativas. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a sobrecarga de trabalho e a multiplicidade de atribuições assumidas por gestores, analistas educacionais e professores constituem obstáculos importantes tanto para o desenvolvimento dos projetos quanto para a participação em processos de formação continuada. Nesse sentido, recomenda-se que as ações formativas sejam planejadas em horário de serviço e integradas às rotinas institucionais da rede, de modo a garantir condições efetivas para a participação dos profissionais.

Essa estratégia busca evitar que a formação seja percebida como uma atividade adicional, dependente exclusivamente do esforço individual dos participantes. Ao contrário, pretende-se reafirmar seu caráter institucional e seu papel como componente essencial da implementação da política pública. Além de ampliar o acesso às atividades propostas, a realização das formações em horário de trabalho contribui para valorizar os profissionais envolvidos e favorecer maior aproveitamento

dos conteúdos desenvolvidos, reduzindo os impactos decorrentes da sobrecarga laboral frequentemente relatada pelos participantes da pesquisa.

Recomendamos, ainda, que o cronograma das formações seja articulado ao calendário escolar e às atividades desenvolvidas pelas Superintendências Regionais de Ensino e pelo Órgão Central da Secretaria de Estado de Educação, possibilitando a participação dos diferentes públicos contemplados pelo programa, sem prejuízo das atividades essenciais de cada setor. Dessa forma, buscamos criar condições mais favoráveis para a consolidação de uma cultura institucional de formação permanente voltada à Educação para as Relações Étnico-Raciais e à implementação dos NUPEAAS.

Além de contribuir para a qualificação técnica dos profissionais envolvidos, a ação busca fortalecer a compreensão compartilhada acerca da importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais no âmbito da rede estadual de ensino. Espera-se que a ampliação das oportunidades formativas favoreça a construção de práticas pedagógicas mais consistentes, fortaleça os processos de mobilização das escolas e contribua para reduzir a dependência de iniciativas individuais, aspecto identificado como um dos desafios para a continuidade das ações voltadas à educação antirracista.

Ao investir na formação dos diferentes sujeitos envolvidos na implementação dos NUPEAAS, a proposta pretende contribuir para a consolidação da ERER como dimensão permanente da gestão educacional e das práticas escolares, ampliando as condições para que mais escolas participem dos editais do ICEB e desenvolvam projetos comprometidos com a valorização da diversidade, o enfrentamento do racismo e a promoção da equidade racial. O detalhamento da ação é apresentado no Quadro 11, elaborado com base na ferramenta 5W2H.

Quadro 11 – Ação 1: Programa de Formação Continuada para Implementação dos NUPEAAS

Elemento	Descrição
What (O que será feito?)	Implementação de um Programa de Formação Continuada para os profissionais envolvidos na implementação dos NUPEAAS, estruturado em trilhas formativas específicas.
Why (Por que será feito?)	Fortalecer a compreensão institucional sobre a relevância da ERER, apoiar a efetivação de práticas antirracistas no currículo e qualificar os diferentes profissionais envolvidos para a elaboração, orientação,

	acompanhamento e desenvolvimento de projetos de pesquisa na educação básica, especialmente no âmbito dos NUPEAAS.
Where (Onde será realizado?)	Na plataforma da Escola de Formação da SEE/MG e em eventos presenciais, organizados em polos regionais ou de forma centralizada, com apoio das SREs e de instituições parceiras.
When (Quando será realizado?)	A partir do início do ano letivo de 2027, com oferta contínua e realização de encontros periódicos ao longo do ano, previstos no Calendário Escolar da Rede Estadual de Ensino.
Who (Quem será responsável?)	Responsabilidade compartilhada entre o Órgão Central da SEE/MG, especialmente a Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, a DMTE e a Escola de Formação, as Superintendências Regionais de Ensino e as unidades escolares, com participação de gestores, equipes pedagógicas e professores e apoio de instituições parceiras.
How (Como será realizado?)	Oferta articulada de três trilhas formativas: a primeira, voltada à ERE e à sensibilização institucional, com núcleo comum para os servidores da rede e módulo específico para profissionais do Órgão Central e das SREs sobre implementação, acompanhamento, mobilização e apoio às escolas; a segunda, direcionada ao fortalecimento das práticas antirracistas no currículo e nos instrumentos de planejamento escolar; e a terceira, voltada à pesquisa e à iniciação científica, envolvendo profissionais do Órgão Central, das SREs, especialistas e professores, com formação específica das equipes técnicas para orientação e apoio às escolas na elaboração e no desenvolvimento de projetos de pesquisa.
How Much (Quanto custará?)	Uso prioritário da estrutura existente na SEE/MG e de parcerias institucionais. Eventuais despesas decorrentes da produção de materiais, certificação, apoio técnico ou contratação de formadores.

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Conforme apresentado no Quadro 11, a Ação 1 propõe a implementação de um Programa de Formação Continuada para os profissionais envolvidos na implementação dos NUPEAAS, organizado em três trilhas formativas complementares. A proposta articula ações voltadas à sensibilização institucional, ao fortalecimento de práticas antirracistas no currículo e à formação em projetos de pesquisa na educação básica.

A implementação da Ação 1 será de responsabilidade compartilhada entre o Órgão Central da SEE/MG, as Superintendências Regionais de Ensino e as unidades escolares, respeitadas as atribuições de cada instância. Caberá ao Órgão Central coordenar e subsidiar a política formativa; às SREs, contribuir para a mobilização, o acompanhamento e o apoio às escolas; e às unidades escolares, participar das ações formativas e favorecer a aplicação dos conhecimentos construídos às práticas pedagógicas e aos projetos desenvolvidos no âmbito dos NUPEAAS.

A previsão dessas parcerias busca ampliar a capacidade técnica, formativa e acadêmica da proposta, sem deslocar a responsabilidade da SEE/MG pela coordenação da política. As universidades poderão contribuir na elaboração de materiais, na realização de encontros formativos, na certificação e no aprofundamento das discussões sobre EREER, educação antirracista e pesquisa na educação básica.

Além disso, o uso prioritário da estrutura existente na SEE/MG, especialmente da Plataforma da Escola de Formação e dos canais de apoio das SREs, contribui para a viabilidade da ação e para sua continuidade ao longo do tempo.

Para acompanhar sua implementação, o Quadro 12 apresenta indicadores de monitoramento e avaliação relacionados à oferta das trilhas formativas, à participação dos profissionais da rede, à conclusão dos cursos, ao alcance territorial da formação, à aplicação dos conhecimentos nas práticas escolares e à avaliação dos participantes sobre os cursos ofertados. Esses indicadores permitem verificar o desenvolvimento da proposta e identificar possíveis ajustes durante sua execução.

Quadro 12 - Indicadores de Monitoramento e Avaliação – Ação 1: Programa de Formação Continuada para Implementação dos NUPEAAS

Objetivo	Indicador	Forma de verificação	Meta
Ampliar a formação dos profissionais sobre	Número de trilhas formativas ofertadas	Relatórios da SEE/MG e	Ofertar, a partir de 2027, as três trilhas

ERER, NUPEAAS e iniciação científica		registros da Escola de Formação	formativas, garantindo pelo menos uma oferta anual de cada trilha.
Garantir a participação dos profissionais da rede	Número e percentual de profissionais inscritos e concluintes nas formações	Listas de inscrição, frequência e certificados emitidos	Ampliar gradualmente a participação dos servidores da SEE/MG, contemplando Órgão Central, SREs e escolas estaduais até 2029.
Fortalecer os conhecimentos sobre ERER	Percentual de participantes concluintes da Trilha I – Educação das Relações Étnico-Raciais	Relatórios de conclusão e certificação	Alcançar, até 2029, servidores do Órgão Central, das SREs e das unidades escolares da rede estadual.
Qualificar a gestão e o acompanhamento dos NUPEAAS	Percentual de profissionais do Órgão Central e das SREs concluintes dos módulos específicos das Trilhas I e III.	Registros de participação e certificação da Escola de Formação.	Garantir, até 2028, a formação de profissionais de todas as SREs e das equipes do Órgão Central responsáveis pelo acompanhamento do ICEB/NUPEAAS.
Fortalecer a orientação de pesquisas e a iniciação científica	Percentual de professores e especialistas concluintes da Trilha III	Registros de participação e certificação	Formar, até 2027, professores e especialistas das escolas participantes dos editais NUPEAAS.
Promover a aplicação dos conhecimentos adquiridos	Número de ações, projetos ou práticas pedagógicas implementadas após as formações	Relatórios escolares, planos de ação e registros pedagógicos	Registrar, anualmente, pelo menos quatro ações pedagógicas vinculadas à ERER ou aos NUPEAAS nas escolas participantes.

Fortalecer a percepção de preparo dos participantes	Grau de satisfação e autoavaliação dos participantes sobre os conhecimentos desenvolvidos	Questionários de avaliação aplicados ao final das formações	Obter avaliação positiva de, no mínimo, 80% dos participantes concluintes sobre os cursos ofertados.
Ampliar o alcance territorial da política	Percentual de SREs com profissionais participantes das trilhas formativas	Relatórios de participação por regional	Alcançar a participação de todas as SREs até 2028.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Conforme apresentado no Quadro 12, o monitoramento do Programa de Formação Continuada para Implementação dos NUPEAAS deverá ser realizado de forma articulada entre o Órgão Central da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, as Superintendências Regionais de Ensino e as unidades escolares, respeitadas as atribuições de cada instância.

Os indicadores definidos contemplam a oferta das trilhas formativas, a participação e a conclusão dos cursos, o alcance territorial da formação, a aplicação dos conhecimentos nas práticas escolares e a avaliação dos participantes sobre os cursos ofertados. Esses indicadores permitirão acompanhar a execução da ação e identificar necessidades de ajuste ao longo do processo.

O acompanhamento será realizado por meio de registros de inscrição, frequência e certificação, relatórios institucionais e questionários de avaliação aplicados aos cursistas. Também poderão ser analisadas evidências da incorporação dos conhecimentos trabalhados nas formações às práticas pedagógicas, aos projetos de pesquisa e às ações de gestão vinculadas aos NUPEAAS, em consonância com as metas estabelecidas no Quadro 12.

Esperamos que esse processo de monitoramento subsidie a tomada de decisões, oriente possíveis adequações no programa e fortaleça sua implementação. Além disso, poderá contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento das ações formativas, ampliando sua contribuição para a consolidação da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o fortalecimento dos NUPEAAS na rede estadual de ensino.

A formação continuada, embora fundamental, precisa estar articulada a estratégias permanentes de mobilização, comunicação e acompanhamento das

escolas. Por essa razão, a próxima ação propõe a criação de uma Rede de Mobilização e Acompanhamento dos NUPEAAS, com o objetivo de fortalecer a articulação entre os distintos setores e unidades escolares vinculadas à da SEE/MG, ampliando o apoio às escolas nos diferentes momentos de participação nos editais e de desenvolvimento dos projetos.

4.2 AÇÃO 2 – REDE DE MOBILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS NUPEAAS

A segunda ação proposta consiste na criação de uma Rede de Mobilização e Acompanhamento dos NUPEAAS, destinada a fortalecer a comunicação entre o Órgão Central da SEE/MG, as SREs e as escolas estaduais. A proposta busca ampliar a divulgação dos editais, qualificar a orientação às unidades escolares e garantir apoio pedagógico e institucional durante a submissão e a execução dos projetos.

A proposição dessa rede decorre dos resultados da pesquisa, que indicaram fragilidades na circulação das informações e no acompanhamento das escolas. Os relatos dos participantes mostram que a mobilização para os editais ainda depende, muitas vezes, da iniciativa de determinados profissionais, o que pode gerar desigualdades no acesso às informações e limitar a participação de escolas com menor experiência no programa.

Além da divulgação dos editais, a ação pretende criar mecanismos permanentes de escuta, orientação e apoio às escolas. Essa dimensão é importante porque as dificuldades não se encerram na submissão das propostas. Ao longo da execução dos projetos, as unidades escolares também demandam acompanhamento técnico-pedagógico, esclarecimento de dúvidas e espaços de troca sobre os desafios encontrados.

A criação da rede dialoga com a discussão sobre engajamento de *stakeholders* apresentada por Aragão e Sarturi (2024), segundo a qual estratégias baseadas apenas na comunicação unidirecional possuem baixo potencial de engajamento. Assim, a proposta busca avançar de uma lógica centrada apenas no envio de informações para uma dinâmica mais dialógica, em que Órgão Central, SREs e escolas possam trocar informações, identificar demandas e construir respostas mais adequadas à realidade da rede.

Para isso, a ação prevê reuniões periódicas de alinhamento, plantões de orientação, materiais informativos, canais institucionais de comunicação, webinários

e compartilhamento de experiências desenvolvidas pelas escolas. Também inclui o monitoramento da participação das unidades escolares nos editais e o registro das dificuldades observadas durante a execução dos projetos, de modo a subsidiar ajustes e fortalecer a continuidade dos NUPEAAS.

O acompanhamento periódico de indicadores relacionados à divulgação dos editais, à participação das escolas nas ações de orientação, à submissão e execução dos projetos, bem como à satisfação dos participantes, permitirá identificar dificuldades, mapear demandas regionais e subsidiar ajustes nas estratégias de mobilização e acompanhamento. Além de qualificar a tomada de decisões, o monitoramento contínuo contribuirá para ampliar a capilaridade da política, reduzir desigualdades de acesso entre as escolas e fortalecer mecanismos permanentes de apoio institucional, favorecendo a sustentabilidade e a continuidade das ações desenvolvidas no âmbito dos NUPEAAS. O Quadro 13 apresenta a síntese da Ação 2, organizada conforme a ferramenta 5W2H.

Quadro 13 – Ação 2: Rede de Mobilização e Acompanhamento dos NUPEAAS

Elemento	Descrição
What (O que será feito?)	Criação de uma rede de mobilização, comunicação e acompanhamento das escolas para participação nos editais do ICEB/NUPEAAS.
Why (Por que será feito?)	Superar dificuldades identificadas na divulgação dos editais, ampliar a participação das escolas e fortalecer o acompanhamento pedagógico e institucional dos projetos.
Where (Onde será realizado?)	Órgão Central da SEE/MG, Superintendências Regionais de Ensino e escolas da rede estadual participantes ou potenciais participantes dos editais do NUPEAAS.
When (Quando será realizado?)	A partir do 1º semestre de 2027, com ações previstas no Calendário Escolar e intensificação nos períodos de publicação e submissão de editais.
Who (Quem será responsável?)	Gabinete do Secretário e gestores da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, no apoio institucional; Superintendentes Regionais de Ensino e equipes DIRE das SREs, na articulação regional; gestores escolares, Especialistas da Educação Básica e professores, na mobilização e implementação nas escolas.

How (Como será realizado?)	Realização de reuniões periódicas, plantões de dúvidas e webinários; produção de materiais orientadores; criação de canais permanentes de comunicação, por meio de grupos institucionais de WhatsApp e canais no Microsoft Teams; utilização de perfis institucionais no Instagram para divulgação de ações, materiais e experiências desenvolvidas pelas escolas; compartilhamento de boas práticas; e monitoramento contínuo das escolas participantes.
How Much (Quanto custará?)	Utilização das estruturas físicas e tecnológicas já disponíveis nas unidades da SEE/MG e com custos reduzidos relacionados à produção de materiais e à realização de encontros presenciais ou virtuais.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Para acompanhar a implementação da Rede de Mobilização e Acompanhamento dos NUPEAAS, propomos indicadores relacionados à divulgação dos editais, ampliação da participação das escolas, fortalecimento da comunicação institucional e acompanhamento pedagógico dos projetos. O monitoramento será realizado por meio da análise de relatórios, registros de reuniões, webinários, materiais produzidos e dados de participação das escolas.

Também poderão ser utilizados instrumentos de avaliação para identificar a percepção dos participantes sobre o suporte recebido pela Rede de Mobilização e Acompanhamento dos NUPEAAS. Espera-se que esse acompanhamento contribua para aperfeiçoar os processos de mobilização, ampliar o alcance dos editais e fortalecer a atuação dos NUPEAAS e da ERER na rede estadual de ensino. O Quadro 14 apresenta os indicadores de monitoramento e avaliação previstos para a Ação 2.

Quadro 14 - Indicadores de Monitoramento e Avaliação – Ação 2: Rede de Mobilização e Acompanhamento dos NUPEAAS

Objetivo	Indicador	Forma de Verificação	Meta
Ampliar a divulgação dos editais do NUPEAAS	Número de ações de divulgação realizadas pela SEE/MG e SREs	Relatórios institucionais e registros de comunicação	Realização de ações de divulgação em todas as SREs a cada edital

Fortalecer a comunicação entre SEE/MG, SREs e escolas	Número de reuniões, webinários e plantões de dúvidas realizados	Atas, listas de presença e registros das atividades	Realização de encontros periódicos durante todo o ciclo dos editais
Ampliar a participação das escolas nos editais	Número de escolas inscritas nos editais do NUPEAAS	Dados dos editais e relatórios da SEE/MG	Crescimento progressivo do número de inscrições em relação aos ciclos anteriores
Fortalecer o acompanhamento pedagógico dos projetos	Percentual de escolas acompanhadas pelas SREs durante a execução dos projetos	Relatórios de acompanhamento e visitas técnicas	Acompanhamento de 100% das escolas participantes
Promover a troca de experiências entre as escolas	Número de ações de socialização de práticas e resultados realizadas	Programações, registros e relatórios dos eventos	Realização de pelo menos um encontro anual de compartilhamento de experiências
Disponibilizar orientações técnicas aos participantes	Quantidade de materiais orientadores produzidos e divulgados	Relatórios da SEE/MG e registros de publicação	Produção e atualização periódica de materiais de apoio
Fortalecer a rede de colaboração dos NUPEAAS	Número de escolas participantes das atividades da rede de mobilização	Listas de presença e registros das ações	Ampliação gradual da adesão das escolas à rede
Melhorar a percepção das escolas sobre o suporte recebido	Grau de satisfação dos participantes com as ações de acompanhamento	Questionários de avaliação aplicados às escolas	Predominância de avaliações positivas sobre o apoio institucional

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os indicadores apresentados no Quadro 14 permitem acompanhar diferentes dimensões da Rede de Mobilização e Acompanhamento dos NUPEAAS, desde a divulgação dos editais até o suporte oferecido às escolas durante a execução dos projetos. Ao considerar ações de comunicação, reuniões, webinários, plantões de dúvidas, materiais orientadores, socialização de experiências e avaliação do apoio institucional, o monitoramento proposto busca verificar se a rede tem contribuído para ampliar a participação das escolas e qualificar o acompanhamento pedagógico dos projetos.

Além disso, o acompanhamento do número de escolas inscritas, das unidades participantes das atividades da rede e das avaliações realizadas pelos sujeitos envolvidos poderá subsidiar ajustes nas estratégias de mobilização e apoio. Com isso, esperamos reduzir desigualdades de acesso às informações, fortalecer a colaboração entre SEE/MG, SREs e escolas e ampliar a capilaridade dos NUPEAAS na rede estadual de ensino.

Contudo, a mobilização e o acompanhamento, embora necessários, não garantem, por si só, a permanência da ERE e dos NUPEAAS no cotidiano escolar. Para que essas ações deixem de depender apenas de iniciativas individuais ou de momentos específicos dos editais, torna-se necessário incorporá-las aos instrumentos de planejamento e gestão das escolas. Assim, a próxima ação propõe a institucionalização da ERE e dos NUPEAAS nos Projetos Político-Pedagógicos, nos currículos e nos planejamentos pedagógicos escolares.

4.3 AÇÃO 3 – ESTRATÉGIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ERE E DOS NUPEAAS NOS PPPS E CURRÍCULOS ESCOLARES

A terceira ação proposta consiste na institucionalização da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERE) e dos NUPEAAS nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), nos currículos, nos planejamentos pedagógicos e nos instrumentos de gestão escolar. A proposta busca reduzir a dependência do engajamento individual de gestores, professores e analistas educacionais, fortalecendo a educação antirracista como compromisso permanente das escolas.

Os resultados da pesquisa indicaram que a existência de legislação, resoluções e diretrizes sobre a ERE representa um avanço importante, mas não é suficiente para garantir que a temática seja priorizada nas ações planejadas pelas escolas. Em

muitos contextos, a continuidade das práticas relacionadas à ERER e aos NUPEAAS ainda depende da iniciativa de profissionais específicos, o que pode gerar descontinuidade diante de mudanças nas equipes escolares ou nas estruturas de gestão.

Diante disso, a ação propõe orientar as escolas na revisão dos PPPs e dos planejamentos pedagógicos, de modo que a ERER e os NUPEAAS sejam incorporados de forma sistemática às práticas curriculares e institucionais. Essa inserção deve envolver diferentes áreas do conhecimento, evitando que a temática racial fique restrita a componentes específicos, como História e Sociologia, ou a ações pontuais desenvolvidas em determinados períodos do ano.

A proposta prevê a elaboração de orientações pedagógicas, momentos de estudo coletivo, acompanhamento das SREs e incentivo à integração da ERER com projetos interdisciplinares, feiras científicas, Projetos Integradores, eletivas e Itinerários Formativos. No Ensino Médio, esses espaços podem favorecer o desenvolvimento de pesquisas sobre história e cultura africana, afro-brasileira, quilombola e da diáspora, ampliando o protagonismo estudantil e a articulação entre currículo, território e educação antirracista.

Assim, a Ação 3 busca transformar a ERER e os NUPEAAS em dimensões permanentes do planejamento escolar. Espera-se que essa estratégia contribua para dar maior continuidade às ações, fortalecer a abordagem interdisciplinar da temática racial e consolidar práticas pedagógicas antirracistas na rede estadual de ensino.

O Quadro 15 sintetiza a Ação 3, voltada à institucionalização da ERER e dos NUPEAAS nos PPPs, currículos, planejamentos pedagógicos e demais instrumentos de gestão escolar. A proposta busca assegurar maior continuidade às ações, reduzir a dependência do engajamento individual e fortalecer a educação antirracista como compromisso permanente das escolas estaduais.

Quadro 15 – Ação 3: Estratégia de Institucionalização da ERER e dos NUPEAAS nos PPPs e Currículos Escolares

Elemento	Descrição
What (O que será feito?)	Implementação de uma estratégia de institucionalização da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e dos NUPEAAS nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), currículos, planejamentos

	pedagógicos e demais instrumentos de gestão e acompanhamento das escolas estaduais.
Why (Por que será feito?)	Reduzir a dependência das ações em relação ao engajamento individual de gestores e professores, fortalecer a continuidade das iniciativas voltadas à ERER, ampliar sua transversalidade curricular e consolidar a educação antirracista como compromisso permanente das instituições escolares.
Where (Onde será realizado?)	Nas escolas estaduais da rede pública de Minas Gerais, com acompanhamento das Superintendências Regionais de Ensino (SREs) e coordenação da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).
When (Quando será realizado?)	A partir do ano letivo de 2027, com implementação gradual e monitoramento contínuo durante os ciclos de revisão dos PPPs, dos planejamentos escolares e da organização curricular das unidades de ensino.
Who (Quem será responsável?)	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), Superintendências Regionais de Ensino (SREs), equipes gestoras das escolas, especialistas da educação básica, coordenadores pedagógicos, professores e responsáveis pelos NUPEAAS.
How (Como será realizado?)	Elaboração de orientações para a revisão dos PPPs e para a inserção da ERER nos currículos e planejamentos pedagógicos, realização de momentos de estudo coletivo, acompanhamento pedagógico pelas SREs e desenvolvimento de projetos interdisciplinares articulados a pesquisas, feiras científicas, Projetos Integradores e eletivas voltadas à temática. Para apoiar o acompanhamento da ação, propõe-se a elaboração de um painel de monitoramento (dashboard), construído a partir de dados registrados no DED+, que permita visualizar a presença da ERER nas aulas e atividades desenvolvidas pelas escolas. As informações serão acompanhadas trimestralmente pelas SREs e pelo Órgão Central da SEE/MG e analisadas em articulação com os PPPs e outros documentos pedagógicos das unidades escolares.
How Much (Quanto custará?)	Utilização prioritária das estruturas administrativas e pedagógicas já existentes na SEE/MG, nas SREs e nas escolas. Os custos estarão relacionados principalmente à produção de materiais orientadores, às ações de acompanhamento pedagógico e monitoramento, podendo

	ser incorporados às iniciativas já previstas pela rede estadual para formação e desenvolvimento curricular.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Conforme sistematizado no Quadro 15, a Ação 3 busca inserir a EREER e os NUPEAAS nos principais instrumentos de planejamento e gestão das escolas, como os PPPs, os currículos, os planejamentos pedagógicos e demais registros de acompanhamento escolar. Essa estratégia pretende fortalecer a continuidade das ações, reduzir a dependência do engajamento individual de determinados profissionais e consolidar a educação antirracista como compromisso institucional da rede estadual de ensino.

O acompanhamento da ação será realizado por meio de indicadores que permitam verificar a incorporação da EREER e dos NUPEAAS aos documentos escolares, ao planejamento pedagógico e às práticas curriculares. Para tornar esse acompanhamento mais viável, poderão ser utilizados registros já produzidos pelas escolas no DED+, especialmente aqueles referentes às aulas e atividades desenvolvidas pelos professores. A consulta a esses registros, articulada à análise dos PPPs e de outros documentos pedagógicos, poderá fornecer elementos para acompanhar a presença da temática étnico-racial no trabalho desenvolvido pelas escolas.

A utilização de informações já registradas na rotina escolar busca evitar a criação de novos procedimentos de preenchimento e, ao mesmo tempo, oferecer às equipes gestoras e às SREs elementos para identificar avanços, dificuldades e necessidades de apoio ao longo da implementação. O Quadro 16 apresenta os indicadores de monitoramento e avaliação previstos para a Ação 3.

Quadro 16 - Indicadores de Monitoramento e Avaliação – Ação 3

Objetivo	Indicador	Forma de Verificação	Meta
Institucionalizar a EREER nos documentos escolares	Percentual de escolas que revisaram seus PPPs incorporando	Análise documental dos PPPs	100% das escolas contempladas pela ação até o final do primeiro ciclo de implementação

	explicitamente diretrizes da EREER		
Fortalecer a integração entre ERER e currículo	Percentual de escolas com registros de aulas e atividades relacionadas à ERER em diferentes componentes curriculares	Dashboard institucional elaborado a partir dos registros do DED+, com acompanhamento trimestral pelas SREs e pelo Órgão Central da SEE/MG, complementado pela análise dos PPPs e de outros documentos pedagógicos.	Ampliação anual do percentual de escolas que registram a abordagem da ERER em diferentes componentes curriculares.
Promover a transversalidade curricular	Número de projetos interdisciplinares desenvolvidos com foco em relações étnico-raciais	Relatórios escolares e registros pedagógicos	Realizar, em cada escola estadual elegível para participação no ICEB/NUPEAAS, pelo menos um projeto interdisciplinar por semestre, ao longo de cada ano letivo.
Fortalecer a atuação dos NUPEAAS	Número de ações dos NUPEAAS incorporadas ao planejamento institucional da escola	Planos de ação e relatórios escolares	Inclusão das ações dos núcleos nos instrumentos de planejamento das escolas participantes
Fortalecer processos institucionais de planejamento da ERER	Número de momentos coletivos de revisão curricular e planejamento da ERER realizados	Registros institucionais e listas de presença	Realização de, no mínimo, dois momentos anuais por escola

Inserir a temática étnico-racial em diferentes estratégias curriculares	Número de estratégias curriculares que incorporam a EREER (projetos integradores, feiras científicas, atividades de iniciação científica, eletivas e, no Ensino Médio, itinerários formativos)	Relatórios pedagógicos e registros escolares	Crescimento progressivo da presença da temática nas atividades curriculares
Fortalecer o acompanhamento institucional	Percentual de escolas monitoradas pelas SREs quanto à implementação da EREER	Relatórios de acompanhamento das SREs	Monitoramento anual de 100% das escolas contempladas pela ação
Consolidar a educação antirracista como prática institucional	Percentual de escolas que registram ações de EREER em seus PPPs, planejamentos e relatórios anuais	Análise documental e relatórios de gestão	Ampliação progressiva até alcançar a totalidade das escolas contempladas pela ação

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os indicadores propostos para a Ação 3 permitirão acompanhar a incorporação da EREER e dos NUPEAAS aos documentos escolares, aos planejamentos pedagógicos e às práticas curriculares. A elaboração do painel de monitoramento, a partir dos dados registrados no DED+, deverá oferecer às SREs e ao Órgão Central da SEE/MG uma visão periódica da presença da temática étnico-racial nas aulas e atividades registradas pelas escolas. O acompanhamento trimestral dessas informações poderá favorecer a identificação de avanços, lacunas e necessidades de apoio pedagógico.

A análise dos dados do painel será articulada aos PPPs e a outros documentos pedagógicos, de modo que o acompanhamento não se restrinja aos registros

realizados no sistema. Essa combinação de fontes poderá contribuir para compreender em que medida a EREER vem sendo incorporada ao planejamento e às práticas curriculares das escolas e subsidiar a definição de ações de orientação e acompanhamento pelas SREs e pelo Órgão Central.

Também serão considerados a realização de projetos interdisciplinares, os momentos coletivos de revisão curricular e a inserção da EREER em estratégias como feiras científicas, atividades de iniciação científica, eletivas, Projetos Integradores e Itinerários Formativos. Esses elementos ampliam as possibilidades de observar como a temática étnico-racial se articula às diferentes práticas e espaços curriculares das escolas.

Dessa forma, a Ação 3 busca fortalecer a presença da EREER e dos NUPEAAS no cotidiano escolar, ampliando sua inserção nos instrumentos de planejamento, gestão e acompanhamento pedagógico. Para que esse processo alcance um número maior de escolas, é necessário considerar também as desigualdades de acesso e participação nos editais. Por essa razão, a próxima ação apresenta uma estratégia voltada à ampliação da participação e à promoção da equidade nos editais dos NUPEAAS.

4.4 AÇÃO 4 – ESTRATÉGIA DE AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E EQUIDADE NOS EDITAIS

A Ação 4 propõe a criação de uma estratégia institucional voltada à ampliação da participação das escolas nos editais do ICEB/NUPEAAS, com foco na equidade, na valorização dos sujeitos envolvidos e no fortalecimento das condições de execução dos projetos. A proposta parte dos dados da pesquisa, que evidenciaram a existência de demanda superior ao número de vagas ofertadas, bem como desafios relacionados à participação de escolas situadas em territórios vulnerabilizados, comunidades quilombolas e contextos com menor histórico de acesso às ações do programa.

A estratégia prevê a ampliação progressiva do número de escolas contempladas nos editais, condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da Secretaria de Estado de Educação. Para isso, recomenda-se a realização de estudo técnico que avalie a capacidade de expansão da política, considerando a distribuição territorial das vagas, o histórico de participação das Superintendências Regionais de Ensino e a demanda apresentada pelas escolas em cada edição.

Além da ampliação quantitativa, propõe-se o aperfeiçoamento dos critérios de seleção, com a inclusão de mecanismos de equidade que favoreçam a participação de escolas quilombolas, unidades localizadas em territórios socialmente vulnerabilizados e escolas que ainda não tenham sido contempladas em edições anteriores. Essa medida não implica a flexibilização dos critérios técnicos de avaliação dos projetos, mas a criação de condições mais democráticas de acesso à política, reconhecendo que as escolas partem de realidades institucionais distintas.

A ação também propõe a criação de medidas de apoio às escolas com menor experiência na elaboração de projetos de pesquisa. Entre essas medidas, destacam-se a oferta de orientações prévias aos editais, encontros formativos sobre elaboração de propostas, acompanhamento técnico pelas SREs e disponibilização de materiais orientadores com exemplos de projetos, cronogramas, objetivos, metodologias e formas de organização das atividades de pesquisa. Com isso, busca-se ampliar as possibilidades de participação qualificada das escolas e reduzir desigualdades no processo de submissão.

Outro ponto central da proposta é a valorização do professor orientador. Considerando a sobrecarga docente e as múltiplas atribuições exigidas para o desenvolvimento dos projetos, recomenda-se a realização de estudo técnico, orçamentário e normativo sobre a possibilidade de ampliação da carga horária destinada ao professor orientador da rede estadual. Alternativamente, sugere-se avaliar a viabilidade de previsão de dois professores orientadores remunerados por projeto, preferencialmente por meio de bolsa. Essa medida pode favorecer a divisão das responsabilidades, qualificar o acompanhamento dos estudantes e fortalecer a continuidade das pesquisas nas escolas.

A estratégia contempla, ainda, a análise da possibilidade de concessão de bolsas ou incentivos aos estudantes participantes dos projetos. Essa medida pode contribuir para valorizar o protagonismo discente, estimular a permanência dos estudantes nas atividades de pesquisa e reduzir barreiras materiais que dificultam sua participação, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. A concessão de bolsas estudantis também reforçaria o caráter formativo da iniciação científica na educação básica e ampliaria o reconhecimento dos estudantes como sujeitos produtores de conhecimento.

Também se propõe o fortalecimento do apoio à execução financeira dos recursos vinculados ao ICEB/NUPEAAS. Para isso, recomenda-se a elaboração de

orientações mais objetivas sobre despesas elegíveis, prestação de contas, aquisição de materiais, contratação de serviços e uso dos recursos em atividades de campo. Essa medida pode auxiliar especialmente escolas localizadas em áreas rurais, comunidades tradicionais e territórios onde há maiores dificuldades para emissão de notas fiscais ou contratação de determinados serviços.

A partir dos desafios identificados quanto à limitação de vagas, às desigualdades entre as escolas, à sobrecarga dos professores orientadores e às dificuldades de execução financeira dos recursos, propõe-se a Ação 4, voltada à ampliação da participação e ao fortalecimento da equidade nos editais do ICEB/NUPEAAS. Essa ação busca transformar a demanda apresentada pelas escolas em medidas concretas de aperfeiçoamento da política, considerando a ampliação gradual das oportunidades de participação, o apoio técnico às unidades escolares e a valorização dos sujeitos envolvidos nos projetos. O Quadro 17 apresenta a sistematização dessa proposta.

Quadro 17 – Ação 4: Estratégia de Ampliação da Participação e Equidade nos Editais

5W2H	Descrição
What? / O quê?	Implementar estratégia de ampliação da participação e da equidade nos editais do ICEB/NUPEAAS.
Why? / Por quê?	Para reduzir desigualdades de participação entre as escolas, favorecer maior distribuição territorial dos projetos contemplados e ampliar as condições de acesso à política, especialmente para escolas com menor histórico de adesão, escolas quilombolas e unidades localizadas em territórios vulnerabilizados.
Where? / Onde?	Nas escolas estaduais de Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio da rede estadual de ensino de Minas Gerais.
When? / Quando?	A partir de 2027, de forma contínua, nos ciclos de planejamento, publicação e execução dos editais do ICEB/NUPEAAS.
Who? / Quem?	Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, em articulação com as demais subsecretarias da SEE/MG e com as equipes das Superintendências Regionais de Ensino.
How? / Como?	Por meio da ampliação progressiva de vagas nos editais do ICEB/NUPEAAS; da adoção de critérios de equidade para ampliar a participação de escolas com menor histórico de adesão à política; do apoio técnico à elaboração de propostas; da mobilização de escolas quilombolas e de unidades situadas em

	territórios vulnerabilizados; do monitoramento da distribuição territorial dos projetos contemplados; da previsão de bolsas para estudantes pesquisadores; do estudo de formas diferenciadas de remuneração para docentes, preferencialmente por bolsas de pesquisa; da análise da possibilidade de ampliação da carga horária do professor orientador ou de previsão de dois orientadores remunerados por projeto; e do fortalecimento do apoio à execução financeira dos recursos do ICEB/NUPEAAS.
How much? / Quanto custa?	Recursos a serem definidos pela SEE/MG, conforme disponibilidade orçamentária e financeira, com possibilidade de ampliação gradual dos investimentos e estabelecimento de parcerias institucionais.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Para acompanhar a implementação da Ação 4, propõem-se indicadores de monitoramento e avaliação voltados à análise da ampliação da participação, da distribuição territorial dos projetos, da equidade no acesso aos editais e das condições de execução das pesquisas nas escolas. O Quadro 18 apresenta os indicadores sugeridos para o acompanhamento da Estratégia de Ampliação da Participação e Equidade nos Editais.

Quadro 18- Indicadores de Monitoramento e Avaliação – Ação 4: Estratégia de Ampliação da Participação e Equidade nos Editais

Objetivo	Indicador	Forma de verificação	Meta
Ampliar a participação das escolas nos editais do ICEB/NUPEAAS	Número de escolas inscritas e contempladas nos editais	Dados dos editais e resultados oficiais da SEE/MG	Utilizar 2027 como linha de base e ampliar gradualmente o número de escolas inscritas e contempladas nos ciclos seguintes.
Reduzir desigualdades	Distribuição das escolas inscritas e	Relatórios de distribuição territorial dos projetos	Identificar, a cada ciclo, as SREs com menor participação e

territoriais de participação	contempladas por SRE		realizar ações específicas de mobilização antes do edital seguinte.
Promover maior equidade no acesso aos editais	Participação de escolas quilombolas, rurais e localizadas em territórios vulnerabilizados	Base de dados dos editais e informações da rede estadual	Ampliar, a cada ciclo, a participação dessas escolas entre as inscritas e contempladas.
Apoiar escolas com menor experiência na elaboração de projetos	Número de ações de orientação técnica realizadas pelas SREs	Registros das SREs, relatórios de acompanhamento e materiais orientadores	Realizar, no mínimo, uma ação de orientação por SRE antes de cada edital.
Valorizar a atuação dos professores orientadores	Existência de estudo sobre ampliação da carga horária, dois orientadores por projeto ou formas de remuneração por bolsa	Estudos técnicos, normativos e orçamentários da SEE/MG	Elaborar estudo de viabilidade até o primeiro ciclo de implementação da ação.
Incentivar a participação dos estudantes pesquisadores	Existência de estudo sobre concessão de bolsas ou incentivos aos estudantes	Relatórios técnicos e estudos de viabilidade da SEE/MG	Elaborar estudo técnico sobre a possibilidade de bolsas ou incentivos estudantis.
Fortalecer a execução financeira dos recursos do ICEB/NUPEAAS	Existência de material orientador sobre uso dos recursos, despesas elegíveis e prestação de contas	Materiais orientadores, registros das SREs e relatórios da SEE/MG	Disponibilizar orientação específica antes do início da execução dos projetos.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os indicadores apresentados no Quadro 18 foram definidos de modo a permitir o acompanhamento dos aspectos centrais da Ação 4, sem tornar o processo de monitoramento excessivamente amplo. A proposta concentra-se na ampliação da

participação das escolas, na redução das desigualdades territoriais, na promoção da equidade no acesso aos editais e no fortalecimento das condições de execução dos projetos.

Ao mesmo tempo, o quadro contempla dimensões estruturantes para o aprimoramento da política, como o apoio técnico às escolas, a valorização dos professores orientadores, a possibilidade de concessão de bolsas aos estudantes e o aperfeiçoamento da execução financeira dos recursos. Dessa forma, o monitoramento da ação poderá subsidiar ajustes nos editais do ICEB/NUPEAAS e contribuir para a democratização do acesso à pesquisa e à educação antirracista na rede estadual de ensino.

Para além da ampliação do acesso e da criação de condições mais equitativas de participação, a política também pode ser fortalecida pela circulação das experiências produzidas pelas escolas no âmbito dos NUPEAAS. A valorização dos projetos desenvolvidos, dos conhecimentos produzidos por professores e estudantes e das práticas pedagógicas construídas nos diferentes territórios contribui para ampliar o alcance da política e inspirar novas iniciativas na rede estadual de ensino.

Com esse propósito, a próxima seção apresenta a quinta ação do Plano de Ação Educacional, voltada ao compartilhamento das produções, à divulgação científica e à valorização das experiências escolares desenvolvidas no âmbito do ICEB/NUPEAAS.

4.5 AÇÃO 5 – REDE COLABORATIVA DE PESQUISA, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES

A quinta ação propõe a criação de uma rede colaborativa para ampliar a circulação, a divulgação e a valorização das experiências produzidas pelas escolas no âmbito dos NUPEAAS. A proposta parte dos resultados da pesquisa, que apontaram a existência de projetos relevantes sobre identidade, cultura afro-brasileira, comunidades quilombolas, relações étnico-raciais e realidades locais, mas ainda pouco compartilhados entre as escolas da rede estadual de ensino.

A rede colaborativa deverá funcionar como espaço permanente de articulação entre escolas, Superintendências Regionais de Ensino, SEE/MG, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil, museus, centros culturais, comunidades quilombolas e movimentos sociais. A proposta busca favorecer o

intercâmbio de experiências, a divulgação científica das pesquisas escolares e a construção de parcerias que fortaleçam a educação antirracista na rede estadual.

Para sua implementação, a ação prevê intercâmbios entre escolas, mostras científicas, seminários regionais, encontros de socialização das pesquisas e a criação de um banco virtual destinado à divulgação de projetos, materiais pedagógicos e experiências desenvolvidas pelos núcleos. Esse banco poderá reunir relatos de práticas, produções estudantis, registros audiovisuais, materiais formativos e resultados das pesquisas, favorecendo o acesso de outras escolas às experiências já construídas no âmbito dos NUPEAAS.

A ação também propõe a articulação com instituições parceiras que possam contribuir para a formação, a orientação metodológica, a divulgação das produções e o fortalecimento das pesquisas escolares. Entre os parceiros potenciais, destacam-se universidades públicas, como UEMG, Unimontes, UFMG, UFVJM e UFJF, além de organizações que atuam com equidade racial, formação docente e educação antirracista, como a Ação Educativa.

Com essa rede, busca-se ampliar as oportunidades de participação estudantil, estimular a troca de experiências entre educadores e contribuir para a disseminação de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade étnico-racial. A circulação das produções escolares poderá fortalecer o protagonismo de estudantes e professores, ampliar a visibilidade dos projetos e apoiar novas iniciativas em diferentes territórios da rede estadual de ensino.

Para operacionalizar a quinta ação do Plano de Ação Educacional, propõe-se a estruturação de uma rede colaborativa voltada à socialização das pesquisas, à divulgação científica e à valorização das experiências escolares desenvolvidas no âmbito dos NUPEAAS. A proposta busca criar espaços permanentes de intercâmbio entre escolas, SREs, instituições de ensino superior e demais parceiros, de modo a ampliar a circulação dos conhecimentos produzidos por estudantes e professores. O Quadro 19 apresenta a sistematização da ação com base na ferramenta 5W2H.

Quadro 19 – Ação 5: Rede Colaborativa de Pesquisa, Divulgação Científica e Valorização das Experiências Escolares

Elemento	Descrição
What (O que será feito?)	Implementação de uma Rede Colaborativa de Pesquisa, Divulgação Científica e Valorização das Experiências Escolares, voltada à socialização das pesquisas desenvolvidas pelos NUPEAAS e ao fortalecimento das articulações entre escolas, universidades e demais instituições parceiras.
Why (Por que será feito?)	Ampliar a circulação dos conhecimentos produzidos nos NUPEAAS, fortalecer o protagonismo estudantil, promover o intercâmbio de experiências entre escolas e dar maior visibilidade às práticas relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais.
Where (Onde será realizado?)	Nas escolas da rede estadual de Minas Gerais, em articulação com as Superintendências Regionais de Ensino (SREs), instituições de ensino superior, comunidades quilombolas, museus, centros culturais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.
When (Quando será realizado?)	A partir de 2027, de forma contínua, com ações periódicas de divulgação científica, intercâmbio e compartilhamento de experiências.
Who (Quem será responsável?)	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), Superintendências Regionais de Ensino (SREs), equipes gestoras das escolas, professores orientadores dos NUPEAAS, instituições de ensino superior e demais parceiros institucionais.
How (Como será realizado?)	Estabelecimento de parcerias com universidades e instituições parceiras; realização de mostras científicas, seminários e encontros de socialização das pesquisas; promoção de intercâmbios entre escolas; incentivo à participação de estudantes e professores em eventos acadêmicos; criação de banco virtual para divulgação de pesquisas, materiais pedagógicos e boas práticas; divulgação das produções em canais institucionais da SEE/MG e das SREs. Entre os potenciais parceiros destacam-se a UEMG, Unimontes, UFMG, UFVJM, UFJF, Ação Educativa e outras instituições que atuam na pesquisa, extensão universitária e promoção da equidade racial.
How Much (Quanto custará?)	Utilização prioritária das estruturas físicas, tecnológicas e institucionais já existentes na SEE/MG, SREs, escolas e instituições

	parceiras. Os custos estarão relacionados principalmente à organização de eventos, produção de materiais de divulgação, manutenção do banco virtual e apoio à participação de estudantes e professores em atividades de intercâmbio e divulgação científica.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A proposta apresentada no Quadro 19 busca consolidar a divulgação científica e a valorização das experiências escolares como dimensões permanentes dos NUPEAAS. Ao propor a criação de uma rede colaborativa, a ação pretende ampliar a circulação dos conhecimentos produzidos pelas escolas, favorecer o intercâmbio entre diferentes territórios e fortalecer o protagonismo de estudantes e professores na produção de pesquisas relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais.

A articulação com universidades, instituições culturais, comunidades quilombolas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil poderá ampliar as possibilidades de formação, orientação metodológica e socialização das experiências escolares. Desse modo, a rede colaborativa pode contribuir para que os projetos desenvolvidos nos NUPEAAS ultrapassem o espaço de cada escola e se constituam como referências para outras unidades da rede estadual de ensino.

Para acompanhar a implementação dessa ação, propõem-se indicadores voltados à verificação da criação da rede colaborativa, da realização de eventos de socialização, da participação de estudantes e professores, da constituição de parcerias institucionais e da divulgação das produções escolares. O Quadro 20 apresenta os indicadores de monitoramento e avaliação da Ação 5.

Quadro 20 – Indicadores de Monitoramento e Avaliação – Ação 5: Rede Colaborativa de Pesquisa, Divulgação Científica e Valorização das Experiências Escolares

Objetivo	Indicador	Forma de verificação	Meta
Ampliar a articulação entre escolas e	Número de parcerias estabelecidas com universidades, instituições culturais,	Termos de cooperação, registros institucionais e	Estabelecer, a partir de 2027, pelo menos uma parceria institucional por

instituições parceiras	organizações da sociedade civil e comunidades tradicionais	relatórios de atividades	polo regional ou por grupo de SREs.
Fortalecer a divulgação das pesquisas dos NUPEAAS	Número de mostras científicas, seminários ou encontros de socialização realizados	Relatórios institucionais, registros dos eventos e listas de participação	Realizar, no mínimo, uma ação de divulgação científica por ano, em âmbito regional ou estadual.
Incentivar a participação de estudantes, professores e gestores	Número de participantes envolvidos nas ações da rede colaborativa	Listas de presença, certificados e relatórios das escolas e SREs	Ampliar gradualmente a participação de estudantes, professores e gestores nas ações da rede, tomando 2027 como linha de base.
Promover o intercâmbio de experiências entre escolas	Número de ações de intercâmbio, visitas técnicas ou atividades colaborativas realizadas	Relatórios das escolas, registros das SREs e materiais produzidos	Realizar ações de intercâmbio em diferentes regiões do estado ao longo da implementação da ação.
Dar visibilidade às produções escolares dos NUPEAAS	Número de pesquisas, materiais pedagógicos, relatos de experiência e práticas divulgados em banco virtual ou canais institucionais	Registros da plataforma, publicações institucionais e relatórios de divulgação	Criar banco virtual ou espaço institucional de divulgação e ampliar progressivamente o número de produções disponibilizadas.
Avaliar a contribuição da rede colaborativa	Grau de satisfação dos participantes em relação às atividades desenvolvidas	Questionários de avaliação, formulários de feedback e relatórios de acompanhamento	Obter predominância de avaliações positivas e utilizar os resultados para ajustar as ações nos ciclos seguintes.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O monitoramento da Rede Colaborativa de Pesquisa, Divulgação Científica e Valorização das Experiências Escolares será realizado por meio de indicadores relacionados às parcerias estabelecidas, à participação de estudantes e profissionais da educação, à realização de eventos de socialização das pesquisas, às ações de intercâmbio entre escolas e à divulgação das produções desenvolvidas pelos NUPEAAS.

Realizaremos o acompanhamento com base em relatórios institucionais, registros de participação, materiais divulgados, documentos de formalização das parcerias e instrumentos de avaliação aplicados aos participantes. Com esse processo, buscamos acompanhar o alcance da ação, identificar oportunidades de aprimoramento e ampliar a circulação dos conhecimentos produzidos pelas escolas, contribuindo para o fortalecimento da Educação para as Relações Étnico-Raciais e da iniciação científica na rede estadual de ensino.

Esperamos que a rede contribua para consolidar uma cultura de pesquisa e divulgação científica na educação básica, ampliar o reconhecimento das produções desenvolvidas pelas escolas e fortalecer a articulação entre educação básica, universidade e comunidade na construção de práticas educativas voltadas à promoção da equidade racial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar e analisar os fatores que dificultam a mobilização e o engajamento de docentes e discentes da rede estadual de Minas Gerais na participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), com foco no eixo dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). Para alcançar esse objetivo, buscamos descrever o processo de mobilização de professores e estudantes para participação no programa, especialmente no eixo NUPEAAS; analisar as potencialidades e os desafios das estratégias comunicacionais e pedagógicas adotadas para o engajamento de gestores, docentes e discentes; e propor diretrizes para o aprimoramento das estratégias de comunicação institucional relacionadas ao ICEB, de modo a favorecer a mobilização, o engajamento e a participação das equipes regionais e das comunidades escolares.

De abordagem qualitativa e natureza aplicada, a pesquisa foi desenvolvida em quatro Superintendências Regionais de Ensino e quatro escolas da rede estadual participantes dos NUPEAAS. A produção dos dados envolveu entrevistas semiestruturadas, questionários eletrônicos e análise documental, reunindo as perspectivas de analistas educacionais, gestores escolares e professores orientadores. A articulação entre essas fontes permitiu examinar o processo de mobilização para o programa e compreender fatores institucionais, formativos, pedagógicos e relacionais que interferem no envolvimento dos sujeitos com a iniciativa.

A análise considerou que a efetivação das políticas voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) envolve não apenas sua regulamentação, mas também as circunstâncias em que são implementadas nos diferentes contextos escolares. Os resultados mostraram que o engajamento nos NUPEAAS é atravessado por fatores que assumem diferentes configurações conforme a realidade das escolas e das Superintendências Regionais de Ensino. A adesão aos editais, portanto, não pode ser compreendida apenas em termos quantitativos, pois está relacionada às possibilidades concretas de mobilização dos sujeitos e de desenvolvimento das ações propostas.

Os dados evidenciaram, ainda, a relevância dos NUPEAAS para a educação antirracista, para a valorização das identidades negras e quilombolas e para o

protagonismo estudantil. Os projetos desenvolvidos no âmbito do ICEB ampliaram as oportunidades de participação dos estudantes na produção do conhecimento e favoreceram investigações relacionadas ao pertencimento, à identidade, à cultura afro-brasileira, às comunidades quilombolas e às relações étnico-raciais. As experiências relatadas também revelaram aproximações entre pesquisa, realidade local e práticas pedagógicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais.

Essas potencialidades convivem, entretanto, com obstáculos que dificultam a consolidação da iniciativa. Entre eles, destacam-se as fragilidades na formação continuada dos profissionais da educação, as dificuldades de mobilização, a presença ainda desigual da EREER nos currículos e nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e a dependência da atuação de determinados gestores e professores para a manutenção das atividades. Embora os participantes reconheçam a importância da temática, sua incorporação ao cotidiano escolar apresenta diferenças entre as realidades investigadas.

A análise das experiências mostrou que apoio técnico, comunicação, oportunidades formativas, acompanhamento e reconhecimento do trabalho realizado interferem nas possibilidades de envolvimento com a proposta. O engajamento não decorre, portanto, apenas do interesse ou da disposição individual de professores, gestores e estudantes. Ele também está relacionado à forma como a iniciativa é divulgada, às oportunidades oferecidas para sua compreensão e às possibilidades de apoio durante o desenvolvimento dos projetos. Esse resultado permite deslocar a análise de uma perspectiva centrada exclusivamente nos indivíduos para outra que considere o papel das instâncias responsáveis pela condução da política.

A pesquisa apontou também uma relação entre a participação nos editais e a presença da EREER no planejamento e na organização pedagógica das escolas. Quando a temática encontra espaço no currículo, nas práticas pedagógicas e nos instrumentos de gestão, ampliam-se as possibilidades de mobilização em torno de iniciativas como os NUPEAAS. A ampliação do número de escolas participantes, portanto, envolve não apenas a divulgação dos editais, mas também o fortalecimento da EREER no trabalho pedagógico desenvolvido pelas unidades escolares.

A partir dos achados da pesquisa, foi elaborado o Plano de Ação Educacional (PAE), direcionado aos principais desafios identificados ao longo da investigação. As ações contemplam formação continuada; mobilização e apoio técnico às escolas; inserção da EREER nos documentos e nas práticas escolares; ampliação da

participação nos editais com atenção à equidade; valorização dos professores orientadores; incentivo à participação estudantil; apoio à execução financeira; e aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e circulação das experiências produzidas pelos NUPEAAS. O PAE busca, assim, oferecer subsídios para o aprimoramento da iniciativa e para sua maior inserção nas práticas de gestão da rede estadual de ensino.

Ao ouvir analistas educacionais, gestores escolares e professores orientadores, o estudo possibilitou analisar os NUPEAAS a partir da perspectiva de sujeitos diretamente envolvidos em sua execução. Seus relatos evidenciaram que uma política pública não se concretiza apenas a partir do que está previsto em sua formulação. Entre as diretrizes estabelecidas e o cotidiano das escolas, ocorrem processos de interpretação, mobilização e adaptação que interferem na maneira como as ações são desenvolvidas. Considerar essas experiências contribuiu para compreender tanto os obstáculos encontrados quanto as possibilidades construídas nos diferentes contextos.

Para a gestão educacional, os achados reforçam a importância de observar como as políticas chegam às escolas e são incorporadas às suas rotinas. Nesse percurso, o acompanhamento das ações, a articulação entre as diferentes instâncias da rede e a oferta de suporte aos profissionais podem reduzir a dependência de iniciativas individuais e favorecer maior estabilidade às experiências desenvolvidas. A análise dos NUPEAAS mostra, assim, que o potencial de uma iniciativa não se limita à qualidade dos projetos realizados, mas envolve também a forma como sua execução é sustentada ao longo do tempo.

É necessário reconhecer os limites desta investigação. O estudo concentrou-se em quatro Superintendências Regionais de Ensino e quatro escolas participantes dos NUPEAAS, envolvendo analistas educacionais, gestores escolares e professores orientadores vinculados a esses contextos. Os resultados, portanto, não podem ser generalizados para toda a rede estadual de ensino de Minas Gerais. Ainda assim, permitem identificar desafios e potencialidades que oferecem elementos para a reflexão sobre os NUPEAAS e outras iniciativas voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais.

A pesquisa também abre possibilidades para novas investigações. Estudos futuros poderão abranger um número maior de escolas e Superintendências Regionais de Ensino, contemplando diferentes territórios, modalidades de ensino e

formas de organização dos núcleos. A inclusão mais aprofundada das perspectivas dos estudantes poderá ampliar a compreensão sobre os sentidos atribuídos à participação nos projetos e sobre as repercussões dessas experiências em sua formação.

Outras pesquisas poderão investigar os efeitos dos NUPEAAS na trajetória escolar dos estudantes, no pertencimento étnico-racial, na permanência na escola e no interesse pela pesquisa científica. Poderão, ainda, aprofundar questões relacionadas à presença da ERER nos currículos e nos PPPs, às condições de trabalho dos professores orientadores e aos efeitos de mecanismos de incentivo à participação de estudantes e docentes. O acompanhamento das ações propostas no PAE constitui igualmente uma possibilidade de continuidade deste estudo, permitindo analisar seus resultados, limites e necessidades de aperfeiçoamento ao longo do tempo.

Em um contexto marcado pela persistência das desigualdades raciais, fortalecer políticas comprometidas com a valorização da diversidade e com o reconhecimento das identidades negras e quilombolas permanece como um desafio para a gestão educacional. Ampliar a participação em editais e projetos específicos é importante, mas não suficiente. É preciso consolidar práticas institucionais capazes de transformar o cotidiano escolar e garantir maior continuidade às ações voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Dessa forma, esperamos que esta pesquisa fortaleça o debate sobre a educação antirracista, subsidie o aprimoramento dos NUPEAAS e auxilie na ampliação das condições institucionais necessárias à implementação da ERER na rede estadual de ensino. Ao articular diagnóstico, análise e proposição, o estudo reafirma a importância de uma educação comprometida com a equidade racial, a valorização da diversidade e a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e socialmente justa.

.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA; UNICEF; SEPPIR; MEC. **Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola**. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2013. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/201902/indicadores_qualidad_e_educacao_relacoes_raciais_escola.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.
- ALMEIDA, Sheilla Zillane Souza; CARDOZO, Leriane Silva; ROJAS CAJAVILCA, Erick Samuel; BARCELOS, Clayton da Silva; REIS, Cacilda Ferreira dos. A política nacional de equidade, educação para as relações étnico-raciais e educação escolar quilombola (PNEERQ) sob o olhar do ciclo de políticas públicas. **Revista Seconba**, Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/seconba/article/view/25752/16630>. Acesso em: 29 dez. 2025.
- ARAGÃO, Paula Balardin Ribeiro; SARTURI, Greice. **Engajamento de stakeholders e seu efeito no desempenho de uma política pública de Educação**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Fs5LZSgQvctdyBpRRTWkNcx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2025.
- ARMANDILHA, Wellington Fernando da Conceição; PETRAGLIA, Izabel Cristina. Letramento Racial e a Lei 10.639/03, uma ponte hermenêutica. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 469–486, 2023. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/riae/article/view/73854>. Acesso em: 6 out. 2024.
- BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 13 maio 2024.
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 10 jun .2025.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.
- BRASIL Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 22 de jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diagnóstico e Monitoramento da Implementação da Lei nº 10.639/03, alterada pela Lei nº 11.645/08**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYWQyYzQ2NzYtYjc1Ni00ODc3LWEyYWUtYjY3NzIxMzI4ZGFmliwidCI6ImI4YzI1OTMyLTVINzYtNGlyYi05YzUzLWQ0MTc0NWU5YzkyZCJ9>. Acesso em 22 de jun. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Apresentação do Relatório do Diagnóstico de Equidade**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/apresentacao_relatorio.pdf. Acesso em 20 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMtJhliwidCI6ImI2ZjczODk3LWM4YWMtNGlXZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em 30 de maio 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012. **Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 16 mai. 2012. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CEB-003-2012-05-16.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRAÚNA, Carla Jeany Duarte; SOUZA, Davison da Silva; SOBRINHO, Zélia Maria Lemos Andrade. Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>. Acesso em: 20 dez 2025.

CASTRO, Elaine de; OLIVEIRA, Ulisses Tadeu Vaz de. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. *Entretextos*, Londrina, v. 22, n. 3, p. 25-45, jul./dez. 2022.

CAVALLEIRO, Eliane. A Educação Antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: **Racismo e antirracismo na Educação: repensando a nossa escola**. 7ª Edição ver. E atual. São Paulo: Selo Negro, 2024. p. 113-131.

CEZAR, Layon Carlos. Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 52-70, jan./fev. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/34079>. Acesso em 07 set. 2024.

CRUZ, Eliana Alves. Assim se explode um coração. In: SENNA, Janaína (org.). **Nossos passos vêm de longe e outras histórias ancestrais**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2025. p. 35–55.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações étnico-raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. **Revista. Brasília**: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

G1. **Governo anuncia aumento salarial de 5,4% para servidores de MG. 02 mar. 2026**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2026/03/02/governo-anuncia-aumento-salarial-de-54percent-para-servidores-de-mg.ghtml>. Acesso em: 24 maio 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Indicador de Nível Socioeconômico do Saeb** disponível. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/saeb/indicador-de-nivel-socioeconomico-do-saeb-disponivel>. Acesso em: 13 jun. 2026.

INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estatísticas Censo Escolar**. Inep Data — Inep | Acesso à Informação – Dados Abertos. Atualizado em 09 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>. Acesso em: 26 dez. 2025

LOTTA, Gabriela Spanghero (org.). Teorias e análises sobre a implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Escola Nacional de administração Pública (ENAP), 2019. 324 p. Disponível em https://bibliotecadigital.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: jun. 2026.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau: PPGE/FURB, v. 1, n. 2, p. 94–105, maio/ago. 2006. ISSN 1809-0354. Disponível em: https://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/239/ARTIGO_AbordagemCiclosPol%C3%ADticas.pdf?sequence=1. Acesso em: 21 dez. 2025.

MALDONADO LUNA, Sandra Margarita. **Manual Práctico Para El Diseño De La Escala Likert**. *Xihmai*, Pachuca, v. 2, n. 4, 2007. Resenha da obra de Luz María Méndez Hinojosa e José Armando Peña Moreno. Disponível em: <https://revistas.lasallep.edu.mx/index.php/xihmai/article/view/101/88>. Acesso em: 23 maio 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAS GERAIS. **Secretaria discute com educadores criação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos e Afro-brasileiros e da Diáspora.** Acervo de Notícias – Educação MG, 21 jun. 2016. Atualizado em 21 jun. 2016. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/8053-secretaria-discute-com-educadores-criacao-dos-nucleos-de-pesquisa-e-estudos-africanos-e-afro-brasileiros-e-da-diaspora?layout=print>. Acesso em: 3 jan. 2026

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº3533, de 11 de agosto de 2017. **Dispõe sobre a Iniciação Científica no Ensino Médio no âmbito da Educação Integral e Integrada da Secretaria de Estado de Educação e apresenta os marcos da política de investigação e pesquisa na Educação Básica.** Minas Gerais, Belo Horizonte, 12 ago. 2017, p. 136. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/educacao-do-dia?dados=%7B%22dataPublicacaoSelecionada%22:%222017-08-12T00:00:00%22,%22idCadernoEdicaoSelecionado%22:474,%22paginaSelecionada%22:136,%22textoPesquisa%22:%22Disp%25C3%25B5e%2520sobre%2520a%2520Inicia%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Cient%25C3%25ADfica%2520no%2520Ensino%2520M%25C3%25A9dio%2520no%2520%25C3%25A2mbito%2520da%2520Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Integral%2520e%2520Integrada%2520da%2520Secretaria%2520de%2520Estado%2520de%2520Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520e%2520apresenta%2520os%2520marcos%2520da%2520pol%25C3%25ADtica%2520de%2520investiga%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520e%2520pesquisa%2520na%2520Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520B%25C3%25A1sica.%22%7D>. Acesso em: 26 dez. 2025.

MINAS GERAIS. **Afroconsciência propõe debate e reflexão sobre o contexto nas educações superior e básica na SBPC.** Acervo de Notícias – Educação MG, 21 jul. 2017. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/9005-afroconsciencia-propoe-debate-e-reflexao-sobre-o-contexto-nas-educacoes-superior-e-basica-na-sbpc?layout=print>. Acesso em: 04 jan. 2026.

MINAS GERAIS. **Inscrições abertas projetos de iniciação científica nas escolas.** MG.gov.br, 21 ago. 2017. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/planejamento/noticias/educacao/08/2017/inscricoes-abertas-projetos-de-iniciacao-cientifica-nas-escolas>. Acesso em: 03 jan. 2026.

MINAS GERAIS. **Afroconsciência propõe debate e reflexão sobre o contexto nas Educações Superior e Básica na SBPC.** Acervo de Notícias – Educação MG, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/9005-afroconsciencia-propoe-debate-e-reflexao-sobre-o-contexto-nas-educacoes-superior-e-basica-na-sbpc>. Acesso em: 3 jan. 2026

MINAS GERAIS. **Jovens dos NUPEAAS apresentam resultados de seus trabalhos no X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as.** Acervo de Notícias Educação MG, 15 out. 2018. Atualizado em: 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/9919-jovens-dos-nupeaas-apresentam-resultados-de-seus-trabalhos-no-x-congresso-brasileiro-de-pesquisadores-as-negros-as>. Acesso em: 3 jan. 2026.

MINAS GERAIS. Decreto nº 47.758, de 19 de novembro de 2019. **Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação e dá outras providências.**

Disponível em : <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/Decreto-n%C2%B047758-de-19-11-2019.pdf>. Acesso em 13 mar.2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº4.725, de 3 de maio de 2022. **Institui o Programa Iniciação Científica na Educação Básica, apresentando os marcos da política de investigação e pesquisa na Educação Básica.** Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/RESOLUCAO-SEE-Nº4.725-DE-03-DE-MAIO-DE-2022.pdf>. Acesso em: 30 de abr.2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº4.725, de 3 de maio de 2022. **Institui o Programa Iniciação Científica na Educação Básica, apresentando os marcos da política de investigação e pesquisa na Educação Básica.** Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/RESOLUCAO-SEE-Nº4.725-DE-03-DE-MAIO-DE-2022.pdf>. Acesso em: 1 jun.2025.

MINAS GERAIS. Decreto nº 48.709, de 26 de outubro de 2023. **Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação.** Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48709/2023/>. Acesso em: 10 de jun. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Edital Nº 03, de 27 de janeiro de 2023.** Seleção De Professores Efetivos da Rede Estadual de Ensino para atuar como Curadores do Programa De Iniciação Científica Na Educação Básica (Iceb). Disponível em: https://www.acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/stories/2023/EDITAL_SEE_N%C2%BA_03-2023_-_Public._28-01-23.pdf. Acesso em: 21 de mar 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Edital Nº 04, de 16 de fevereiro de 2023.** Seleção de Projetos de Pesquisa. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/concursos-e-editais/programa-de-iniciacao-cientifica-na-educacao-basica-iceb-2023/#gallery-1>. Acesso em:5 de maio 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Edital Nº 06, de 16 de fevereiro de 2023.** Seleção de Professores Efetivos da Rede Estadual de Ensino para atuar como tutores de Projetos de Pesquisa do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/EDITAL-SEE-No-06-2023-Public.-15-02-23-2.pdf>. Acesso em 30 abr. 2025.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Grupo VI – Atividades de Educação Básica.** Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2025. Disponível em: https://www.mg.gov.br/system/files/media/documento_detalhado/2025-05/GRUPO%20VI%20-

[%20ATIVIDADES%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20BÁSICA.pdf](#). Acesso em: 24 maio 2026.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Organograma Institucional**. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/09/2.-Organograma-Portal-SEE-190925.pdf>. Acesso em 12 maio 2025.

MINAS GERAIS. **Jovens participam de roda de conversa para discutir projeto que cria Núcleos de Pesquisas e Estudos Africanos, Afrobrasileiros e da Diáspora nas escolas**. Acervo de Notícias. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/8327-jovens-participam-de-roda-de-conversa-para-discutir-projeto-que-cria-nucleos-de-pesquisas-e-estudos-africanos-afrobrasileiros-e-da-diaspora-nas-escolas?layout=print>. Acesso em: 04 jan. 2026

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg>. Acesso em 30 de abr. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Mapa estratégico**. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/principios-institucionais/#gallery-1>. Acesso em 12 jun.2025.

MINAS GERAIS. Lei nº 25.150, de 14 de janeiro de 2025. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial no Estado**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/25150/2025/>. Acesso em 25 mar.2025.

MINAS GERAIS. **Plano Plurianual de Ação Governamental – Exercício 2025**. Disponível em: <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/189/247/2189247.pdf>. Acesso em 15 jun.2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Mapa Estratégico -2025-2026**. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/principios-institucionais/> Acesso em 12 maio 2025.

MUNANGA, Kabenguele. Uma abordagem das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB 5**, Niterói: EduFF, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 4 out.2024.

NAKAGAWA, M. **Ferramenta: 5w2h – plano de ação para empreendedores**. Editora Globo: Movimento Empreenda, 2017. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/5W2H.pdf> .Acesso em: 30 maio 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-

142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Estudos Afro-Brasileiros: Africanidades e Cidadania. In: **Educação e raça: perspectivas política, pedagógicas e estéticas**. Ante Abramowicz, Nilma Lino Gomes, org. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 05-06, p. 37-52, dez. 1997. Disponível em https://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/educa%e7%e3o%20e%20juventudeMARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf. Acesso em: 30 de abr. 2025.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. [S. l.], 2002. Disponível em: <https://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2026

TOLENTINO, Luana Diana dos Santos. **Sobrevivendo ao racismo: memórias, cartas e cotidiano da discriminação racial no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Papirus 7 Mares, 2023.

TROYNA, Barry; CARRINGTON, Bruce. **Education, racism and reform**. London: Routledge, 1990.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista semiestruturada com Técnicos/ Analistas das Diretorias Educacionais das Superintendências Regionais de Ensino

ROTEIRO – Entrevista Semiestruturada (EM FORMATO VIRTUAL)

Pesquisa: “Mobilizando as juventudes: Os Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora e a promoção da Educação Antirracista na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais”

Pesquisadora responsável: Fabiana Benchetrit dos Santos

Investigação sobre os Entraves na Mobilização e Engajamento para os Editais do ICEB no Eixo Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora

Público-alvo: Servidores das Superintendências Regionais de Ensino (SRE), lotados nas Diretorias Educacionais que atuam na temática das juventudes e/ou educação das relações étnico raciais e que acompanharam a divulgação e os trabalhos do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), editais 2021/2022 e/ou 2023/2024, nas SRE selecionadas.

Objetivo: Identificar os desafios na mobilização de professores e estudantes para participação nos editais do ICEB voltados aos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS), compreender as estratégias de comunicação e engajamento adotadas pelas SREs para essa finalidade.

1. Identificação do Participante

- Nome:
- Gênero:
- Raça/cor:
- Escola:
- Superintendência Regional de Ensino (SRE):
- Tempo de atuação como professor(a):
- Área de Formação:
- Você possui alguma formação na temática da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)?

2. Mobilização e Engajamento para os Editais do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)

Como foi o processo de divulgação dos editais do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) realizado pelo Órgão Central (Núcleo Gestor do ICEB/DMTE) junto à Superintendência Regional de Ensino (SRE)?

Como é realizado o processo de mobilização das escolas para participação nos editais do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)?

Na mobilização, houve alguma ação direcionada para os Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) e para incentivo à participação de estudantes negros/as/ no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)?

Quais estratégias a Superintendência Regional de Ensino (SRE) adota para divulgar os editais e incentivar a participação de professores e estudantes?

Existem dificuldades específicas na sensibilização da comunidade escolar para a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)? Quais são os principais desafios enfrentados?

Há resistência ou desconhecimento por parte dos docentes e discentes em relação aos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)? Se sim, como a SRE busca superá-los?

Como você avalia a participação das escolas nos editais do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) nos últimos anos?

3. Estratégias de Comunicação e fomento para o trabalho voltado para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)

Quais canais de comunicação são utilizados para divulgar os editais de projetos do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)?

A SRE possui alguma iniciativa voltada para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) ou para o fomento da pesquisa na educação básica?

Como as escolas recebem suporte técnico e pedagógico para a elaboração de projetos voltados aos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)?

4. Análise e Propostas de Melhoria

Na sua percepção, quais são os principais fatores que explicam a baixa adesão de escolas e professores aos editais do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica ICEB no eixo Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)?

Que mudanças poderiam ser implementadas para aumentar o engajamento da rede estadual nos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)?

Como a SRE poderia colaborar para aprimorar as estratégias de comunicação e ampliar a participação de docentes e estudantes nos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)?

Existe alguma prática exitosa de mobilização e engajamento que poderia ser replicada em outras regionais?

5. Considerações Finais

Há mais alguma questão que você considera relevante para entender melhor os desafios e oportunidades na ampliação da participação no NUPEAAS?

Observações:

- As respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa.
- A gravação da roda de conversa será efetuada mediante a autorização prévia dos participantes.

Agradecemos a sua participação!

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Gestores Escolares do ICEB 2021/2022 e 2023/2024

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisa: “Mobilizando as juventudes: Os Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora e a promoção da Educação Antirracista na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais”

Pesquisadora responsável: Fabiana Benchetrit dos Santos

Investigação sobre os Entraves na Mobilização e Engajamento para os Editais do ICEB no Eixo: Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)

Público-alvo: Gestores das escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais: Escola A (Superintendência Regional de Ensino X), Escola B (Superintendência Regional de Ensino Y), Escola C (Superintendência Regional de Ensino Z) e Escola D (Superintendência Regional de Ensino W).

Objetivo da Entrevista: Identificar os desafios na mobilização de professores e estudantes para participação nos editais do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) voltados aos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS), compreender as estratégias de comunicação e engajamento adotadas pelos gestores escolares junto à comunidade escolar.

1. Identificação do Entrevistado

- Nome:
- Gênero:
- Raça/cor:
- Formação:
- Escola:
- Superintendência Regional de Ensino (SRE):
- Tempo de atuação na gestão escolar:
- Você possui alguma formação na temática da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)?

2. Mobilização para Participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)

1. Como surgiu o interesse da escola em participar do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)?
2. Como foi realizado o processo de mobilização de professores e estudantes para participação no edital do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)?
3. Quais estratégias foram adotadas para incentivar a participação dos professores e estudantes no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)?

4. Houve alguma ação específica voltada para mobilizar a participação de estudantes negros/as no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)?
5. Na sua opinião, quais são os principais benefícios da pesquisa científica para a formação de jovens estudantes da Educação Básica? Que habilidades e competências você acredita que podem ser desenvolvidas por meio dessa prática?
6. Pensando no contexto da sua escola, de que forma os projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) podem contribuir para a efetivação da educação antirracista? Quais estratégias específicas você acredita que poderiam ser adotadas para garantir a efetividade desses projetos?

3. Alinhamento com o Projeto Político Pedagógico (PPP)

1. O projeto de pesquisa desenvolvido está alinhado ao Projeto Político Pedagógico da escola (PPP)? De que forma?
2. Como a gestão escolar tem apoiado a inserção dos temas abordados no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) no currículo e nas práticas pedagógicas da escola?
3. O projeto desenvolvido tem contribuído para a formação dos estudantes e professores na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais? Quais impactos foram observados? (apenas para gestores das escolas dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora - NUPEAAS)

4. Trabalhos Desenvolvidos na Temática da Educação das Relações Étnico-Raciais

1. A escola já realizava atividades ou projetos voltados para a Educação das Relações Étnico-Raciais antes da participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)? Quais? (apenas para gestores das escolas do NUPEAAS)
2. A participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) fortaleceu outras iniciativas da escola voltadas à temática da ERER? Se sim, de que maneira? (apenas para gestores das escolas dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora NUPEAAS)

5. Impactos e Recomendações

1. Quais foram os impactos mais significativos do projeto na escola e na comunidade escolar?
2. Quais desafios ainda precisam ser superados para ampliar a participação e o impacto dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)? (apenas para gestores das escolas dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora - NUPEAAS)
3. Que sugestões você daria para fortalecer o apoio institucional à implementação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) e ampliar o envolvimento das escolas?

6. Considerações Finais

1. Há mais alguma questão que você considera relevante para entender melhor os desafios e oportunidades na ampliação da participação nos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)?

Observações:

- As respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa.
- A entrevista será gravada mediante consentimento do participante.
- **Agradecemos a sua participação!**

APÊNDICE C – Questionário para Professores Orientadores do ICEB 2021/2022 e 2023/2024

Seção 1 de 6

Questionário – Professores(as)
Orientadores(as) do ICEB / NUPEAAS

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa "Educação Antirracista: fatores que condicionam o engajamento na implementação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora em escolas de quatro Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais". O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é ampliar a participação das escolas estaduais nos editais de projetos do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), com foco nos Núcleos de Pesquisas e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). Para isso, pretendemos compreender os desafios e as oportunidades que influenciam a adesão de docentes e estudantes a esses editais. Nosso objetivo é fortalecer a produção de conhecimento sobre a Educação das Relações Étnico-raciais e a Educação Antirracista, contribuindo para a valorização da diversidade e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a equidade racial nas escolas da rede estadual de Minas Gerais.

Caso você concorde em participar, será convidado(a) a responder a um questionário estruturado, por formulário eletrônico (Google Forms). Esta pesquisa apresenta alguns riscos, tais como: possível exposição da identidade dos participantes em razão das informações coletadas, bem como eventual desconforto, cansaço ou constrangimento ao responder determinadas perguntas.

Para diminuir a possibilidade de ocorrência desses riscos, a pesquisadora realizará contato prévio com os participantes, a fim de apresentar as informações necessárias sobre a pesquisa, seus objetivos e a forma de participação. Além disso, serão adotados cuidados para preservar a identidade dos participantes, garantir o sigilo das informações coletadas e restringir o acesso às respostas apenas à pesquisadora responsável e ao seu orientador. Cabe ressaltar, que o participante poderá interromper sua participação ou recusar-se a responder a determinadas perguntas, sem prejuízo ou constrangimento.

O sigilo e o anonimato do participante serão assegurados por meio do uso de pseudônimos sempre que houver necessidade de citar trechos da roda de conversa. Ao término do estudo, será garantido o acesso gratuito e por tempo indeterminado aos resultados da pesquisa, promovendo a transparência e o respeito aos direitos do participante.

A pesquisa pode contribuir para a consolidação da educação antirracista na rede estadual de ensino de Minas Gerais ao subsidiar a formulação de estratégias que ampliem a participação de docentes e discentes em projetos voltados à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Além disso, pretende fornecer elementos para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, fortalecendo a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e fomentando práticas pedagógicas que promovam a valorização da história e cultura afro-brasileira no contexto escolar.

Para participar deste estudo, você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se tiver algum dano por causadas atividades que fizemos nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

B

I

U

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

☐ Sim
 ☐ Não

BLOCO 1 – ENGAJAMENTO E ADEÇÃO AOS NUPEAAS



Instrução:

Nos itens de 1 a 5, assinale a alternativa que melhor representa o grau de concordância com cada afirmativa.

Escala:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

1. Houve clareza institucional sobre os objetivos e finalidades dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) no momento da adesão da escola/ submissão do projeto de pesquisa.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

2- A decisão de adesão aos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) foi construída de forma coletiva no âmbito da escola.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

3- A gestão escolar incentivou e apoiou a adesão aos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

4- A adesão aos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) esteve alinhada às demandas pedagógicas da escola.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

5- Minha formação inicial foi suficiente para orientar a implementação de projeto dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) na escola em que trabalho. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

Após a seção 2 Continuar para a próxima seção

Seção 3 de 6

BLOCO 2 – NUPEAAS, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA



Instrução:

Nos itens de 6 a 10, assinale a alternativa que melhor representa o grau de concordância com cada afirmativa.

Escala:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

B *I* U

6- As ações dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) contribuem para a efetivação do currículo na perspectiva da educação antirracista. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

7- O trabalho desenvolvido pelos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) dialoga com os Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

8 - As atividades dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) favorecem a abordagem das relações étnico-raciais de forma transversal ao currículo. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

9- Os Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) fortalecem práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

10- As ações dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) impactam positivamente o clima escolar no que se refere ao enfrentamento do racismo e à discriminação racial. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

Após a seção 3 Continuar para a próxima seção

Seção 4 de 6

BLOCO 3 – MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES



Instrução:

Nos itens de 11 a 15, assinale a alternativa que melhor representa o grau de concordância com cada afirmativa.

Escala:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

11- Os estudantes demonstram interesse pelas temáticas propostas no eixo Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) nos editais do ICEB. *

12- A participação dos estudantes nas ações dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) decorre de decisão dos próprios estudantes. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

13- As estratégias utilizadas para mobilizar os estudantes são adequadas à realidade da escola. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

14- Os estudantes compreendem os objetivos das ações promovidas pelos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). *

B I U  

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

15- A atuação dos estudantes nos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) contribui para o protagonismo juvenil. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

BLOCO 4 - CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DE FUNCIONAMENTO

Instrução:

Nos itens de 16 a 26, assinale a alternativa que melhor representa o grau de concordância com cada afirmativa.

Escala:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

16- O tempo previsto no Edital do ICEB é suficiente para a proposição de projetos de pesquisa no eixo Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) pela escola. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

17- A escola dispõe de recursos pedagógicos adequados para a execução das atividades dos (Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora) NUPEAAS. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

18- A atuação como professor(a) orientador(a) dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) é reconhecida pela comunidade escolar. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

19- A carga horária prevista em edital para o(a) professor(a) orientador(a) dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) é suficiente para o desenvolvimento das ações do ICEB. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

20- Os recursos financeiros disponíveis são adequados ao desenvolvimento de projetos dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

21- Os recursos materiais disponíveis são adequados ao desenvolvimento de projetos dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

22- A extensão de jornada prevista em edital para o(a) professor(a) orientador(a) é considerada financeiramente atrativa. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

23- Existe resistência de parte da comunidade escolar às temáticas relacionadas à educação antirracista.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

24- A burocracia institucional no âmbito da minha escola dificulta a implementação dos projetos dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

25- A rotatividade de estudantes impacta a continuidade dos projetos dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

26- A exigência de experiência do Termo de Anuência da Direção da Escola para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa dificultam a inscrição de projetos de pesquisa no eixo Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

Após a seção 4 Continuar para a próxima seção

Seção 5 de 6

BLOCO 5- COMPREENSÃO DA VERTENTES DO EIXO NUPEAAS E IMPACTOS NA PROPOSIÇÃO DE PROJETOS

Instrução:

Nos itens de 27 a 41, assinale a alternativa que melhor representa o grau de concordância com cada afirmativa.

Escala:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

27- Compreendo as vertentes que integram o eixo Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS), a saber: cultura, história e trajetórias político-sociais e científicas dos povos africanos, afro-brasileiros e da diáspora. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

28- As vertentes do eixo Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) são apresentadas de forma clara e compreensível nos documentos institucionais. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

29- A complexidade das vertentes do eixo Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) dificulta a elaboração de projetos por estudantes e professores.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

BLOCO 6- PARCERIAS E QUALIFICAÇÃO DO PROJETOS NUPEAAS

Instrução:

Nos itens de 30 a 40, assinale a alternativa que melhor representa o grau de concordância com cada afirmativa.

Escala:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

30 - A escola estabelece parcerias com universidades para o desenvolvimento de ações no âmbito dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

31 - A escola mantém parcerias com organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais relacionados às temáticas étnico-raciais.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

32- A participação de universidades e instituições do terceiro setor pode contribuir para o aprimoramento teórico-metodológico dos projetos dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

33- Os projetos desenvolvidos em parceria com universidades ou instituições do terceiro setor podem apresentar maior articulação entre teoria e prática.

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

34 - A escola dispõe de apoio institucional da SRE e do Órgão Central da SEE para a formalização de parcerias voltadas ao desenvolvimento de projetos no eixo Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

35- A Superintendência Regional de Ensino (SRE) oferece apoio institucional às ações desenvolvidas pelos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

36 - A Diretoria de Modalidades Temáticas de Ensino (DMTE) orienta a implementação das ações dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) nas escolas. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

37- As orientações da SRE contribuem para a organização das atividades dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) na escola. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

38 - Há comunicação regular entre a escola e a SRE no que se refere às ações dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

39- O apoio da SRE favorece a continuidade das ações dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS) na escola. *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

40- A atuação articulada entre escola, SRE e DMTE contribui para o fortalecimento dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). *

1	2	3	4	5
☐	☐	☐	☐	☐

Após a seção 5 Continuar para a próxima seção

Seção 6 de 6

7- Gestão, Docência e Engajamento no Eixo NUPEAAS



Nesta seção, você encontrará questões abertas. Pedimos que responda de forma livre e objetiva, a partir de sua experiência e percepção. Não há respostas certas ou erradas. Suas contribuições são fundamentais para a análise das ações do NUPEAAS e serão tratadas com confidencialidade.

41- Que iniciativas poderiam ser adotadas para fortalecer a cooperação e o engajamento dos professores no ICEB, especificamente no eixo Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)? *

Texto de resposta longa
.....

42- Quais dificuldades têm sido enfrentadas na articulação entre a direção da escola e os(as) professores(as) para a implementação das ações dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS)? *

Texto de resposta longa
.....

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Entrevista semiestruturada com Técnicos/ Analistas das Diretorias Educacionais das Superintendências Regionais de Ensino



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Público: Analista/Técnico da Diretoria Educacional das Superintendências Regionais de Ensino selecionadas.

Instrumento: Entrevista semiestruturada (em formato virtual)

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa Educação Antirracista: fatores que condicionam o engajamento na implementação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora em escolas de quatro Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é ampliar a participação das escolas estaduais nos editais de projetos do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), com foco nos Núcleos de Pesquisas e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). Para isso, pretendemos compreender os desafios e as oportunidades que influenciam a adesão de docentes e estudantes a esses editais. Nosso objetivo é fortalecer a produção de conhecimento sobre educação das relações étnico-raciais e a educação antirracista, contribuindo para a valorização da diversidade e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a equidade racial nas escolas da rede estadual de Minas Gerais.

Caso você concorde em participar, vamos fazer a seguinte atividade: entrevista semiestruturada em formato online. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: a exposição da identidade dos participantes devido às informações coletadas nas entrevistas, bem como possíveis situações de constrangimento, timidez, nervosismo, vergonha, cansaço e desconforto durante a aplicação da técnica.

Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, a pesquisadora realizará um contato prévio com os participantes, a fim de agendar a aplicação da técnica em horário que melhor atenda às suas necessidades e buscará ser objetiva nos questionamentos realizados.

Durante a entrevista, a pesquisadora buscará promover um momento acolhedor e respeitoso, permanecendo atenta a sinais verbais e não verbais de desconforto do participante.

Cabe ressaltar, que o participante poderá interromper sua participação ou recusar-se a responder a determinadas perguntas, sem prejuízo ou constrangimento.

O sigilo e o anonimato do participante serão assegurados por meio do uso de pseudônimos sempre que houver necessidade de citar trechos das entrevistas. Ao término do estudo, será garantido o acesso gratuito e por tempo indeterminado aos resultados da pesquisa, promovendo a transparência e o respeito aos direitos do participante.

A pesquisa pode contribuir para a consolidação da educação antirracista na rede estadual de ensino de Minas Gerais ao subsidiar a formulação de estratégias que ampliem a participação de docentes e discentes em projetos voltados à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Além disso, pretende fornecer elementos para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, fortalecendo a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e fomentando práticas pedagógicas que promovam a valorização da história e cultura afro-brasileira no contexto escolar.

Para participar deste estudo, você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se tiver algum dano por causadas atividades que fizemos nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do

Brasil. Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF
Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.br



atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Belo Horizonte, _____ de maio de 2026.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Fabiana Benchetrit dos Santos
Campus Universitário da UFJF
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública - PPGP
CEP: 36038-330
Fone: (31)98956-8021
E-mail: fabianabs.ppgp2023.see@caedufjf.net

Rubrica do Participante de
pesquisa ou
responsável: _____
 Rubrica do
pesquisador: _____

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do

Brasil. Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

~~Pró-Reitoria~~ de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.br

APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Entrevista semiestruturada com Gestores Escolares



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Público: Gestor(a) Escolar das escolas selecionadas.

Instrumento: Entrevista semiestruturada (em formato virtual)

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário(a) da pesquisa Educação Antirracista: fatores que condicionam o engajamento na implementação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora em escolas de quatro Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é ampliar a participação das escolas estaduais nos editais de projetos do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), com foco nos Núcleos de Pesquisas e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). Para isso, pretendemos compreender os desafios e as oportunidades que influenciam a adesão de docentes e estudantes a esses editais. Nosso objetivo é fortalecer a produção de conhecimento sobre educação das relações étnico-raciais e a educação antirracista, contribuindo para a valorização da diversidade e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a equidade racial nas escolas da rede estadual de Minas Gerais.

Caso você concorde em participar, vamos fazer a seguinte atividade: entrevista semiestruturada em formato online. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: a exposição da identidade dos participantes devido às informações coletadas nas entrevistas, bem como possíveis situações de constrangimento, timidez, nervosismo, vergonha, cansaço e desconforto durante a aplicação da técnica.

Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, a pesquisadora realizará um contato prévio com os participantes, a fim de agendar a aplicação da técnica em horário que melhor atenda às suas necessidades e buscará ser objetiva nos questionamentos realizados.

Durante a entrevista, a pesquisadora buscará promover um momento acolhedor e respeitoso, permanecendo atenta a sinais verbais e não verbais de desconforto do participante.

Cabe ressaltar que o participante poderá interromper sua participação ou recusar-se a responder a determinadas perguntas, sem prejuízo ou constrangimento.

O sigilo e o anonimato do participante serão assegurados por meio do uso de pseudônimos sempre que houver necessidade de citar trechos das entrevistas. Ao término do estudo, será garantido o acesso gratuito e por tempo indeterminado aos resultados da pesquisa, promovendo a transparência e o respeito aos direitos do participante.

A pesquisa pode contribuir para a consolidação da educação antirracista na rede estadual de ensino de Minas Gerais ao subsidiar a formulação de estratégias que ampliem a participação de docentes e discentes em projetos voltados à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Além disso, pretende fornecer elementos para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, fortalecendo a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e fomentando práticas pedagógicas que promovam a valorização da história e cultura afro-brasileira no contexto escolar.

Para participar deste estudo, você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se tiver algum dano por causa das atividades que fizermos nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolvem seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do

Brasil. Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102-3788 / E-mail: cep.prop@ufjf.br



de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a).

O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo à legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas

Belo Horizonte, _____ de maio de 2026.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Fabiana Benchetrit –Cdos Santos
Campus Universitário da UFJF
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública - PPGP
CEP: 36038-330
Fone: (31)98956-8021
E-mail: fabianabs.ppgp2023.see@caedufjf.net

Rubrica do Participante de
pesquisa ou
responsável: _____
 Rubrica do
pesquisador: _____

APÊNDICE F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Questionário estruturado para Professores Orientadores do ICEB 2021/2022 e 2023/2024



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Público: Professores Orientadores do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) dos editais 2021/2022 ou 2023/2024

Instrumento: Questionário estruturado (Google Forms)

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa "Educação Antirracista: fatores que condicionam o engajamento na implementação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora em escolas de quatro Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais". O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é ampliar a participação das escolas estaduais nos editais de projetos do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), com foco nos Núcleos de Pesquisas e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS). Para isso, pretendemos compreender os desafios e as oportunidades que influenciam a adesão de docentes e estudantes a esses editais. Nosso objetivo é fortalecer a produção de conhecimento sobre a Educação das Relações Étnico-raciais e a Educação Antirracista, contribuindo para a valorização da diversidade e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a equidade racial nas escolas da rede estadual de Minas Gerais.

Caso você concorde em participar, será convidado(a) a responder a um questionário estruturado, por formulário eletrônico (Google Forms). Esta pesquisa apresenta alguns riscos, tais como: possível exposição da identidade dos participantes em razão das informações coletadas, bem como eventual desconforto, cansaço ou constrangimento ao responder determinadas perguntas.

Para diminuir a possibilidade de ocorrência desses riscos, a pesquisadora realizará contato prévio com os participantes, a fim de apresentar as informações necessárias sobre a pesquisa, seus objetivos e a forma de participação. Além disso, serão adotados cuidados para preservar a identidade dos participantes, garantir o sigilo das informações coletadas e restringir o acesso às respostas apenas à pesquisadora responsável e ao seu orientador.

Cabe ressaltar, que o participante poderá interromper sua participação ou recusar-se a responder a determinadas perguntas, sem prejuízo ou constrangimento.

O sigilo e o anonimato do participante serão assegurados por meio do uso de pseudônimos sempre que houver necessidade de citar trechos da roda de conversa. Ao término do estudo, será garantido o acesso gratuito e por tempo indeterminado aos resultados da pesquisa, promovendo a transparência e o respeito aos direitos do participante.

A pesquisa pode contribuir para a consolidação da educação antirracista na rede estadual de ensino de Minas Gerais ao subsidiar a formulação de estratégias que ampliem a participação de docentes e discentes em projetos voltados à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Além disso, pretende fornecer elementos para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, fortalecendo a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e fomentando práticas pedagógicas que promovam a valorização da história e cultura afro-brasileira no contexto escolar.

Para participar deste estudo, você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se tiver algum dano por causadas atividades que fizermos nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolvem seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, a proteção dos participantes de pesquisa do

Brasil. Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 38036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.br



atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Belo Horizonte, _____ de maio de 2026.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Fabiana Benchetrit dos Santos
Campus Universitário da UFJF
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública - PGP
CEP: 36038-330
Fone: (31)98956-8021
E-mail: fabianabs.ppgp2023.see@caedufjf.net

Rubrica do Participante de pesquisa ou responsável: _____ Rubrica do pesquisador: _____

ANEXO A - Edital de seleção de projetos de pesquisas e iniciação científica na Educação Básica



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SEE SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Gabinete

Processo SEI nº 1260.01.0004418/2023-97

EDITAL Nº 04, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023.

SELEÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS** torna pública as inscrições para a composição de Núcleos de Pesquisa das escolas de Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio da Rede Estadual de Minas Gerais, para integrar o Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), conforme Resolução SEE Nº 4.725, de 03 de maio de 2022.

1. Finalidades e Objetivos

1.1. Finalidade

1.1.1- O Núcleo de Pesquisa é, conforme Resolução SEE Nº 4.725, de 03 de maio de 2022, o grupo de pesquisa da escola composto por um Professor Orientador e Estudantes Pesquisadores, responsáveis pela elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa de Iniciação Científica e pela divulgação de seus resultados para a comunidade escolar.

1.1.2- A proposta de Iniciação Científica para a Educação Básica visa fomentar o protagonismo juvenil e o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à pesquisa, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e nos Currículos Referência de Minas Gerais - CRMG, por meio da formação de núcleos de pesquisa e de investigação científica para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, corroborando para a progressão na trajetória escolar dos estudantes e para o incentivo à continuidade dos estudos e o ingresso dos jovens ao Ensino Superior.

1.1.3- Para participar do processo de seleção de projetos de pesquisa para a composição dos Núcleos, os interessados deverão observar as regras constantes neste Edital.

1.1.4- Serão selecionados, segundo as regras descritas neste Edital, projetos de autoria das escolas estaduais de Ensino Fundamental - Anos Finais e de Ensino Médio, com intenção de constituir Núcleos de Pesquisa para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e investigação científica.

1.2. Objetivos

1.2.1- O objetivo do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) é intensificar o estudo e a reflexão sobre os Temas Contemporâneos Transversais, por

meio da aplicação de metodologias científicas, possibilitando que os estudantes identifiquem e proponham soluções para os problemas do seu contexto social. Além disso, a iniciação científica visa incentivar, apoiar, valorizar e dar visibilidade à produção e compartilhamento de conhecimentos e saberes, a partir do ensino e aplicação de metodologias de pesquisa científica.

1.2.2- Apresentam-se como objetivos específicos do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB):

1.2.2.1- Incentivar e oportunizar a prática da inter e da transdisciplinaridade nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com a aplicação de metodologias de projetos de pesquisas;

1.2.2.2 Incentivar e apoiar práticas coletivas que busquem relacionar conhecimentos e saberes da escola e da comunidade, além de promover a integração entre os diversos atores da comunidade escolar;

1.2.2.3- Incentivar e aprimorar as práticas de investigação científica dentro e fora da sala de aula;

1.2.2.4- Oportunizar o ensino e o aprendizado de metodologias científicas, voltadas às diversas áreas do conhecimento;

1.2.2.5- Valorizar e dar visibilidade à diversidade, a partir da inclusão de estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em estudos e práticas de pesquisa nos mais variados temas e assuntos de interesse e relevância para a comunidade;

1.2.2.6- Incentivar o desenvolvimento de habilidades inerentes à pesquisa científica, como o desenvolvimento do pensamento crítico, a capacidade de problematização e argumentação, a criatividade na procura por soluções e a intervenção na realidade;

1.2.2.7- Dar sentido aos conteúdos aprendidos nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, por meio da aplicação de conhecimentos e saberes construídos, a partir de problemas vivenciados pelos estudantes e pela comunidade;

1.2.2.8- Despertar a curiosidade e o interesse dos estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pela construção do conhecimento, por meio da prática da investigação científica e do desenvolvimento de projetos de pesquisa;

1.2.2.9- Incentivar e oportunizar a formação continuada de professores com o desenvolvimento de estudos e práticas em pesquisa científica;

1.2.2.10- Efetivar o cumprimento da LDB nº 9.394/96 - arts. 26-A, 79-A e 79-B na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, garantindo a inserção da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar;

1.2.2.11- Promover a igualdade racial no ambiente escolar, com vistas a reduzir os índices de evasão e ampliar os níveis de proficiência dos estudantes;

1.2.2.12- Valorização dos professores e professoras da rede estadual.

2. Vigência do edital

2.1- O período de vigência deste edital é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua publicação.

3. Vigência dos Projetos

3.1- O desenvolvimento das ações do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) 2023/2024 será de abril de 2023 a dezembro de 2024.

4. Da organização dos núcleos de pesquisa

4.1- Cada Núcleo de pesquisa deverá conter de 08 (oito) a 12 (doze) estudantes pesquisadores regularmente matriculados no 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, 3º e 4º períodos da EJA Ensino Fundamental e EJA Ensino Médio e professores efetivos do Ensino Fundamental - Anos finais, Ensino Médio e EJA da Rede

Estadual de Ensino de Minas Gerais.

4.2- Os Núcleos de Pesquisa não podem ser constituídos exclusivamente por estudantes do 3º ano do Ensino Médio e etapas correspondentes da EJA.

4.3- Escolas de ensino Fundamental Anos Finais não poderão constituir Núcleos de Pesquisa exclusivamente com estudantes pesquisadores do 9º ano.

4.4- A participação dos estudantes no projeto de pesquisa é voluntária.

5. Áreas de Conhecimento e Eixos de Pesquisa

5.1. Os projetos de Iniciação Científica a serem desenvolvidos deverão versar sobre uma das 4 (quatro) áreas do conhecimento, a saber:

5.1.1- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;

5.1.2- Matemática e suas Tecnologias;

5.1.3- Ciências da Natureza e suas Tecnologias;

5.1.4- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

5.2. O projeto deverá, ainda, se organizar em um dos eixos:

5.2.1- Territórios de Iniciação Científica (TIC):

5.2.1.1- Ciência e Tecnologia;

5.2.1.2- Políticas Públicas;

5.2.1.3- Tecnologia e Inovação;

5.2.1.4- Agricultura com bases ecológicas;

5.2.1.5- Educação e o Mundo do Trabalho;

5.2.1.6- Meio ambiente e Sustentabilidade/Socioambiental;

5.2.1.7- Diversidade e inclusão;

5.2.1.8- Economia e desenvolvimento social;

5.2.1.9- Cidadania e Direitos Humanos;

5.2.1.10- Juventudes;

5.2.1.11- Matemática e artes visuais;

5.2.1.12- Direito das mulheres;

5.2.1.13- Cidadania e Cultura Digital;

5.2.1.14- Manifestações culturais urbanas, rurais e rururbanas;

5.2.1.15- Memória e patrimônio cultural;

5.2.1.16- Pobreza e desigualdade social;

5.2.1.17- Manifestações culturais, sociais e científicas de comunidades e povos tradicionais

5.2.1.18- Produção cultural e artística;

5.2.1.19- Educação e Saúde;

5.2.1.20- Violências;

5.2.1.21- Cultura de paz e convivência democrática;

5.2.1.22- Gênero e Diversidade;

5.2.1.23- Empreendedorismo e Mundo do Trabalho.

5.2.2- Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS): Cultura, história, trajetórias político-sociais e científicas dos povos africanos, afro-brasileiros e diáspora, em uma das vertentes:

5.2.2.1- Cultura, memória, corporeidade e ancestralidade;

5.2.2.2- Construção e fortalecimento das identidades afrodescendentes na contemporaneidade;

5.2.2.3- Participação social, comunitária e política de combate ao racismo e à discriminação social;

5.2.2.4- Africanidades, Ciências, Engenharias e Tecnologias;

5.2.2.5- Memória e patrimônio cultural;

5.2.2.6- Manifestações culturais, sociais e científicas de comunidades e povos tradicionais e originários.

6. Produtos da pesquisa

- 6.1- O Núcleo de Pesquisa deverá apresentar os resultados da pesquisa para a comunidade escolar e/ou em seminários ofertados pela SRE e/ou SEE.
- 6.2- O Núcleo de Pesquisa deverá entregar, no último semestre do desenvolvimento do projeto, um Relato de Experiência e/ou Artigo Científico apresentando os resultados da pesquisa desenvolvida.
- 6.3- O Núcleo de Pesquisa poderá apresentar e divulgar o projeto de pesquisa em seminários, feiras de iniciação científica etc.

7. Atribuições dos Estudantes Pesquisadores

- 7.1- Os estudantes pesquisadores são responsáveis pela elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa;
- 7.2- Apresentar os resultados da pesquisa para a comunidade escolar e/ou em seminários ofertados pela SRE e/ou SEE;
- 7.3- Elaborar um Relato de Experiência e/ou Artigo Científico apresentando os resultados da pesquisa desenvolvida.

8. Atribuições dos professores orientadores

- 8.1- Cumprir os prazos estabelecidos em cronograma e definições do Núcleo Gestor do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) da SEE/MG;
- 8.2- Seguir as orientações encaminhadas pelo Núcleo Gestor da SEE/MG;
- 8.3- Coordenar o desenvolvimento das atividades do Núcleo de Pesquisa;
- 8.4- Orientar os estudantes pesquisadores na elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa;
- 8.5- Participar de, no mínimo, duas reuniões mensais organizadas pelo professor tutor;
- 8.6- Entregar relatórios mensais referentes ao desenvolvimento do projeto de pesquisa;
- 8.7- Apresentar, nas reuniões mensais com o professor tutor, informações sobre o desenvolvimento das atividades do Núcleo de Pesquisa, e quando solicitado, para a coordenação pedagógica, direção da escola, Superintendência Regional de Ensino (SRE) e Unidade Central da SEE/MG;
- 8.8- O descumprimento das competências elencadas acarretará o desligamento do professor da orientação do Núcleo de Pesquisa do ICEB.

9. Da Carga horária obrigatória para o desenvolvimento das atividades

- 9.1- A carga horária semanal obrigatória voltada às atividades de orientação das pesquisas será de 05 (oito) horas/aulas, sendo realizadas no contraturno.
- 9.2- A distribuição da carga horária ao longo da semana deverá ser organizada de forma que não comprometa as demais atividades docentes do professor orientador, contemplando momentos individuais de orientação com os estudantes pesquisadores, mas obrigatoriamente reservando momentos coletivos, em que todos os estudantes pesquisadores estejam junto ao professor orientador.
- 9.3- A carga horária obrigatória poderá contemplar também atividades orientadas de visita a campo, a depender da natureza e da fase dos projetos, mediante o conhecimento e autorização da direção da escola e dos responsáveis legais pelos estudantes.
- 9.4- Parte da carga horária deverá ser utilizada para contato entre o professor orientador e o professor tutor, incluindo obrigatoriamente reuniões periódicas por videoconferência. O professor orientador deverá apresentar as informações que vierem a ser solicitadas pelo professor tutor, coordenação pedagógica, direção da escola, SRE e Unidade Central da SEE/MG.
- 9.5- Os estudantes pesquisadores, conforme sua disponibilidade, de comum acordo com a escola e tendo a anuência do responsável legal – nos casos dos estudantes

menores de idade, poderão dedicar quantas horas a mais julgarem necessárias, no contraturno, para o desenvolvimento de atividades voltadas à sua pesquisa.

10. Da remuneração do professor orientador

10.1- Os professores serão remunerados para a atividade de orientação de pesquisa, por meio da extensão de carga horária, não havendo, além dessa, nenhuma outra forma de pagamento, concessão de bolsa ou qualquer benefício.

10.2- A extensão de carga horária será concedida ao professor orientador, a cada ano letivo, em conformidade com o calendário escolar vigente, na sua escola de lotação.

10.3- O servidor ocupante de dois cargos de professor somente poderá assumir extensão de carga horária se, no total, o número de aulas semanais não exceder a 32 (trinta e duas), excluídas desse limite as aulas obrigatórias por exigência curricular. A extensão de carga horária seguirá o disposto na Resolução vigente.

10.4- A desistência do professor, quando ocorrer, abrangerá a totalidade das aulas assumidas como extensão de carga horária, seguindo a Resolução vigente.

11. Vagas

11.1- Serão destinadas vagas para 400 (quatrocentos) núcleos de pesquisa. Poderão ser aprovados até 02 núcleos por escolas, desde que estejam em temáticas e vertentes diferentes, a serem selecionadas conforme as regras deste Edital.

11.2- O número de vagas destinado a cada SRE se encontra disponível no ANEXO I e considera o quantitativo de escolas com Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio em cada SRE.

11.3- Os projetos serão selecionados, por ordem de classificação, de acordo com os critérios estabelecidos nos itens 17 e 18 deste Edital.

11.3.1- Na hipótese de o conjunto de escolas de uma mesma SRE não atender aos pré-requisitos e critérios de seleção deste Edital, as vagas poderão ser redistribuídas para escolas de outras Superintendências Regionais de Ensino, sempre com a observância dos critérios de classificação previstos neste Edital.

12. Processo Seletivo

12.1- O Processo de Seleção dos projetos compreenderá três etapas:

12.1.1- 1ª Etapa: mobilização da escola, elaboração dos projetos de pesquisa pelos estudantes e professores, validação pela Gestão Escolar, conforme ANEXO III. A Gestão Escolar deverá submeter o (os) projetos da sua escola à Superintendência Regional de Ensino a qual está vinculada, por meio do formulário eletrônico, disponível no item 14.1, no período determinado no item 19 - CRONOGRAMA.

12.1.2- 2ª Etapa: análise e pré-seleção pela Superintendência Regional de Ensino de projetos inscritos na 1ª etapa, considerando os critérios eliminatórios e classificatórios, descritos nos itens 16 e 17, respectivamente, e o envio ao Núcleo Gestor da Unidade Central da SEE/MG. Cada Superintendência Regional de Ensino deverá encaminhar o quantitativo de projetos indicado no ANEXO II, por meio de formulário eletrônico.

12.1.3- 3ª Etapa: análise e seleção final dos projetos por banca avaliadora constituída pela Equipe da SEE/MG, considerando os critérios classificatórios descritos no item 17 e a distribuição de vagas, conforme especificado no ANEXO I.

13. Pré-requisitos

13.1- Pré-requisitos para a inscrição de projetos de pesquisa no Processo de Seleção

13.1.1- O tema do projeto de pesquisa deve possuir relevância para a comunidade escolar.

13.1.2- A pesquisa deve ser de autoria do Núcleo de Pesquisa - Estudantes Pesquisadores e Professor Orientador.

13.1.3- O tema abordado no projeto de pesquisa deve estar em diálogo com o Projeto

Político Pedagógico da escola.

13.1.4- O projeto de pesquisa deve apresentar viabilidade de execução no tempo previsto neste edital e estar em consonância com a realidade administrativa, estrutural, orçamentária da escola.

13.2- Pré-requisitos para o estudante pesquisador participar dos projetos de pesquisa

13.2.1- Estar regularmente matriculado e frequente no 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, no 3º e 4º períodos da EJA Ensino Fundamental ou EJA Ensino Médio, na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

13.2.2- Possuir disponibilidade de, no mínimo, cinco horas semanais para atuar no Projeto.

13.2.3- Ter interesse em pesquisar uma situação-problema que seja de relevância para a comunidade escolar.

13.3- Pré-requisitos para o professor orientador

13.3.1- Ser professor efetivo, regente de aulas, com atuação no Ensino fundamental - Anos Finais e/ou Ensino Médio regular e/ou Educação de Jovens e Adultos - EJA, sem previsão de férias-prêmio, mudança de lotação e/ou Licença para Tratar de Interesses Particulares (LIP).

13.3.2- Ter disponibilidade para extensão de carga horária de 05 (cinco) horas/aulas semanais, sem prejuízo do cumprimento das horas de Módulos I e II, atestada pelo professor, conforme ANEXO III.

13.3.3- Ter interesse em orientar a pesquisa de uma situação-problema que seja de relevância para a comunidade escolar.

13.3.4- Ter conhecimentos básicos de informática e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

14. Inscrições dos projetos

14.1- O professor orientador e os estudantes pesquisadores, interessados em compor um Núcleo de Pesquisa deverão elaborar o projeto e apresentá-lo à Gestão Escolar que selecionará até 2 (dois) projetos da escola, e posteriormente os enviará, no ato da inscrição, por meio do formulário online, disponível no link:

<<https://forms.gle/ppJfdtWNFxKKGQCu9>>. Os dados solicitados no momento da inscrição constam no item 15 deste Edital.

14.2- As inscrições permanecerão abertas durante o período constante no Cronograma descrito no item 19 deste Edital, podendo ser prorrogadas a critério da Unidade Central da SEE/MG.

14.3- Em caso de alterações no prazo, a mudança será comunicada no site da SEE/MG: www.educacao.mg.gov.br

15. Informações solicitadas no ato da inscrição

15.1- No ato da inscrição online, o Gestor Escolar deverá registrar os seguintes dados:

15.1.1- Dados da escola: SRE, nome completo, código e município. Termo de anuência da Diretoria da Escola para o desenvolvimento da pesquisa, conforme ANEXO IV;

15.1.2- Dados do Professor Orientador: nome completo do candidato; data de nascimento; raça/cor, número de MaSP; tempo de exercício do candidato na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais; endereço eletrônico (e-mail institucional do professor orientador); telefone com código de área;

15.1.3- A Declaração de Compromisso do Professor Orientador com o projeto de pesquisa deverá ser assinada, digitalizada e anexada no formulário online, conforme ANEXO V;

15.1.4- Dados dos estudantes pesquisadores: nome completo; ano que está cursando na Educação Básica no ano vigente; data de nascimento; raça/cor; endereço eletrônico

(e-mail) e telefone com código de área;

15.1.5- Dados do projeto: título da pesquisa; área de conhecimento; eixo temático; problema de pesquisa em formato de pergunta; justificativa; demonstração da relevância do projeto para a comunidade, pessoas/grupos que pretende atingir com o desenvolvimento da pesquisa, metodologia da pesquisa e cronograma, conforme anexo VI.

15.2- A equipe da SEE/MG poderá solicitar a comprovação das informações prestadas no ato da inscrição, por meio do envio de documentos, caso julgue necessário.

15.3- A escola deverá enviar cópia dos seguintes documentos digitalizados, em arquivo único, que não ultrapasse o tamanho de 100 MB, em formato de PDF, cujo nome deverá constar o número do edital, SRE e nome da escola (EDITAL Nº - SRE/NOME DA ESCOLA):

15.3.1- Projeto de pesquisa, conforme item 15.1.5., conforme modelo - anexo VI;

15.3.2- ANEXO III - Declaração do candidato para assumir a extensão de carga horária;

15.3.3- ANEXO IV - Termo de Anuência da Direção da Escola para Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa;

15.3.4- ANEXO V - Declaração de Compromisso do Professor Orientador com o Projeto de Pesquisa.

16. Critérios eliminatórios

16.1- Estarão automaticamente eliminados os projetos que:

16.1.1- Não atenderem aos pré-requisitos para participação nas ações do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), conforme item 13 deste Edital e seus subitens;

16.1.2- Apresentarem informações incompletas ou incorretas no formulário do item 14.1 deste Edital;

16.1.3- Não forem inscritos no período estabelecido neste Edital;

16.1.4- Contiveram informações inverídicas;

16.1.5- Apresentar projeto de pesquisa que não seja de autoria dos estudantes e professores da escola;

16.1.6- Apresentar proposição de pesquisa que não atenda aos eixos descritos no item 5 deste Edital.

17. Critérios classificatórios

17.1- A classificação dos projetos seguirá a faixa de pontuação constante no Quadro 01 e o barema no Quadro 02 deste Edital, adotada para a avaliação dos seguintes critérios:

17.1.1- Relevância do tema de pesquisa para a comunidade;

17.1.2 - Clareza e coesão do projeto, de acordo com o item 15.1.5;

17.1.3- Originalidade na elaboração da proposta.

QUADRO 01 - FAIXA DE PONTUAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS	
Critérios	Pontuação
a) Relevância do tema de pesquisa para a comunidade	20 pontos
b) Coerência e coesão do projeto, de acordo com os itens solicitados no formulário de inscrição	30 pontos
c) Originalidade na elaboração da proposta	30 pontos
d) Apresentar viabilidade de execução no tempo previsto neste edital e estar em consonância com a realidade administrativa, estrutural, orçamentária da escola	10 pontos
e) Participação da escola no Programa de Iniciação Científica (ICEB) no Ensino	05 pontos

Médio nos anos de 2017/2018 e/ou 2021/2022 em uma das ações: Territórios de Iniciação Científica (TIC) ou Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).	5 pontos para cada edição
--	---------------------------

QUADRO 02 - barema de avaliação dos projetos de pesquisa	
Critérios	Pontuação
Relevância do tema de pesquisa para a comunidade	0 a 20
O projeto de pesquisa apresenta objetivo(s) ou tema(s) relevante(s)?	
O projeto de pesquisa surgiu de uma vivência/necessidade dos estudantes?	
Coerência e coesão do projeto	0 a 30
O projeto de pesquisa apresenta título?	
O projeto de pesquisa apresenta um problema de pesquisa na forma de pergunta?	
O projeto de pesquisa está versado em alguma das quatro áreas de conhecimento?	
O projeto de pesquisa está organizado em uma temática de um dos eixos (TIC ou NUPEAAS)?	
A justificativa do projeto de pesquisa está bem escrita de forma a sintetizar claramente a proposta da pesquisa?	
Há citação de referências para fundamentar a justificativa do problema de pesquisa?	
Originalidade na elaboração da proposta	0 a 30
O projeto de pesquisa apresenta originalidade?	
O projeto de pesquisa apresenta objetivo(s) inovador(es)?	
O projeto de pesquisa (abordagem do projeto) apresentado é compatível com a escolaridade dos estudantes?	
Apresentar viabilidade de execução no tempo previsto neste Edital e estar em consonância com a realidade administrativa, estrutural e orçamentária da escola	0 a 10
O projeto expõe com clareza as fases de desenvolvimento da pesquisa?	
O projeto de pesquisa possui cronograma estruturado e bem definido para cada etapa de desenvolvimento?	
O projeto de pesquisa está condizente com a realidade administrativa/estrutural da escola?	
O projeto de pesquisa está em consonância com a realidade orçamentária da escola?	
Participação da escola no Projeto Iniciação Científica no Ensino Médio nos anos de 2017/2018 e/ou 2021/2022 em uma das ações: Territórios de Iniciação Científica (TIC) ou Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS).	0 a 10 (5 pontos para cada edição)
TOTAL	100

18. Critérios de desempate

18.1- Em caso de empate, seguirão os seguintes critérios para desempate, na ordem descrita a seguir:

18.1.1- 1º critério: maior pontuação no item de relevância do projeto para a comunidade;

18.1.2- 2º critério: maior pontuação no item de coerência e coesão do projeto;

18.1.3- 3º critério: participação da escola no Programa de Iniciação Científica no Ensino Médio em 2017/2018 ou 2021/2022 em uma das ações: Territórios de Iniciação Científica (TIC) ou Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da

Diáspora (NUPEAAS);

18.1.4- 4º critério: maior número de estudantes participantes no projeto de pesquisa;

18.1.5- 5º critério: maior tempo de exercício do candidato a professor orientador;

18.1.6- 6º critério: maior idade do candidato a professor orientador.

19. Cronograma

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRAZOS
Inscrição das propostas de pesquisa	Realização da inscrição dos projetos de pesquisa pelo Gestor Escolar	27/02 a 13/03/2023
Análise e pré-seleção pela Superintendência Regional de Ensino (SRE)	Cada Superintendência Regional de Ensino selecionará e encaminhará o quantitativo de projetos indicado no ANEXO II.	14/03 a 23/03/2023
Análise e seleção final pela Unidade Central da SEE/MG	A banca avaliadora da SEE/MG será responsável pela análise e seleção final dos 400 projetos que irão integrar as ações do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)	24/03 a 10/04/2023
Divulgação dos projetos selecionados	Divulgação da lista dos 400 projetos de pesquisa selecionados	11/04/2023
Recurso	Prazo para envio do recurso	12/04/2023
Análise de recurso	Análise do recurso	13 a 14/04/2023
Divulgação do resultado final	A SEE/MG divulgará no site a lista com a relação de projetos aprovados. Endereço: www.educacao.mg.gov.br	17/04/2023
Formação	Realização de formação e reunião de alinhamento do projeto com os professores orientadores, professores tutores, professores curadores e servidores referência da SRE	2ª quinzena de abril/2023
Início do desenvolvimento dos Projetos de pesquisas das escolas	Desenvolvimento das ações em conformidade com o cronograma e a metodologia previstos no projeto com duração de 20 meses, a contar da data de início.	02/05/2023
Envios de Relatórios	Produção e encaminhamento dos relatórios, conforme orientações do Núcleo Gestor da SEE/MG.	Mensal
Apresentação do projeto de pesquisa para a comunidade escolar	Apresentação do projeto de pesquisa para a comunidade escolar	a definir, em conjunto, com a escola
Apresentação sobre o projeto de pesquisa na escola	Apresentação do desenvolvimento da pesquisa e os resultados parciais, para a comunidade escolar	a definir, em conjunto, com a escola
Apresentação sobre o projeto de pesquisa na escola - Resultados Finais	Apresentação dos resultados da pesquisa para a comunidade escolar	a definir, em conjunto, com a escola
Apresentação dos Resultados Parciais dos Projetos de Pesquisa e troca de experiências	Apresentação dos projetos de pesquisa para professores orientadores, professores tutores, professores curadores, servidores referência da SRE e Núcleo Gestor da SEE/MG e troca de experiências	2º semestre/2023
Entrega dos Artigos	Entregar das produções conforme as	

Entrega de Artigo Científico e/ou Relato de Experiência	orientações que serão encaminhadas pelo Núcleo Gestor da SEE/MG com as instruções e normas técnicas	2º semestre/2024
Apresentação dos resultados finais Projetos de Pesquisa e troca de experiência no Seminário de Iniciação Científica	Apresentação dos resultados dos projetos de pesquisa e trocas de experiência no Seminário de Iniciação Científica	2º semestre/2024
Entrega do Relatório Final	Entrega do Relatório final	dezembro/2024

20. Recursos

20.1- Os estudantes e professores inscritos e não aprovados e que quiserem interpor recurso deverão fazê-lo no prazo descrito no Cronograma do item 19 deste Edital, enviando o recurso em, no máximo, uma lauda (formatação: Fonte: Arial, tamanho: 11, espaçamento entre linhas 1.5), para o endereço de e-mail: [<dnte.nucleodepesquisa@educacao.mg.gov.br>](mailto:dnte.nucleodepesquisa@educacao.mg.gov.br).

21. Disposições finais e transitórias

21.1- Os casos omissos ou situações não previstas neste Edital serão analisados e definidos pela equipe responsável pela ação na Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular da Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos 02 de fevereiro de 2023.

Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas

Secretário de Estado de Educação

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO E LINK PARA INSCRIÇÃO DAS ESCOLAS:

SRE	Vagas
SRE ALMENARA	7
SRE ARAÇUAÍ	15
SRE BARBACENA	10
SRE CAMPO BELO	7
SRE CARANGOLA	6
SRE CARATINGA	9
SRE CAXAMBU	4
SRE CONSELHEIRO LAFAIETE	6
SRE CORONEL FABRICIANO	5
SRE CURVELO	3
SRE DIAMANTINA	7
SRE DIVINÓPOLIS	12
SRE GOVERNADOR VALADARES	14
SRE GUANHÃES	7

SRE ITAJUBÁ	6
SRE ITUIUTABA	4
SRE JANAÚBA	15
SRE JANUÁRIA	23
SRE JUIZ DE FORA	12
SRE LEOPOLDINA	4
SRE MANHUAÇU	8
SRE METROPOLITANA A	11
SRE METROPOLITANA B	19
SRE METROPOLITANA C	16
SRE MONTE CARMELO	4
SRE MONTES CLAROS	26
SRE MURIAÉ	4
SRE NOVA ERA	5
SRE OURO PRETO	4
SRE PARÁ DE MINAS	7
SRE PARACATU	6
SRE PASSOS	6
SRE PATOS DE MINAS	5
SRE PATROCÍNIO	3
SRE PIRAPORA	3
SRE POÇOS DE CALDAS	6
SRE PONTE NOVA	10
SRE POUSO ALEGRE	6
SRE SÃO JOÃO DEL REI	7
SRE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	3
SRE SETE LAGOAS	8
SRE TEÓFILO OTONI	11
SRE UBÁ	8
SRE UBERABA	10
SRE UBERLÂNDIA	10
SRE UNAÍ	5
SRE VARGINHA	14
TOTAL	400

Senhor(a) candidato(a), caso necessite identificar a qual SRE pertence a escola de seu exercício, acesse: <<https://www2.educacao.mg.gov.br/mapa-do-site/parceiro/lista-de-escolas>>

ANEXO II
QUANTITATIVO DE PROJETOS A SEREM PRÉ-SELECIONADOS PELAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO E ENCAMINHADOS À UNIDADE CENTRAL DA SEE/MG

SRE	Nº total de projetos submetidos pela SRE à Unidade Central da SEE/MG, sendo que 50% deverão ser do Eixo TICs e 50% do Eixo NUPEAAS.
-----	---

SRE ALMENARA	10
SRE ARAÇUAÍ	22
SRE BARBACENA	15
SRE CAMPO BELO	10
SRE CARANGOLA	9
SRE CARATINGA	13
SRE CAXAMBU	6
SRE CONSELHEIRO LAFAIETE	9
SRE CORONEL FABRICIANO	7
SRE CURVELO	5
SRE DIAMANTINA	11
SRE DIVINÓPOLIS	17
SRE GOVERNADOR VALADARES	21
SRE GUANHÃES	10
SRE ITAJUBÁ	9
SRE ITUIUTABA	6
SRE JANAÚBA	22
SRE JANUÁRIA	35
SRE JUIZ DE FORA	19
SRE LEOPOLDINA	6
SRE MANHUAÇU	12
SRE METROPOLITANA A	16
SRE METROPOLITANA B	28
SRE METROPOLITANA C	24
SRE MONTE CARMELO	6
SRE MONTES CLAROS	39
SRE MURIAÉ	6
SRE NOVA ERA	8
SRE OURO PRETO	6
SRE PARÁ DE MINAS	11
SRE PARACATU	9
SRE PASSOS	9
SRE PATOS DE MINAS	7
SRE PATROCÍNIO	5
SRE PIRAPORA	4
SRE POÇOS DE CALDAS	9
SRE PONTE NOVA	15
SRE POUSO ALEGRE	8
SRE SÃO JOÃO DEL REI	10
SRE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	5
SRE SETE LAGOAS	12
SRE TEÓFILO OTONI	17
SRE UBÁ	11
SRE UBERABA	15

SRE UBERLÂNDIA	15
SRE UNAÍ	8
SRE VARGINHA	21

ANEXO III

DECLARAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A) PARA ASSUMIR A EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA

Declaro, para a finalidade de participar do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais que eu:

MaSP: _____, sou professor(a) efetivo(a) na Escola
 Estadual: _____
 , Município: _____, SRE _____
 e possuo disponibilidade para assumir as
 atividades do Programa, por meio de extensão de carga horária de 08 horas/aula
 semanais, em conformidade com a Resolução vigente.

 Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO IV

TERMO DE ANUÊNCIA DA DIREÇÃO DA ESCOLA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA

Declaro para a finalidade de participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais que eu:

Masp: _____, Diretor(a) da Escola
 Estadual: _____,
 Município: _____, SRE _____
 estou de acordo e me comprometo a apoiar o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa
 pelos estudantes pesquisadores e professor orientador desta escola. Declaro, ainda, que o
 projeto submetido a este Edital está em consonância com o Projeto Político Pedagógico da
 Escola.

 Assinatura e Carimbo
 Diretor/a da Escola

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR(A) ORIENTADOR COM O PROJETO DE PESQUISA

Declaro, para a finalidade de participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, que eu,

MaSP: _____, Município: _____, Escola Estadual: _____,
 comprometo-me a assumir a orientação do
 Projeto de pesquisa, durante todo o período de vigência do mesmo, seguindo os critérios e
 prazos estabelecidos pela SEE/MG.
 O descumprimento das atividades previstas no referido Edital (inclusive ANEXO), poderá
 implicar a substituição do Professor Orientador.
 Declaro, ainda, ter ciência que o Projeto apresentado é de autoria do Núcleo de Pesquisa da
 Escola, composto pelo Professor Orientador e pelos Estudantes Pesquisadores e que,

porventura, caso ocorra o meu desligamento do Programa o Projeto de Pesquisa da escola continuará a ser desenvolvido, sem nenhum prejuízo, com a orientação de outro professor(a) da escola.

Assinatura do(a) candidato(a) a Professor Orientador



Documento assinado eletronicamente por **Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas, Secretário(a) de Estado**, em 02/02/2023, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60115481** e o código CRC **9F16831D**.

Referência: Processo nº 1260.01.0004418/2023-97

SEI nº 60115481

ANEXO B - Edital de Seleção de Professores Curadores do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SEE SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Gabinete

Processo SEI nº 1260.01.0004418/2023-97

EDITAL SEE Nº 3, DE 27 DE JANEIRO DE 2023.

SELEÇÃO DE PROFESSORES EFETIVOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO PARA ATUAR COMO CURADORES DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (ICEB)

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) torna público o presente Edital de Abertura das inscrições, no período de 02/02/2023 a 12/02/2023, para o Processo de Seleção de Professores Efetivos da Rede Estadual de Ensino para atuar como curadores do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica, conforme Resolução SEE nº 4725, de 03 de maio de 2022. Esse Programa é uma iniciativa da SEE/MG, organizada pela Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular (CTETC), que integra a Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais (DMTE), da Superintendência de Políticas Pedagógicas/Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Para participar do processo de seleção, os interessados deverão observar as regras constantes neste Edital, a ser divulgado em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

1. FINALIDADES E OBJETIVOS

1.1. DA PROPOSTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

1.1.1 A proposta de Iniciação Científica para a Educação Básica visa fomentar o protagonismo juvenil e o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à pesquisa, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e nos Currículos Referência de Minas Gerais. Por meio da formação de núcleos de pesquisa e de investigação científica, compostos por estudantes e professores das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, a proposta pretende contribuir para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, corroborando para a progressão na trajetória escolar dos estudantes, a continuidade dos estudos e o ingresso dos jovens no Ensino Superior.

1.2. DO PROCESSO SELETIVO

1.2.1 O presente Edital tem por finalidade a seleção de professores do quadro efetivo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais para atuar nas atividades do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), em conjunto ao Núcleo Gestor da SEE/MG, composto por servidores da Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular (CTETC/DMTE), observando cronogramas, orientações e atribuições.

2. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1. VIGÊNCIA DO EDITAL

2.1.1 O período de vigência deste edital é de 20 (vinte) meses corridos, a contar da data de sua publicação.

2.2. PERÍODO DE VIGÊNCIA DA CURADORIA

2.2.1 O período de vigência da Curadoria do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) será de março de 2023 a dezembro de 2024.

2.3. PÚBLICO-ALVO

2.3.1 Serão selecionados professores efetivos da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais que participarão do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) e atuarão como curadores, conforme as regras descritas neste Edital.

2.4. REMUNERAÇÃO

2.4.1 Os professores curadores serão selecionados a partir das regras descritas neste Edital, sendo remunerados, por meio de extensão de carga horária, não havendo, além dessa, nenhuma outra forma de pagamento, concessão de bolsa ou qualquer benefício.

2.4.2 A extensão de carga horária será concedida ao Professor Curador, a cada ano letivo, em conformidade com o calendário escolar vigente, na sua escola de lotação.

2.5. DA CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

2.5.1. A carga horária obrigatória voltada às atividades de curadoria será 08 (oito) horas/aulas semanais, devendo ser realizada no contraturno;

2.5.2. A distribuição da carga horária ao longo da semana deverá ser organizada de forma que não comprometa as demais atividades docentes e de acordo com a definição do Núcleo Gestor do ICEB;

2.5.3. A carga horária obrigatória será cumprida, a distância, com momentos síncronos, contemplando a participação em reuniões e encontros, conforme definições do Núcleo Gestor da SEE/MG.

2.6. DO EXERCÍCIO

2.6.1 O período de exercício poderá ter duração de até 21 meses, a contar de março de 2023, quando terá início às atividades dos Professores Curadores no Programa

de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), conforme orientação do Núcleo Gestor da SEE/MG.

2.6.2 No período que compreende o término do ano letivo de 2023 e o início do ano letivo de 2024 não haverá desenvolvimento de atividades do Programa.

2.7. DAS ATRIBUIÇÕES

2.7.1. São atribuições do Professor Curador:

- a) Cumprir os prazos estabelecidos em cronograma e definições do Núcleo Gestor da SEE/MG;
- b) Constituir banca avaliadora dos Projetos de Pesquisas das escolas e de seleção dos professores tutores;
- c) Planejar e acompanhar a formação sobre pesquisa, metodologias e escrita científica para os professores orientadores;
- d) Acompanhar os relatórios dos Núcleos de Pesquisas das escolas;
- e) Apoiar e orientar os professores tutores no acompanhamento das atividades nas escolas;
- f) Orientar os Núcleos de Pesquisa sobre as questões de Ética e Segurança em Pesquisa;
- g) Colaborar com o planejamento e execução do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica, juntamente com o Núcleo Gestor da SEE/MG;
- h) Elaborar orientações, formações e guias, entre outros, conforme orientação e demanda do Núcleo Gestor da SEE/MG;
- i) Participar de reuniões com o Núcleo Gestor da SEE/MG e com os Professores Tutores;
- j) Entregar relatórios mensais e final referentes à sua participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica;
- k) O cumprimento das atribuições elencadas de forma intempestiva acarretará no desligamento do professor da curadoria do Programa.

3. DAS VAGAS

3.1. Serão destinadas 12 (doze) vagas para curadoria, sendo três vagas para cada área de conhecimento, a saber:

- a) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;
- b) Matemática e suas Tecnologias;
- c) Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- d) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1. PRÉ-REQUISITOS PARA O PROFESSOR CURADOR

4.1.1. Ser professor efetivo, regente de aulas, com atuação no Ensino Fundamental - Anos Finais, Ensino Médio regular ou Educação de Jovens e Adultos - EJA, sem previsão de férias-prêmio, mudança de lotação e/ou Licença para Tratar de

Interesses Particulares (LIP);

4.1.2. Ter disponibilidade para extensão de **carga horária de 08 (oito) horas/aulas semanais**, sem prejuízo do cumprimento das horas de Atividades Extraclasse, atestada pelo professor, conforme ANEXO II.

4.1.3. Possuir pós-graduação *Stricto Sensu* concluída em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;

4.1.4. Ter interesse em participar da organização e acompanhamento do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), em conjunto com o Núcleo Gestor da SEE/MG, tendo em vista a relevância pedagógica e social para a comunidade escolar.

4.1.5. O servidor ocupante de dois cargos de professor somente poderá assumir extensão de carga horária se, no total, o número de aulas semanais não exceder a 32 (trinta e duas), excluídas desse limite as aulas obrigatórias por exigência curricular. A extensão de carga horária seguirá o disposto na Resolução vigente.

4.1.6. Não será permitido o acúmulo das funções de curadoria, tutoria e orientação no âmbito do Programa ICEB.

4.2. DAS INSCRIÇÕES

4.2.1 A inscrição dos candidatos será gratuita, por meio do formulário *online* disponível no link: <<https://forms.gle/q2vMkNuAkWbYFYZb6>>. Os dados solicitados no momento da inscrição constam no item 4.2.1 deste Edital.

4.2.2 As inscrições permanecerão abertas durante o período constante no Cronograma descrito no item 5 deste Edital, podendo ser prorrogadas a critério da Unidade Central da SEE/MG.

4.2.3 Em caso de alterações no prazo, a mudança será comunicada no site da SEE/MG: <www.educacao.mg.gov.br>.

4.2.4 A SEE/MG se reserva o direito de constituir cadastro de reserva de até 08 professores excedentes para cada área de conhecimento, para eventuais substituições ao longo da execução do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB).

4.2.1. INFORMAÇÕES SOLICITADAS NO ATO DA INSCRIÇÃO

4.2.1.1 No ato da inscrição *online*, o candidato deverá registrar os seguintes dados:

4.2.1.1.1 Dados do Professor: Nome completo; data de nascimento; número do Documento de Identidade; número do CPF; número de MaSP; endereço eletrônico (*e-mail* institucional do professor); telefone com código de área; formações acadêmicas; experiências profissionais;

4.2.1.1.2 Dados da Escola Estadual: SRE; nome completo, código e município;

4.2.1.1.3 Carta de Interesse de até 01 lauda (formatação: Fonte: Arial, tamanho: 11, espaçamento entre linhas 1.5).

4.2.1.2. O candidato deverá enviar cópia dos seguintes documentos digitalizados, em arquivo único, que não ultrapasse o tamanho de 100 MB, em formato de PDF, cujo nome deverá constar o número do edital e nome completo do candidato (EDITAL Nº/2023 - NOME COMPLETO DO CANDIDATO):

4.2.1.2.1 Diploma/Certificado/Declaração de conclusão de curso de Pós-

graduação *Stricto Sensu*;

4.2.1.2.2 Anexo I - Declaração de compromisso do candidato com o Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB);

4.2.1.2.3 Anexo II - Declaração do candidato para assumir a extensão de carga horária;

4.2.1.2.4 Carta de Interesse;

4.2.1.2.5 Documentos que comprovem as formações complementares, conforme Quadro 01 do Edital, se houver;

4.2.1.2.6 Documentos que comprovem as experiências profissionais, conforme Quadro 01 do Edital, se houver.

4.2.1.3 A “Declaração de compromisso do candidato com o Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)” e a “Declaração do candidato para assumir a extensão de carga horária”, deverão ser, devidamente, assinadas pelo candidato, digitalizadas e anexadas no formulário *online*. Os modelos estão disponíveis nos Anexos I e II, respectivamente;

4.2.1.4 A SEE/MG poderá solicitar a comprovação das informações complementares, prestadas no ato da inscrição do candidato, caso julgue necessário.

4.3. DOS CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS

4.3.1 Estarão automaticamente eliminados os candidatos que:

4.3.1.1 não atenderem aos pré-requisitos para participação nas ações do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), conforme item 4.1. deste Edital e seus subitens;

4.3.1.2. preencherem de forma incompleta ou incorreta o formulário;

4.3.1.3. não apresentarem a documentação requerida no item 4.2.1 deste Edital;

4.3.1.4. não efetivarem sua inscrição no período estabelecido neste Edital;

4.3.1.5. fornecerem informações inverídicas.

4.4. DOS CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS

4.4.1. Análise Curricular, de acordo com a pontuação disposta, no Quadro 01 deste Edital, adotada para a avaliação dos seguintes critérios:

4.4.1.1. Experiência em tutoria, curadoria e/ou orientação de projetos de pesquisa científica;

4.4.1.2. Participação em projetos de pesquisa científica;

4.4.1.3. Formações complementares (cursos livres, formações continuadas, cursos de atualização, especializações, entre outros) em temas relacionados à pesquisa científica;

4.4.1.4. Participação como professor Curador do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) na edição 2021/2022;

4.4.1.5. Formação *Stricto Sensu* na área de Ensino/Educação.

4.4.2. Análise de Carta de Interesse, de acordo com a pontuação disposta no Quadro 01 deste Edital, adotada para a avaliação dos seguintes critérios:

4.4.2.1. Motivação e relevância para participação;

4.4.2.1. Adequação do texto à norma culta.

QUADRO 01 - FAIXA DE PONTUAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS		
CrITÉrios	Comprovação	Pontuação
Análise de Currículo		
a) Experiência em tutoria, curadoria e/ou orientação de projetos de pesquisa científica	Declaração, emitida por instituições legalmente constituídas, que comprove a atuação do candidato.	5 pontos por ano, até o máximo de 25 pontos
b) Participação em projetos de pesquisa científica	Declaração, emitida por instituições legalmente constituídas, que comprove participação.	5 pontos por ano, até o máximo de 25 pontos
c) Formações complementares (cursos livres, formações continuadas, cursos de atualização, especialização, entre outros) em temas relacionados à pesquisa científica	Certificado ou Declaração, emitida por instituições legalmente constituídas, que comprove a conclusão do curso.	02 pontos a cada 60 horas comprovadas com certificados de carga horária de, no mínimo, 10 horas, até o máximo de 10 pontos
d) Participação como professor Curador do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) na edição 2021/2022	Certificado/Declaração emitida pela SEE/MG.	10 pontos
e) Formação <i>Stricto Sensu</i> na área de Ensino/Educação	Certificado ou Declaração, emitida por instituições legalmente constituídas, que comprove a conclusão do curso.	5 pontos
Carta de Interesse		
f) Carta de Interesse: motivação e relevância para participação		15 pontos
g) Carta de Interesse: Adequação do texto à norma culta		10 pontos

4.5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

4.5.1 Em caso de empate entre os candidatos, serão priorizados os critérios, na ordem descrita a seguir:

4.5.1.1. Obter maior pontuação no item A do Quadro 01;

4.5.1.2. Ter maior titulação;

4.5.1.3. Obter maior pontuação na somatória dos itens E e F do Quadro 01;

4.5.1.4. Obter maior tempo de exercício como professor na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais;

4.5.1.5. Ter maior idade.

5. CRONOGRAMA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRAZOS
Inscrição	Inscrição dos candidatos às vagas de professores curadores, por meio do link: https://forms.gle/q2vMkNuAkWbYFYZb6	02 a 12/02/2023
Análise das inscrições	A banca avaliadora da SEE/MG será responsável pela análise, seleção e classificação dos 12 (doze) professores que atuarão como Curadores, bem como da formação do cadastro reserva.	13/02 a 24/02/2023
Divulgação dos selecionados	Divulgação da lista de selecionados e do cadastro reserva, em ordem de classificação.	27/02/2023
Recurso	Prazo para envio do recurso	28/02/2023
Análise de recurso	Análise do recurso	1 a 02/03/2023
Divulgação do resultado final	A SEE/MG divulgará a lista de selecionados no site: www.educacao.mg.gov.br	03/03/2023
Início das atividades do professor curador	Início das atividades do professor curador	06/03/2023
Desenvolvimento das atividades de Curadoria	Desenvolvimento das ações de curadoria em conformidade com as orientações e cronograma do Núcleo Gestor da SEE/MG.	março/2023 a dezembro/2024

6. DOS RECURSOS

6.1 Os professores inscritos, não aprovados e que quiserem interpor recurso

deverão fazê-lo no prazo descrito no Cronograma do item 5 deste Edital, enviando o recurso em, no máximo, uma lauda (formatação: Fonte: Arial, tamanho: 11, espaçamento entre linhas 1.5), devidamente identificado, com Nome completo do candidato, CPF, Masp, SRE, Escola e Município, para o endereço de e-mail: <dmte.nucleodepesquisa@educacao.mg.gov.br>.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

7.1. Os casos omissos ou situações não previstas neste Edital serão analisados e definidos pela equipe responsável na Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular, da Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos 27 de janeiro de 2023.

Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas
Secretário de Estado de Educação de Minas Gerais

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO(A) CANDIDATO(A) COM O PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (ICEB)

Declaro, para a finalidade de participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, que eu, _____,

MaSP: _____, SRE: _____, Escola Estadual: _____, Município: _____,

_____ comprometo-me a assumir a curadoria no Programa durante o período de março de 2023 a dezembro de 2024, conforme descrito no item 2.7 deste Edital, seguindo os critérios e prazos estabelecidos pela SEE/MG.

Declaro, ainda, ter ciência e estar de acordo com todas as disposições do referido Edital (inclusive ANEXO), entendendo que o não cumprimento das atividades previstas poderá implicar em meu desligamento do Programa ICEB.

Assinatura

Candidato(a) a Professor(a) Curador(a)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A) PARA ASSUMIR A EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA

Declaro, para a finalidade de participar do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, que eu:

MaSP: _____, sou professor(a) efetivo(a) na Escola

Estadual: _____,

Município: _____, SRE

_____ e possuo disponibilidade para assumir as atividades do Programa, por meio de extensão de carga horária de 08 horas/aula semanais, em conformidade com a Resolução vigente.

Assinatura

Candidato(a) a Professor(a) Curador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas, Secretário(a) de Estado**, em 27/01/2023, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59862081** e o código CRC **B65D705A**.

Referência: Processo nº 1260.01.0004418/2023-97

SEI nº 59862081

ANEXO C - Edital de seleção de professores tutores do programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)

15/02/2023 14:52

SEI/GOV/MG - 60781270 - Edital



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEE SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
 Gabinete

Processo SEI nº 1260.01.0004418/2023-97

EDITAL SEE Nº 06/2023

SELEÇÃO DE PROFESSORES EFETIVOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO PARA ATUAR COMO TUTORES DE PROJETOS DE PESQUISAS DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (ICEB)

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) torna público o presente Edital de Abertura das inscrições, no período de 17/02/2023 a 05/03/2023, para o processo de seleção de professores efetivos da Rede Estadual de Ensino, à composição de cadastro de reserva, para atuar como tutores dos Núcleos de Pesquisa do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica - ICEB, conforme Resolução SEE nº 4725, de 03 de maio de 2022.

1. FINALIDADES E OBJETIVOS

1.1. DA PROPOSTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

- 1.1.1. A proposta de Iniciação Científica para a Educação Básica visa fomentar o protagonismo juvenil e o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à pesquisa, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e nos Currículos Referência de Minas Gerais - CRMG, por meio da formação de núcleos de pesquisa e de investigação científica para o aprimoramento do processo de ensino aprendizagem, corroborando para a progressão na trajetória escolar dos estudantes e para o incentivo à continuidade dos estudos e o ingresso dos jovens ao Ensino Superior.
- 1.1.2. O Núcleo de Pesquisa é, conforme Resolução SEE Nº 4.725, de 03 de maio de 2022, o grupo de pesquisa da escola composto por um Professor Orientador e Estudantes Pesquisadores, responsáveis pela elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa de Iniciação Científica e pela divulgação de seus resultados para a comunidade escolar.
- 1.1.3. Para participar do processo de seleção, os interessados deverão observar as regras constantes neste Edital, a ser divulgado em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

1.2. DO PROCESSO SELETIVO

- 1.2.1. O presente Edital tem por finalidade a seleção de professores do quadro efetivo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais para atuar nas atividades de tutoria dos Núcleos de Pesquisa/Projetos, acompanhando as atividades dos Núcleos de Pesquisas das escolas da Rede Estadual de Ensino, observando cronogramas, orientações e atribuições.

2. VIGÊNCIA DO EDITAL

- 2.1. O período de vigência deste edital é de 20 (vinte) meses corridos, a contar da data de sua publicação.

3. PERÍODO DE VIGÊNCIA DA TUTORIA

- 3.1. O período de vigência da tutoria do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) será de abril de 2023 a dezembro de 2024.

4. PÚBLICO-ALVO

- 4.1. Serão selecionados professores efetivos, regentes de aulas, da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais que participarão do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) e atuarão como tutores, conforme as regras descritas neste Edital.

5. REMUNERAÇÃO

- 5.1. Os professores tutores selecionados serão remunerados para a atividade de tutoria, por meio de extensão de carga horária de 7 (sete) horas/aula semanais, não havendo, além dessa, nenhuma outra forma de pagamento, concessão de bolsa ou qualquer benefício.
- 5.2. A extensão de carga horária será concedida ao Professor Tutor, a cada ano letivo, em conformidade com o Calendário Escolar vigente, na sua escola de lotação.

6. DA CARGA HORÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

- 6.1. A carga horária obrigatória voltada às atividades de tutoria será de 07 (sete) horas/aula semanais, devendo ser realizada no contraturno;
- 6.2. A distribuição da carga horária ao longo da semana deverá ser organizada de forma que não comprometa as demais atividades docentes e de acordo com a definição do Núcleo Gestor do ICEB;
- 6.3. A carga horária obrigatória será cumprida à distância, com momentos síncronos, podendo contemplar a participação em reuniões e encontros, conforme definições do Núcleo Gestor da SEE/MG.
- 6.4. Parte da carga horária destinada à tutoria será utilizada para contato entre os Professores Tutores e o Núcleo Gestor da SEE/MG e parte será utilizada para contato do professor tutor com o Núcleo de Pesquisa nas escolas. O professor tutor deverá apresentar as informações que vierem a ser solicitadas pelo professor orientador dos Núcleos de Pesquisa, coordenação pedagógica, direção da escola e Superintendência Regional de Ensino - SRE da escola do núcleo tutorado e, ainda, pela Unidade Central da SEE/MG.

7. DO EXERCÍCIO

- 7.1. O período de exercício terá duração de até 20 (vinte) meses, a contar de abril de 2023, conforme orientação do Núcleo Gestor da SEE/MG.
- 7.2. No período que compreende o término do ano letivo de 2023 e o início do ano letivo de 2024 não haverá desenvolvimento de atividades do Programa.

8. ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR TUTOR:

- 8.1. Cumprir os prazos estabelecidos em cronograma e definições do Núcleo Gestor do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) da SEE/MG;
- 8.2. Acompanhar até 06 (seis) Núcleos de Pesquisa/Projetos;
- 8.3. Seguir as orientações encaminhadas pelo Núcleo Gestor do ICEB;
- 8.4. Realizar, no mínimo, duas reuniões mensais com os professores orientadores;
- 8.5. Participar das reuniões síncronas organizadas pelo Núcleo Gestor do ICEB;
- 8.6. Colaborar com as formações sobre pesquisa, metodologias e escrita científica, destinadas aos professores orientadores;
- 8.7. Contribuir para a elaboração de relatórios parciais e final de desenvolvimento das pesquisas nas escolas;
- 8.8. Apoiar e orientar os Núcleos de Pesquisas das escolas selecionadas;
- 8.9. Elaborar orientações e guias, entre outros, para os professores orientadores dos Núcleos de Pesquisas das escolas sob sua tutoria;
- 8.10. Orientar, acompanhar e validar os produtos de pesquisa (Relato de Experiência e/ou Artigo Científico) elaborados pelos Núcleos de Pesquisa das escolas;
- 8.11. Entregar relatórios mensais e final referentes à sua participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB);
- 8.12. O cumprimento das atribuições elencadas de forma intempestiva acarretará no desligamento do professor da tutoria do Programa.

9. ÁREAS DE CONHECIMENTO E EIXOS

- 9.1. O tutor poderá acompanhar projetos que versem sobre uma das 4 (quatro) áreas do conhecimento, a saber:
- 9.1.1. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;

https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=69366572&infra... 1/4

15/02/2023 14:52

SEI/GOV/MG - 60781270 - Edital

- 9.1.2. Matemática e suas Tecnologias;
 9.1.3. Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
 9.1.4. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
 9.2. O projeto deverá, ainda, se organizar em um dos eixos:
 9.2.1. Territórios de Iniciação Científica - TIC:
 9.2.1.1. Ciência e Tecnologia;
 9.2.1.2. Políticas Públicas;
 9.2.1.3. Tecnologia e Inovação;
 9.2.1.4. Agricultura com bases ecológicas;
 9.2.1.5. Educação e o Mundo do Trabalho;
 9.2.1.6. Meio ambiente e Sustentabilidade/Socioambiental;
 9.2.1.7. Diversidade e Inclusão;
 9.2.1.8. Economia e desenvolvimento social;
 9.2.1.9. Cidadania e Direitos Humanos;
 9.2.1.10. Juventudes;
 9.2.1.11. Matemática e artes visuais;
 9.2.1.12. Direito das mulheres;
 9.2.1.13. Cidadania e Cultura Digital;
 9.2.1.14. Manifestações culturais urbanas, rurais e rururbanas;
 9.2.1.15. Memória e patrimônio cultural;
 9.2.1.16. Pobreza e desigualdade social;
 9.2.1.17. Manifestações culturais, sociais e científicas de comunidades e povos tradicionais;
 9.2.1.18. Produção cultural e artística;
 9.2.1.19. Educação e Saúde;
 9.2.1.20. Violências;
 9.2.1.21. Cultura de paz e convivência democrática;
 9.2.1.22. Gênero e Diversidade;
 9.2.1.23. Empreendedorismo e mundo do trabalho;
 9.2.2. Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora (NUPEAAS): Cultura, história, trajetórias político-sociais e científicas dos povos africanos, afro-brasileiros e diáspora, em uma das vertentes:
 9.2.2.1. Cultura, memória, corporeidade e ancestralidade;
 9.2.2.2. Construção e fortalecimento das identidades afrodescendentes na contemporaneidade;
 9.2.2.3. Participação social, comunitária e política de combate ao racismo e à discriminação social;
 9.2.2.4. Africanidades, Ciências, Engenharias e Tecnologias;
 9.2.2.5. Memória e patrimônio cultural;
 9.2.2.6. Manifestações culturais, sociais e científicas de comunidades e povos tradicionais e originários.
10. DAS VAGAS
 10.1. A classificação dos candidatos será por área de conhecimento. A convocação dos candidatos selecionados ocorrerá em conformidade com o total de projetos selecionados por meio do Edital SEE Nº 4/2023.
 10.2. Serão convocados 100 (cem) Professores Tutores que atuarão no acompanhamento das atividades de até 06 (seis) Núcleos de Pesquisa/Projetos, a serem definidos e organizados pelo Núcleo Gestor do ICEB, por área de conhecimento.
 10.3. Em caso de não haver projeto selecionado em alguma área do conhecimento, não serão convocados professores da respectiva área.
 10.4. A utilização do cadastro de reserva obedecerá a ordem de classificação final da seleção de projetos, conforme Edital SEE Nº 4/2023.
 10.5. A classificação no Processo de Seleção, para fins de preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, não gera para o candidato o direito ao exercício imediato no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica.
 10.6. A distribuição dos projetos, por tutor, ocorrerá em momento posterior à seleção dos Núcleos de Pesquisa e seguirá, preferencialmente, mas não exclusivamente, de acordo com a formação ou afinidade entre o tutor selecionado e os eixos de pesquisa dos projetos dos Núcleos de Pesquisa das Escolas. Essa organização será feita pelo Núcleo Gestor da SEE/MG e comunicada por e-mail aos participantes.
 10.7. Poderá ocorrer remanejamento de projetos entre as áreas de conhecimento, se necessário, conforme orientação do Núcleo Gestor da SEE/MG.
 10.8. Ao longo da execução do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), a SEE utilizará a lista de classificação para as substituições que se fizerem necessárias.
11. PRÉ-REQUISITOS PARA PROFESSOR TUTOR
 11.1. Ser professor efetivo, regente de aulas, com atuação no Ensino Fundamental - Anos Finais, Ensino Médio regular ou Educação de Jovens e Adultos - EJA, sem previsão de férias-prêmio, mudança de lotação e/ou Licença para Tratar de Interesses Particulares (LIP) no período de vigência do Edital;
 11.2. Ter disponibilidade para extensão de carga horária de 07 (sete) horas/aulas semanais, sem prejuízo do cumprimento das horas de Módulos I e II, atestada pelo professor, conforme ANEXO II.
 11.3. Possuir pós-graduação Stricto Sensu concluída em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;
 11.4. Ter interesse em participar do Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) na condição de tutor, acompanhando e orientando as atividades dos Núcleos de Pesquisa das Escolas, tendo em vista a relevância pedagógica e social para a comunidade escolar.
 11.5. O servidor ocupante de dois cargos de professor somente poderá assumir extensão de carga horária se, no total, o número de aulas semanais não exceder a 32 (trinta e duas), excluídas desse limite as aulas obrigatórias por exigência curricular. A extensão de carga horária seguirá o disposto na Resolução vigente.
 11.6. Não será permitido o acúmulo das funções de curadoria, tutoria e orientação no âmbito do Programa ICEB.
12. DAS INSCRIÇÕES
 12.1. A inscrição dos candidatos será gratuita, por meio do formulário de inscrição online, disponível no link: <<https://forms.gle/TAxM8XastzNbfw8Y9>>. Os dados solicitados no momento da inscrição constam no item 13 deste Edital.
 12.2. As inscrições permanecerão abertas durante o período constante no Cronograma descrito no item 17 deste Edital, podendo ser prorrogado a critério da Unidade Central da SEE/MG.
 12.3. Em caso de alterações no prazo, a mudança será comunicada no site da SEE/MG: <www.educacao.mg.gov.br>.

13. INFORMAÇÕES SOLICITADAS NO ATO DA INSCRIÇÃO

- 13.1. No ato da inscrição online, o candidato deverá registrar os seguintes dados:
 13.1.1. Dados do Professor: Nome completo; data de nascimento; número do Documento de Identidade; número do CPF; número de MaSP; endereço eletrônico (e-mail institucional do professor); telefone com código de área; formações acadêmicas; experiências profissionais;
 13.1.2. Dados da Escola Estadual de lotação do servidor: SRE; nome completo, código e município;
 13.1.3. Carta de Interesse do candidato de até 01 lauda (formatação: Fonte: Arial, tamanho: 11, espaçamento entre linhas 1.5).
 13.2. O candidato deverá enviar cópia dos seguintes documentos digitalizados, em arquivo único, que não ultrapasse o tamanho de 10 MB, em formato de PDF, cujo nome deverá constar o número do edital e nome completo do candidato (EDITAL xx/2023 - NOME COMPLETO DO CANDIDATO):
 13.2.1. Diploma/Certificado/Declaração de conclusão de curso de Pós-graduação Stricto Sensu;
 13.2.2. Anexo I - Declaração de compromisso do candidato com o Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB);
 13.2.3. Anexo II - Declaração do candidato para assumir a extensão de carga horária;
 13.2.4. Carta de Interesse do candidato;
 13.2.5. Documentos que comprovem formações complementares, conforme Quadro 01 do Edital, se houver;
 13.2.6. Documentos que comprovem experiências profissionais, conforme Quadro 01 do Edital, se houver.
 13.3. A "Declaração de compromisso do candidato com o Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)" e a "Declaração do candidato para assumir a extensão de carga horária", deverão ser, devidamente, assinadas pelo candidato, digitalizadas e anexadas no formulário online. Os modelos estão disponíveis nos Anexos I e II,

https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=69366572&infra... 2/4

15/02/2023 14:52

SEI/GOV/MG - 60781270 - Edital

respectivamente;

13.4. A SEE/MG poderá solicitar a comprovação das informações complementares, prestadas no ato da inscrição do candidato, caso julgue necessário.

14. DOS CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS

14.1. Estarão automaticamente eliminados os candidatos que:

14.1.1. não atenderem aos pré-requisitos para participação nas ações do Programa de Iniciação Científica, conforme item 11 deste Edital e seus subitens;

14.1.2. preencherem de forma incompleta ou incorreta o formulário de inscrição ou não apresentarem algum documento requerido no item 13 deste Edital;

14.1.3. não efetivarem sua inscrição no período estabelecido neste Edital;

14.1.4. fornecerem informações inverídicas.

15. DOS CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS

15.1. Análise Curricular, de acordo com a pontuação disposta no Quadro 01 deste Edital, adotada para a avaliação dos seguintes critérios:

15.1.1. Experiência em tutoria e/ou orientação de projetos de pesquisa científica;

15.1.2. Participação em projetos de pesquisa científica;

15.1.3. Formações complementares (cursos livres, formações continuadas, cursos de atualização, especializações) em temas relacionados à pesquisa científica;

15.1.4. Participação como professor tutor no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) na edição 2021/2022;

15.1.5. Formação Stricto Sensu na área de Ensino/Educação.

15.2. Análise da Carta de Interesse do candidato, de acordo com a pontuação disposta no Quadro 01 deste Edital, adotada para a avaliação dos seguintes critérios:

15.2.1. Motivação e relevância para participação no Programa;

15.2.2. Adequação do texto à norma culta.

QUADRO 01 – FAIXA DE PONTUAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS**Crêterios****Análise de Currículo**

a) Experiência em tutoria, e/ou orientação de projetos de pesquisa científica

b) Participação em projetos de pesquisa científica

c) Formações complementares (cursos livres, formações continuadas, cursos de atualização, especialização, entre outros) em temas relacionados à pesquisa científica

d) Participação como professor tutor no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) na edição 2021/2022

e) Formação Stricto Sensu na área de Ensino/Educação

Carta de Interesse

f) Carta de Interesse: motivação e relevância para participação

g) Carta de Interesse: Adequação do texto à norma culta

Comprovação

Declaração, emitida por instituições legalr

Declaração, emitida por instituições legalr

Certificado ou Declaração, emitida por ins

Certificado ou Declaração emitida pela SEE/

Certificado ou Declaração, emitida por ins

conclusão do curso.

16. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

16.1. Em caso de empate seguirão os seguintes critérios ordenados por prioridade na ordem descrita a seguir:

16.1.1. Tiver maior titulação;

16.1.2. Obter maior pontuação no item A do Quadro 01;

16.1.3. Obter maior pontuação no item B do Quadro 01;

16.1.4. Obter maior tempo de exercício como professor na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais;

16.1.5. Tiver maior idade do candidato a professor tutor.

17. CRONOGRAMA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRAZOS
Inscrição	Inscrição dos candidatos às vagas de professores tutores	17/02 a 05/03/2023
Análise das inscrições	A banca avaliadora da SEEMG será responsável pela análise e seleção dos professores que atuarão como Tutores, bem como da formação do cadastro reserva.	06/03 a 13/03/2023
Divulgação dos selecionados	Divulgação da lista de selecionados	14/03/2023
Recurso	Prazo para envio do recurso	15 a 16/03/2023
Análise de recurso	Análise do recurso	18 e 20/03/2023
Divulgação do resultado final	A SEEMG divulgará a lista de selecionados no site: www.educacao.mg.gov.br	21/03/2023
Início das atividades do professor tutor	Início das atividades do Professor Tutor	17/04/2023
Desenvolvimento das atividades de tutoria	Desenvolvimento das ações de tutoria em conformidade com as orientações e cronograma do Núcleo Gestor da SEEMG	abril/2023 a dezembro/2024

18 DOS RECURSOS18.1. Os professores inscritos e não selecionados que quiserem interpor recurso deverão fazê-lo no prazo descrito no Cronograma do item 17 deste Edital, enviando o recurso em, no máximo, uma lauda (formatação: Fonte: Arial, tamanho: 11, espaçamento entre linhas 1.5), devidamente identificado para o endereço de e-mail: dmte.nucleodespesquisa@educacao.mg.gov.br.**19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

19.1. Os casos omissos ou situações não previstas neste Edital serão analisados e definidos pela equipe responsável na Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular, da Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica.

Belo Horizonte, aos 14 de fevereiro de 2023.

Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas
Secretário de Estado de Educação

ANEXO I**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO(A) CANDIDATO(A) COM O PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (ICEB)**

Declaro, para a finalidade de participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, que eu, _____, MaSP: _____, SRE: _____,

Município: _____ Escola Estadual: _____, comprometo-me a assumir a tutoria do ICEB durante o período de durante o período de abril de 2023 a dezembro de 2024, seguindo os critérios e prazos estabelecidos pela SEE/MG.

https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=69366572&infra... 3/4

15/02/2023 14:52

SEI/GOV MG - 60781270 - Edital

Declaro, ainda, ter ciência e estar de acordo com todas as disposições do referido Edital (inclusive ANEXO), entendendo que o não cumprimento das atividades previstas poderá implicar em meu desligamento do Programa ICEB.

Assinatura

Candidato(a) a Professor(a) Tutor(a)

ANEXO II**DECLARAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A) PARA ASSUMIR A EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA**

Declaro, para a finalidade de participação no Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, que eu:

_____, MaSP: _____, sou professor efetivo na Escola

Estadual: _____, Município: _____, SRE

_____ e possuo disponibilidade para assumir as atividades do projeto por meio de extensão de carga horária de 07 (sete) horas/aula semanais, em conformidade com a Resolução vigente.

Assinatura

Candidato(a) a Professor(a) Tutor(a)



Documento assinado eletronicamente por **Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas**, Secretário(a) de Estado, em 14/02/2023, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60781270** e o código CRC **40793CDA**.

Referência: Processo nº 1260.01.0004418/2023-97

SEI nº 60781270

ANEXO D – Mapa institucional da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais 2025-2026

MAPA ESTRATÉGICO 2025-2026

MISSÃO

Garantir acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

VISÃO

Ser referência nacional em educação pública, em qualidade e equidade.

VALORES

Diálogo; Ética e Transparência; Equidade; Inovação; Gestão baseada em evidências; Colaboração.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- ▶ Tornar a escola um ambiente atrativo, seguro e inclusivo, com ações internas que favoreçam a integração da comunidade escolar e a melhoria contínua das condições físicas e operacionais.
- ▶ Garantir a continuidade da aprendizagem, da educação básica ao ensino superior.
- ▶ Preparar os estudantes para o mercado de trabalho, alinhado ao seu projeto de vida.
- ▶ Implantar modelos de gestão inovadores, por meio de sistemas integrados e processos simplificados, que visem melhorar a gestão administrativa e pedagógica.
- ▶ Ter profissionais motivados, qualificados e preparados para atender às necessidades e desafios da educação.
- ▶ Fortalecer a colaboração entre Estado, municípios, União, terceiro setor e demais atores da educação.

PILARES

- ▶ Promover a melhoria contínua da aprendizagem, alcançando os melhores resultados nacionais nos indicadores de qualidade da educação.
- ▶ Ampliar eficiência operacional com a melhoria da qualidade do gasto público e avaliação de resultados.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

AÇÕES SETORIAIS

Campanhas SREs/Escolas
Convênios - Fortalecimento dos Municípios
Monitoramento PPAG e Execução Financeira
Educação Integral
Aquisições Centrais
PREMIEP e Minas com Todos
Caixa Escolar e Monitoramento TCs
SIMADE / DED
Migulim
Painéis de Dados
Monitoramento Folha de Pessoal
PPP Infraestrutura Escolar
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
Cota D'água
SIOPE

AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Trilhas de Futuro
Escolas Cívico-Militares
Trilhas de Futuro nas escolas
Famílias Fortes
Juros por Educação
Somar
Mãos Dadas
Kits Escolares
Mãos à Obra na Escola
Trilhas de Futuro Educadores
Vale do Lítio

AÇÕES DO CIRCUITO DE GESTÃO

Avaliações - SIMAVE
Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula
Plano de Atendimento Escolar
Formações (Escola de Formação)
Transporte Escolar (PTE)
Intervenções Pedagógicas
Censo Escolar
Ser Docente
Busca Ativa
ENEM MG
Projeto Socioemocional
Leitura e Escrita
IDEB
Plano de recomposição de Aprendizagens (PRA)
Aprimoramento do Serviço de Inspeção Escolar